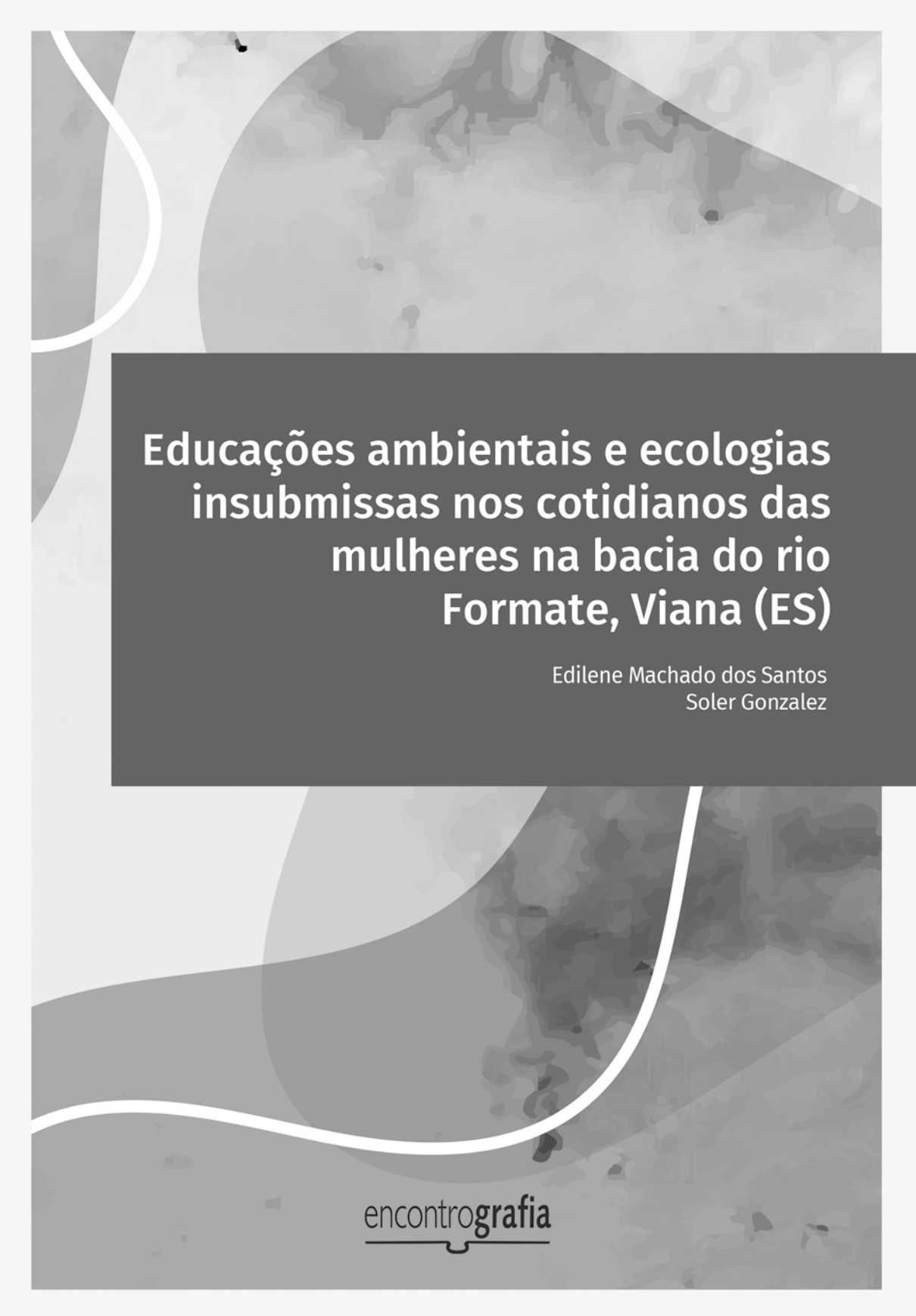


Educações ambientais e ecologias insubmissas nos cotidianos das mulheres na bacia do rio Formate, Viana (ES)

Edilene Machado dos Santos
Soler Gonzalez



Educações ambientais e ecologias insubmissas nos cotidianos das mulheres na bacia do rio Formate, Viana (ES)

Edilene Machado dos Santos
Soler Gonzalez

Copyright © 2022 Encontrografia Editora. Todos os direitos reservados.

É proibida a reprodução parcial ou total desta obra sem a expressa autorização dos autores e/ou organizadores.

Editor científico

Décio Nascimento Guimarães

Editora adjunta

Tassiane Ribeiro

Coordenadora técnica

Gisele Pessin

Fernanda Castro Manhães

Design

Nadini Mádhava

Foto de capa: Freepik.com

Assistente de revisão

Letícia Barreto

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Santos, Edilene Machado dos
Educações ambientais e ecologias insubmissas nos
cotidianos das mulheres na bacia do rio Formate,
Viana (ES) / Edilene Machado dos Santos, Soler
Gonzalez. -- Campos dos Goytacazes, RJ :
Encontrografia Editora, 2022.

Bibliografia.
ISBN 978-65-5456-005-4

1. Antirracismo 2. Ecologia 3. Ecologia social
4. Educação ambiental 5. Formate, Rio - Bacia
6. Mulheres - Aspectos sociais - Viana (ES)
7. Mulheres - Educação I. Gonzalez, Soler.
II. Título.

22-133154

CDD-371.822

Índices para catálogo sistemático:

1. Mulheres : Educação 371.822

Eliete Marques da Silva - Bibliotecária - CRB-8/9380

DOI: 10.52695/978-65-5456-005-4

encontrografia

Encontrografia Editora Comunicação e Acessibilidade Ltda.
Av. Alberto Torres, 371 - Sala 1101 - Centro - Campos dos Goytacazes - RJ
28035-581 - Tel: (22) 2030-7746
www.encontrografia.com
editora@encontrografia.com

Comitê científico/editorial

Prof. Dr. Antonio Hernández Fernández – UNIVERSIDAD DE JAÉN (ESPANHA)
Prof. Dr. Carlos Henrique Medeiros de Souza – UENF (BRASIL)
Prof. Dr. Casimiro M. Marques Balsa – UNIVERSIDADE NOVA DE LISBOA (PORTUGAL)
Prof. Dr. Cássius Guimarães Chai – MPMA (BRASIL)
Prof. Dr. Daniel González – UNIVERSIDAD DE GRANADA (ESPANHA)
Prof. Dr. Douglas Christian Ferrari de Melo – UFES (BRASIL)
Prof. Dr. Eduardo Shimoda – UCAM (BRASIL)
Prof.^a Dr.^a Emilene Coco dos Santos – IFES (BRASIL)
Prof.^a Dr.^a Fabiana Alvarenga Rangel – UFES (BRASIL)
Prof. Dr. Fabrício Moraes de Almeida – UNIR (BRASIL)
Prof. Dr. Francisco Antonio Pereira Fialho – UFSC (BRASIL)
Prof. Dr. Francisco Elias Simão Merçon – FAFIA (BRASIL)
Prof. Dr. Iêdo de Oliveira Paes – UFRPE (BRASIL)
Prof. Dr. Javier Vergara Núñez – UNIVERSIDAD DE PLAYA ANCHA (CHILE)
Prof. Dr. José Antonio Torres González – UNIVERSIDAD DE JAÉN (ESPANHA)
Prof. Dr. José Pereira da Silva – UERJ (BRASIL)
Prof.^a Dr.^a Magda Bahia Schlee – UERJ (BRASIL)
Prof.^a Dr.^a Margareth Vetus Zaganelli – UFES (BRASIL)
Prof.^a Dr.^a Martha Vergara Fregoso – UNIVERSIDAD DE GUADALAJARA (MÉXICO)
Prof.^a Dr.^a Patricia Teles Alvaro – IFRJ (BRASIL)
Prof.^a Dr.^a Rita de Cássia Barbosa Paiva Magalhães – UFRN (BRASIL)
Prof. Dr. Rogério Drago – UFES (BRASIL)
Prof.^a Dr.^a Shirlena Campos de Souza Amaral – UENF (BRASIL)
Prof. Dr. Wilson Madeira Filho – UFF (BRASIL)

Este livro passou por avaliação e aprovação às cegas de dois ou mais pareceristas *ad hoc*.

Agradecimentos

A Deus, pela dádiva da vida e por me conceder a oportunidade de vivenciar experiências, encontros e realizar tantos sonhos nesta existência, colocando no meu caminho pessoas tão generosas.

Aos meus pais, Edite e Hudson, razões do meu viver, e ao meu irmão Júnior por acreditarem em mim, pela paciência, amor, compreensão, sábios conselhos e por participarem dos meus sonhos. Vocês significam muito para mim, tê-los ao meu lado torna tudo mais fácil e especial.

Ao meu orientador, professor Doutor Soler Gonzalez, pela oportunidade de realizar este trabalho e pela generosidade, atenção, ensinamentos compartilhados de forma admirável nas valiosas orientações e provocativas conversas tecidas com carinho, guiando-me nos primeiros passos da pós-graduação. Trilhar esse caminho ao seu lado fez toda a diferença na minha trajetória pessoal e profissional, sendo você um presente que a vida me proporcionou. Muito obrigada por tudo!

Aos professores Rodrigo Barchi e Débora Monteiro, por aceitarem, gentilmente, participar da qualificação e pelas preciosas contribuições que enriqueceram esta pesquisa. Agradeço imensamente a professora Patrícia Rufino pelos ensinamentos e vivências nessa jornada acadêmica e por aceitar compor a banca de defesa do meu trabalho. A vocês, ficam o carinho e gratidão!

Aos meus ecoamigos/as, irmãos e irmãs do Coletivo Formate, agradeço imensamente a amizade, carinho, companheirismo e irmandade, por me possibilitarem compor histórias de re-existência em Viana. Obrigada por me ensinarem que quem tem história de pertencimento coletivo sabe onde se curar das marcas e dores provocadas pelo colonialismo e pelo pensamento hegemônico opressor que habita em nós. O Coletivo Formate tem sido o nosso quilombo de afetos, em que semeamos esperança para seguirmos a nossa jornada da vida.

Aos sujeitos da história e da pesquisa, que vivem os seus cotidianos reinventando e ecoando resistências, cujas escritas de si expressam as histórias pertencentes a uma coletividade. Talvez eu não consiga expressar em palavras a admiração, felicidade e honra que sinto por dialogar, nesta dissertação, a respeito das narrativas, *bio:grafias*¹ e *escrevivências*² dessas mulheres e homens.

Gratidão pela generosidade e amorosidade de todas e todos por me permitirem trazer à tona as escritas das nossas vivências e experiências concretas, eu me vejo em vocês, pois “da voz outra, faço a minha” (EVARISTO, 2016, p. 7). Por isso, recolher as histórias que nos atravessam coletivamente e que transbordam em mim é resultado desses encontros que a vida cotidiana nos possibilita e nos convida a exalarmos outros saberes.

Aos professores do Programa de Pós-Graduação em Educação de Mestrado Profissional (PPGMPE) da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES) e à nossa turma *Resistência*, composta por magníficos profissionais da educação, comprometidos com a sua atuação, que fazem das suas existências transgressoras um ato político e que tornaram a nossa jornada científica, acadêmica e intelectual mais prazerosa. Gratidão, pelos momentos de balbúrdia e por compartilharmos comida, afetos, histórias e construirmos amizades. Vocês são sensacionais.

Aos ecoamigos/as do nosso grupo de pesquisa em Territórios de Aprendizagens Autopoieticas pelos encontros regados de muitos afetos e ensinamentos

1 Numa breve definição, dizemos que *bio:grafia* é uma tentativa de narrar nossa presença no mundo (grafia) e relações existenciais, profissionais e políticas (bio) em busca de mudanças radicais que possibilitem a construção, através de práticas sociais e pedagógicas cotidianas, de uma sociedade justa, sustentável e democrática e que nos (auto)identificam como sujeitos da história [...] (REIGOTA, 2008, p. 12). Essa noção será abordada no capítulo 3.

2 É uma inspiração na obra de Conceição Evaristo, cuja noção será abordada no capítulo 3, intitulado *Ecologias insubmissas e a educação ambiental política*.

tão essenciais para fazermos o enfrentamento à Covid-17, ao racismo, ao machismo, ao sexismo, à homofobia e ao fundamentalismo religioso, que nos asfixiam e contra os quais ainda não temos vacina, mas que o antídoto é o conhecimento produzido pela educação problematizadora, libertadora e engajada.

Ao inesquecível e saudoso educador Paulo Freire por me ensinar que educar requer a “corporificação da palavra pelo exemplo” (FREIRE, 2017a, p. 35) e me mostrar às belezas e bonitezas da vida, sendo um frescor para superarmos os desafios na educação a fim de que os saberes e conhecimentos produzidos nos cotidianos escolares possam desconstruir mitos.

Por fim, agradeço aos meus alunos e alunas com quem aprendo que construir outro mundo é possível.

“Quem, melhor que os oprimidos, se encontrará preparado para entender o significado terrível de uma sociedade opressora? Quem sentirá, melhor que eles, os efeitos da opressão? Quem, mais que eles, para ir compreendendo a necessidade da libertação? Libertação a que não chegaram por acaso, mas pela práxis de sua busca; pelo conhecimento e reconhecimento da necessidade de lutar por ela.”

(Paulo Freire, 2017b)

“Gosto de ouvir, mas não sei se sou hábil conselheira. Ouço muito. Da voz outra, faço a minha, as histórias também. E no quase gozo da escuta, seco os olhos. Não os meus, mas de quem conta. E, quando de mim, uma lágrima se faz mais rápida do que o gesto de minha mão a correr sobre o meu próprio rosto, deixo o choro viver. E, depois, confesso a quem me conta, que emocionada estou por uma história que nunca ouvi e nunca imaginei para nenhuma personagem encarnar. Portanto estas histórias não são totalmente minhas, mas quase que me pertencem, na medida em que, às vezes, se (con)fundem com as minhas [...]”

(Conceição Evaristo, 2016)

“[...] tomara que estes encontros criativos que ainda estamos tendo a oportunidade de manter animem a nossa prática, a nossa ação, e nos deem coragem para sair de uma atitude de negação da vida para um compromisso com a vida, em qualquer lugar, superando as nossas incapacidades de estender a visão a lugares para além daqueles a que estamos apegados e onde vivemos, assim como às formas de sociabilidade e de organização de que uma grande parte dessa comunidade humana está excluída, que em última instância gastam toda a força da Terra para suprir a sua demanda de mercadorias, segurança e consumo.”

(Ailton Krenak, 2019)

Sumário

Prefácio	17
Apresentação	25
Percorrendo a pesquisa com o rio Formate: relações ecológicas, ancestrais, de resistência e de re-existências.....	29
Escrevivências de uma pesquisadora engajada e insubmissa.....	36
Narrativas das educações ambientais praticadas em uma comunidade e nos cotidianos escolares.....	43
Movimentos sociais vianenses, rio Formate e outras educações ambientais	47
Episódio 1: O maior potencial de um lugar são as pessoas.....	49
Episódio 2: Brincar, nadar e se alimentar do rio.....	53
Episódio 3: Rio Formate... esse rio é seu, esse rio é meu, esse rio é nosso	54
Episódio 4: Temos que fazer a diferença no lugar onde estamos.....	56
Episódio 5: Práticas pedagógicas de educação ambiental nos cotidianos escolares.....	57
Ecologias insubmissas e escrevivências	60
Ecologias insubmissas das mulheres e a educação ambiental política.....	70

Insubmissa 1: (Re)inventando formas de (re)existir	72
Insubmissa 2: Ressignificando a minha existência	74
Insubmissa 3: O aprendizado vem das pequenas experiências da vida.....	77
Insubmissa 4: “Ser sendo” sujeito no coletivo e na relação com o mundo.....	79
Insubmissa 5: Revolução é uma palavra feminina	81
Insubmissa 6: Revolucionar sem perder a ternura	83
Insubmissa 7: Seja você mesmo, mas não seja sempre o mesmo.....	85
Insubmissa 8: Raízes fortes: compartilhando saberes.....	88
Insubmissa 9: A família que eu escolhi	91
Compondo re-existências femininas	94
Encontro diálogos de mulheres insubmissas	97
Iniciando nossas conversas com um diálogo poético.....	99
Episódio 01 – Mística: saberes que emergem dos povos do campo e das florestas	100
Episódio 02 – Frases, charges e as ecologias insubmissas antirracistas..	102
Episódio 03 – Poesia indígena: pensando as resistências e violências praticadas contra os seus corpos e existências	103
Episódio 04 – Diálogo com a literatura: narrativas ficcionais e racismo ambiental.....	104
Episódio 05 – Rio Formate: espaço de aprendizagem coletiva	105
Episódio 06 – Heroínas negras mostram que as nossas re-existências são ancestrais	107
Episódio 07 – Becos da Memória: (re)inventando práticas ecológicas insubmissas.....	110
Episódio 08 – Cineclube enquanto prática política e pedagógica	111

Episódio 09 – Narrativas referentes à avaliação do encontro formativo..	114
As (in)conclusões de uma caminhada de re-existência	121
Por: Edilene Machado dos Santos	
Referências	129
Sobre os autores	137

Prefácio

Deixe-as falar, Edilene!

“It’s time to listen, and see the signs

It’s time to listen and hear her cries.”

(Annihilator, 1990)¹

“Quem é reconhecida/o como alguém que possui conhecimento? E quem não o é? Quem pode ensinar conhecimento? E quem não pode? Quem está no centro? E quem permanece fora, nas margens?”

(Grada Kilomba – Memórias da Plantação)

Venho pensando nos últimos anos, perante o fim do mundo, as paisagens em ruínas, a queda do céu e a era das trevas — um “Infer(ce)no” — sobre a pertinência da educação ambiental. Longe da empolgação de Marcos Reigota, que ao final dos anos 1990 dizia que a mesma, com a juventude das garotas e garotos de vinte anos (assim como eu, naquele momento), em sua ativa esperança de transformações políticas e sociais, estava somente começando (REIGOTA, 2000); hoje, em sua “maturidade”, talvez não possamos mais utilizar a mesma palavra: empolgação. Não que naquele texto Marcos tivesse

1 Ao som de “Stonewall” (1990), do conjunto canadense Annihilator. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=ooqGHuWuXU>. Acesso em: 30 set. 2022.

utilizado essa terminologia, mas a assumi para mim, enquanto estudante, que animado estava com a possibilidade de ser um educador ambiental e contribuir com o campo.

No entanto, o quadro geral de 1998 para cá se deteriorou demais, e tanto a motivação quanto as esperanças utópicas que guiavam a jovem educação ambiental, capazes de transformar o mundo e as relações entre humanos e planeta, transformaram-se mais em um exercício de resistência, sobrevivência e de trincheira ético-política dos últimos dos moicanos. Parece um fatalismo pessimista, quase que escatológico e apocalíptico extremo, mas motivos não faltam para nos sentirmos dessa forma.

Mas, caras leitoras e leitores, por favor, calma e paciência, que o prefácio não é pessimista, assim como não o é, de forma alguma, essa bela obra produzida pela Edilene, em parceria com o Soler. Só que é necessário retratarmos a paisagem mórbida e pestilenta no qual esse livro se torna, como sugeriam os estóicos, quase que o relato de um exercício de cura da alma. Bem, espero que o tenha sido para a Edilene, para o Soler como orientador, e para todas e todos que, de certa forma, estão aqui presentes...

O fato é que a educação ambiental, em especial a brasileira, de meados dos anos 90 para cá, intensificou seu processo de institucionalização, ganhou ares de exercício de governamentalidade, promoveu enquanto instituição e em momentos de maior virulência uma tentativa de apagamento aos opositores políticos mais radicais, perdeu as batalhas internas dentro dos processos internos da governança progressista da primeira década do século XXI, e foi brutalmente extirpada das políticas públicas como uma proposta política, social, econômica e cultural. Especialmente nos últimos quatro anos, especialmente na esfera federal.

Somado a isso, neste exato momento, temos o avanço de uma política institucional que vê as demandas ambientais como brutalmente inimigas, as quais, se já não eram prioridade nos governos progressistas — como Viveiros de Castro (2015) nos afirma no prefácio de *A queda do céu*, de Davi Kopenawa e Bruce Albert — hoje se tornaram párias da pátria. Fatos determinante-mente catastróficos não faltam para simbolizar essa situação, estando entre eles: o desprezo nítido com as consequências do derramamento de óleo no litoral do Nordeste; o avanço na legalização dos venenos agrícolas e a contaminação intencional de terrenos agrícolas de produção familiar, orgânica e

agroecológica; os impunidos desmoronamentos das barragens de Mariana e Sobradinho; as chuvas do verão 2021/2022 e as trágicas consequências para as populações de Minas Gerais, Rio de Janeiro e Bahia; as queimadas incontroladas de gigantescas áreas de Pantanal e Amazônia; o completo desprezo pelo Cerrado; o enfraquecimento da legislação e fiscalização ambiental; a ameaça aos povos originários e suas terras demarcadas, quando o são...

E, enquanto escrevo esse prefácio, ainda estamos sobre o brutal impacto das execuções sumárias do jornalista britânico Dom Philips e do indigenista brasileiro Bruno Pereira, justamente na semana do meio ambiente, no início de junho de 2022. Em outros momentos, estaríamos comemorando, com todos os poréns, os 50 anos da conferência de Estocolmo e os 30 da Eco-92. Mas não estamos. Ainda, como nos anos 80 em relação à Wilson Pinheiro e Chico Mendes, somos forçados a denunciar a verdadeira carnificina na qual se tornou a luta das e dos ecologistas brasileiros. Ameaçados/as, expulsos/as de suas terras, assassinados/as e hoje, tendo suas memórias vilipendiadas e desrespeitadas pelas hordas fascistas da imprensa financiada e das redes sociais.

Mas um prefácio fúnebre, sorumbático e quase que escatológico, cheio de tristeza, dor e lamento, é o que merece essa obra da Edilene? Será que apesar do seu esforço e da luta das mulheres ecologistas do rio Formate, o que se comemora por aqui é somente uma remenda com barro de pau-a-pique na grande barragem das tragédias ambientais, que nos trará a tragédia irreversível da reação de Gaia, proposta por Stengers e Latour, o horror do Cthuluceno de Donna Haraway, e a inevitável queda do céu, de Kopenawa? As previsões do inferno sobre a Terra, promovidas pelas capas e discursos dos conjuntos de música extrema, são o que nos resta, apesar da luta ambientalista de pessoas simples e trabalhadores das margens de um país marginal do mundo?

Isso para não falar da pandemia...

Se o caos apocalíptico-ecológico fosse irreversível, eu, particularmente, não teria aceitado o convite da Edilene e do Soler, nem para participar do processo de avaliação da pesquisa realizada nos últimos anos e muito menos para escrever o prefácio desse livro maravilhoso, resultado do Mestrado Profissional em Educação, no âmbito do grupo de pesquisa Territórios de aprendizagens autopoieticas e do projeto de extensão Narradores da maré, os quais venho acompanhando “de perto” — mesmo à distância — há alguns anos,

desde minhas primeiras conversas com Andréia Teixeira Ramos, pesquisadora e educadora ecologista e parceira de Soler Gonzalez, lá pelos idos de 2015.

Mas este prefácio faz parte do nosso alinhamento à teimosia esperançosa e ativa pura que sempre pautou a insistência da luta de Paulo Freire e das/os ecologistas brasileiras/os, na negação de dar-se por vencido, mesmo perante o mergulho no abismo. A luta das e dos ecologistas é muito ciente dos riscos do olhar demais para o penhasco, e o quanto ser o observado pelo mesmo pode levar, justamente, ao horror niilista da perda não somente do sentido das lutas sociais, mas das tessituras que compõe a nossa construção subjetiva, ética e política.

A recusa presente neste trabalho da Edilene e principalmente dos constantes movimentos realizados pelas mulheres ecologistas do rio Formate é contra o apagamento da memória, das paisagens, das relações de afetos, da multiplicidade e riqueza da vida cotidiana. Portanto, escrevo esse prefácio, quase tétrico para caramba de cara, porque insistimos nas nossas militâncias ecológicas, ao mesmo tempo cada vez mais raivosas, mas alegremente contrárias à crescente e ininterrupta produção da ausência de sentido (REIGOTA, 2021).

Lembro-me, na qualificação de mestrado da Edilene, lá em meados de 2019, quando a pandemia ainda não pairava sobre nossas cabeças, que ela ainda estava com diversas dúvidas sobre o direcionamento do trabalho, quando nós da banca perguntamos:

- “Edilene, elas não têm receio de falar, mesmo que talvez de forma anônima, sobre suas lutas, esperanças, denúncias, alegrias e frustrações? As narrativas ficcionais e a metodologia de conversas cotidianas talvez lhe ajudem, como estratégia de trazer à tona, principalmente, a sua experiência”.
- “Na verdade, professor Rodrigo, sempre que eu falo com elas sobre a pesquisa, o que elas mais querem, justamente, é dar o nome, mostrar a cara, e falar sobre tudo isso”.
- “Então, Edilene, deixe que elas falem...”

Para a felicidade geral, minha, do Soler, e de todas e todos vocês que lerão esse livro, a Edilene deixou...

Os relatos trazidos por ela sobre as histórias de vida, as militâncias, as trajetórias, as lutas, as agruras, as realizações e, principalmente, as insubmissões

compõem um documento de valor inestimável, pois estão na toada daquilo que há algum tempo, em nossas redes também insubmissas de educação ambiental — nas quais estão o Soler e a Andréia Ramos, além de mim mesmo, entre outras dezenas de amigos e amigas, influenciados que somos pelas perspectivas educativas de Paulo Freire, Nilda Alves e Marcos Reigota — vem sendo investigado e escrito, no intento de trazer para a pesquisa em educação as práticas, experiências e (re)existências daquelas educadoras e educadores que estão fazendo ecologia nas margens, principalmente por escolhas e decisões éticas e políticas.

Nessas vivências — e aqui, *escrevivências* — não somente estão vindo à tona os sentidos cotidianos produzidos por estes coletivos, na elaboração de suas histórias e caminhos a partir das recusas aos processos de submissão que pairam sobre suas cabeças. Mas também, e aproveitando a presença de Grada Kilomba na epígrafe, estão em evidência os saberes e conhecimentos que, na produção acadêmica/universitária, só poderiam estar sendo trazidos para estes espaços a partir das cartografias e narrativas que foram escolhidas como método de pesquisa. E está aqui a preciosidade desse livro da Edilene.

Em todo o seu texto, evocando Conceição Evaristo, Carolina de Jesus e bell hooks, ela sugere que é através de si que essas mulheres, ecologistas na bacia do rio Formate, falam. Não é a Edilene que diz por elas, mas são elas por intermédio da Edilene. Não como representação, mas na construção dos sentidos de seu ser. E as educações ambientais que elas criam são justamente o conhecimento trazido à tona e transformado em dissertação e livro.

Apesar dela, principalmente na introdução, enfatizar que está trazendo a narrativa dos moradores e moradoras da bacia do rio Formate, na comunidade Marcílio de Noronha, em Viana (ES), o protagonismo aqui é das mulheres ecologistas insubmissas. Em primeiro lugar, o da própria Edilene, que traça sua trajetória de envolvimento com os coletivos, com a educação e com os movimentos sociais e ambientalistas capixabas. Depois, compartilham desse protagonismo Maria José, Menara, Juliana, Mariazinha, Josiana, Lindamaris, Elenice, Daniely, Maria da Penha e, por fim, sempre retornando à Edilene, que em seu diálogo com cada uma delas, também nos mostra fragmentos de compreensão da sua construção como educadora, estudante, militante e ambientalista.

São lutas e trajetórias ecologistas “escrevidas” pela Edilene e pelas outras mulheres, na coleta de materiais reciclados, na assistência social,

nas comunidades eclesiais de base, nos cineclubes, nas associações de moradores/as de bairro, nos partidos políticos, em oficinas e projetos de artesanato, na economia solidária popular, na educação musical, nos sindicatos e nas lutas proletárias, no cuidado com as crianças e idosos, na produção agrícola e na educação básica.

Cada uma das *escrevivências* trazidas aqui se entrelaça às outras, criando histórias ao mesmo tempo singulares, mas impossíveis de serem compreendidas de modo único e exclusivamente individual, visto o aspecto em comum da vida, da militância e das ecologias criadas por cada uma dessas mulheres. Por isso, leitor e leitora, sugiro que ao ler a história de cada uma não se refute a ler a história das outras. Você voltará à história da Maria José ao ler a *escrevivência* da Penha, e voltará à trajetória da Mariazinha ao ler a caminhada da Lindamaris. É preciso ir e voltar, ir e voltar...

E aqui vem a inversão do início nefasto desse prefácio, já que, se comecei o mesmo com um tom extremamente trágico e fatalista, as releituras que fiz do texto da Edilene são uma enxurrada de picaretadas e marteladas na parede lisa e tediosa do neoliberalismo contemporâneo. Inclusive presente em um certo ecologismo tecnicista, que nos impõe a ideia na qual a solução de toda problemática ecológica está na evolução das técnicas de reparação de danos e de “compensação ambiental”.

Esse livro abre uma série de fissuras e rachaduras, recheadas de sentidos e possibilidades que, ao se entrecruzarem, criam um sem número quase que infinito de potências que nos fazem ruborescer de vergonha de quase termos nos entregue a qualquer respiro de desistência ou jogar de toalhas. Ler cada uma das *escrevivências* nos dá a certeza de que as lutas ecológicas — sejam na educação, na gestão, no monitoramento de paisagens e espécies, na proteção, na denúncia, na resistência — são absolutamente necessárias no jogo que envolve não somente nossas existências, mas a ética, a justiça intergeracional, o direito das outras espécies à vida, o adiamento da reação de Gaia, o infer(ce)no sobre a Terra e, principalmente, como uma questão de honra, a imposição de constantes derrotas ao fascismo.

Ler através da Edilene a vida dessas mulheres faz com que suas vozes se ecoem e se entrelacem não somente entre si, mas à luta das e dos ecologistas, tão perseguidos, assediados, violados e mortos nesse território demarcado como Brasil. A força com a qual suas falas ressoam nos faz compreender que

não somente as vozes de Chico Mendes, Marielle Franco, Paulo Paulino Guajajara, Emyra Waiãpi, Reginaldo e Maria da Luz e Maxciel dos Santos — entre outras centenas de lideranças sociais e ecologistas que se foram nas últimas décadas — não foram caladas, mas que estão fortes e ativas, mesmo perante a perseguição e truculência dos interesses financeiros e especulativos.

Começar a escrever esse prefácio foi muito difícil, visto o horror estabelecido nos últimos anos. Mas sabia que fazê-lo era um necessário esperarçar ativo. Por isso, parar de escrevê-lo foi quase que impossível, diante da empolgação de revisitar a pesquisa e a narrativa da Edilene. A empolgação na intensidade dos 20 anos da educação ambiental falada lá trás por Reigota e da minha quando comecei na vida educativa/ecologista. Que as/os jovens, como a Edilene, tenham a mesma vibração ao começar e terminar de ler esse livro, pois, entre todas as suas bonitezas, uma das principais é o revigoramento que nos dá na luta cotidiana, por nós e pelos outros. Pura água da fonte da juventude que garante às educações ambientais — no plural, nas diferenças, na multiplicidade, nos encontros dialógicos — a pertinência e a importância que hoje, mais do que nunca, possuem e exercem.

Rodrigo Barchi²

2 Rodrigo Barchi é Doutor em Educação pelo Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Estadual de Campinas. Mestre em Educação pela Universidade de Sorocaba, Especialista em Educação Ambiental pela USP/ São Carlos, Especialista em Gestão da Educação Pública pela Unifesp, licenciado em Geografia pela Universidade de Sorocaba e Pedagogia pela Universidade da Cidade de São Paulo. Realizou estudos de Pós-Doutorado no Programa de Pós-Graduação em Educação e Ciências da Universidade Federal do Rio Grande (FURG). Docente do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Ibirapuera, sendo membro do Grupo de Pesquisa Subjetividade, Educação Escolar e Políticas Educacionais. Professor Adjunto de Filosofia da Universidade de Sorocaba (UNISO) e professor convidado do Doutorado em Educação, Arte e Cultura, da Universidade Autônoma “Benito Juárez” de Oaxaca (UABJO). Editor-Chefe da SKHOLÉ: Revista de Educação, Cultura e Subjetividade.

Referências

- REIGOTA, Marcos. Educação ambiental: fragmentos de sua história no Brasil. *In*: NOAL, Fernando Oliveira; REIGOTA, Marcos; BARCELOS, Valdo Hermes de Lima (Org.). **Tendências da Educação Ambiental Brasileira**. 2 ed. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2000. p. 11-26.
- REIGOTA, Marcos. Fragmentos de Havana: “Al final de este viaje...” com Nita e Paulo Freire. *In*: FREIRE, Ana Maria Araújo (Org.). **A palavra boniteza na leitura de mundo de Paulo Freire**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2021. p. 303-332.
- VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. Prefácio: O recado da mata. *In*: KOPENAWA, Davi; ALBERT, Bruce. **A queda do céu: palavras de um xamã yanomâmi**. São Paulo: Companhia das Letras, 2015. p. 11- 42.

Apresentação

Posso dizer, enquanto professor que foi seu orientador, que o processo de concepção deste livro é resultado da dissertação de Mestrado em Educação da Edilene Machado dos Santos, que se deu com as leituras, diálogos, militâncias, encontro de estudos e orientação do grupo de pesquisa Territórios de aprendizagens autopoieticas/CNPq, do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGMPE/UFES), com as ações de extensão do projeto Narradores da maré e com o engajamento social e comunitário de Edilene frente as problemáticas ecológicas locais dos municípios capixabas de Cariacica e Viana.

Nos encontros do grupo de pesquisa, pudemos tecer diálogos com a educação ambiental e a educação das relações étnico-raciais, contextualizando-os com a pandemia da Covid-19 em nosso país, que foi constituído pelas opressões decorrentes do colonialismo, da escravidão e do racismo.

Pandemia chegando, isolamento social e físico, ensino remoto nas escolas e universidades. Como continuar a pesquisa e a produção de dados? Foi preciso repensar a pesquisa justamente no momento em que discutíamos as contribuições da vida e obra de Carolina Maria de Jesus e Conceição Evaristo, assim como das escritoras e intelectuais negras bell hooks, Sueli Carneiro, Djamila Ribeiro, Grada Kilomba, Lélia Gonzalez e tantas outras presentes aqui neste belo trabalho. E firmo aqui um primeiro ponto: eu atribuo as pesquisas realizadas pela professora e pesquisadora Andreia Teixeira Ramos

como a “responsável” pelas preocupações e inquietações epistemológicas e metodológicas decorrentes das aproximações da educação ambiental e da educação das relações étnico-raciais em nosso grupo de pesquisa.

Dito isso, nessas páginas estão registros de uma pesquisa em educação ambiental que objetivou problematizar e cartografar práticas pedagógicas de educação ambiental realizadas por comunidades e movimentos sociais do município de Viana. Nesse processo, foram registradas práticas de plantios, oficinas de artesanatos, a criação do Coletivo Formate, encontros de cineclubes, práticas pedagógicas nos cotidianos escolares, caminhada ecológica, a participação nas decisões políticas, cuidado com a preservação do rio Formate, exposições fotográficas, encontros com movimentos sociais e associações comunitárias, e tantos outros encontros.

O que apresentamos aqui para o público são as caminhadas vivenciadas nos processos da pesquisa e os registros das educações ambientais que emergem nas relações comunitárias, cotidianas, afetivas, ecológicas, políticas e pedagógicas, em defesa da preservação do rio Formate, a partir das biografias e narrativas das moradoras e dos moradores de Marcílio de Noronha e das escrituradas de um grupo de mulheres de movimentos sociais do município de Viana.

Recorremos, neste trabalho de pesquisa, às contribuições do pensamento de Paulo Freire como aposta teórica e metodológica; ao professor e pesquisador ecologista Marcos Reigota e a noção de educação ambiental como educação política, o diálogo com a professora e pesquisadora Nilda Alves e os estudos com os cotidianos; e, principalmente, com as autoras e escritoras feministas negras para conversarmos sobre as re-existências femininas frente às opressões patriarcais, raciais, sexistas e machistas.

No primeiro capítulo, Edilene narra as escrituradas de uma pesquisadora engajada e insubmissa. São abordados alguns caminhos, encontros e experiências vivenciados com o rio Formate, tendo em vista as diferentes perspectivas de educação ambiental, concebendo-as como educações ambientais, no plural, e que envolveram tanto os contextos das políticas municipais de educação ambiental quanto os dos movimentos sociais vianenses, das comunidades e dos cotidianos escolares.

A abordagem metodológica deste primeiro capítulo se aproxima das perspectivas freireanas de dialogar e aprender com a própria história, em diálogo

com a pesquisadora e autora negra bell hooks para pensarmos no potencial ético, político e pedagógico da pedagogia engajada, a qual atravessa os movimentos sociais vianenses e a educação ambiental política.

Chegamos ao segundo capítulo com as narrativas de moradores/as de Marcílio de Noronha. Esse capítulo é um convite para mergulharmos nas narrativas e nas biografias narradas a partir dos grupos sociais oprimidos, pensando o mundo de forma descolonizada, ao trazermos à tona os saberes e as contribuições políticas, pedagógicas e ecologistas de moradores/as que são envolvidos em práticas de educações ambientais realizadas em prol da preservação do rio Formate.

Por isso, apostamos, pensando com o professor Marcos Reigota, nas biografias dos moradores e moradoras de Marcílio de Noronha e membros dos movimentos sociais vianenses, enquanto movimento teórico, metodológico, epistemológico e pedagógico de dialogar e de aprender com a própria história, por estarem mergulhados nos espaços potencializadores de aprendizagens com suas práticas comunitárias e ecológicas.

No terceiro capítulo, são apresentadas as bases teóricas e metodológicas das educações ambientais, escriturais e as ecologias insubmissas presentes nos cotidianos de um grupo de mulheres militantes de movimentos sociais do município de Viana, sendo este também o referencial teórico-metodológico do projeto educacional de cunho formativo em educação ambiental, intitulado Diálogo de mulheres insubmissas.

A escrita desse capítulo teve como inspiração a noção de escriturais da escritora Conceição Evaristo, assim como o diálogo com as autoras feministas negras e o pensamento freireano, por acreditarmos na educação como prática da liberdade e pelo fato desta ser uma educação libertadora que não alimenta em nós o desejo de nos tornarmos opressores.

O quarto capítulo, que é também o produto educacional apresentado juntamente com a dissertação de mestrado, tem a forte presença feminina nos movimentos sociais vianenses a partir de suas escriturais e narrativas contra-hegemônicas, contrapondo-se aos discursos dominantes quando trazem ao espaço público histórias de mulheres marginalizadas e que, ao narrarem os seus cotidianos, contribuem com a sua libertação histórica e cultural.

As conversas tecidas com as mulheres militantes vianenses aconteceram em dias, horários e locais diferentes, como na residência delas, na Universidade Federal do Espírito Santo, no shopping, no almoço beneficente da Femopovi, na praçinha do bairro Marcílio de Noronha, na sede do grupo Artesanarte e da Ascamavi, sendo esses encontros um convite para pensarmos e dialogarmos sobre as nossas práticas ecológicas insubmissas. Ressaltamos ainda que essas militantes atuam como professoras, assistentes sociais, técnicas de meio ambiente, jornalistas, artesãs e catadoras de materiais reciclados.

Ao dialogarmos com esse grupo de mulheres, constatamos que elas participam de diferentes movimentos sociais, e que estas se conectam ao produzirem práticas políticas, pedagógicas e ecologias insubmissas que emergem dos seus cotidianos, tais como: economia solidária, inclusão produtiva, reaproveitamento, customização, reciclagem, encontros comunitários para formações políticas e ambientais, monitoramento da qualidade dos recursos hídricos, ações educativas ambientais nos cotidianos escolares e unidades de saúde, limpeza e plantio de mudas nativas as margens do rio Formate, e os encontros para discussão de saneamento básico.

E, (in)concluindo provisoriamente, diante de tantas educações ambientais, bio:grafias, escrevivências, ecologias e resistências cotidianas, firmo mais um ponto: que as páginas a seguir sejam testemunhas vivas das inquietações e transformações que esta pesquisa nos provoca, seja pelas narrativas das ecologias cotidianas e de resistências das mulheres vianenses, das moradoras e dos moradores de Marcílio de Noronha, mas, principalmente, pelas problematizações decorrentes das aproximações entre a educação ambiental, a educação das relações étnico-raciais e a boniteza da vida cotidiana.

Boa leitura!

Prof. Soler Gonzalez

Centro de Educação

Professor do Programa de Pós-Graduação do Mestrado Profissional em Educação (PPGMPE)

Percorrendo a pesquisa com o rio Formate: relações ecológicas, ancestrais, de resistência e de re-existências

Iniciamos esse capítulo apresentando alguns percursos com o Coletivo Formate em 2009 e as práticas pedagógicas e comunitárias de educação ambiental, inicialmente influenciadas pelos Coletivos Jovens de Meio Ambiente (CJ) e pela III Conferência Nacional Infanto-Juvenis pelo Meio Ambiente (CNIJMA), realizadas pelos Ministérios da Educação e do Meio Ambiente.

Entretanto, a nossa aproximação com outros espaços de representatividade coletiva, como os movimentos sociais de base comunitária, fizeram-nos refletir sobre a importância de se distanciar da educação ambiental hegemônica e homogeneizada proposta pelo governo, pois esta pouco contribui com a transformação das nossas realidades. Por isso, começamos a construir de forma dialogada as nossas práticas pedagógicas e ambientais comunitárias.

Este livro busca problematizar e cartografar práticas pedagógicas realizadas por comunidades e movimentos sociais que, com suas re-existências, unem-se para preservarem tanto suas memórias e relações com o rio Formate quanto o próprio rio, atualmente poluído na área urbana dos municípios de Viana e Cariacica, localizados na Região Metropolitana do Estado do Espírito Santo.

Podemos dizer que nessa relação com os sujeitos da história (FREIRE, 2017a) e praticantes da pesquisa (PASSOS; BARROS, 2015) aprendemos que “[...] transformar a realidade opressora é tarefa histórica” (FREIRE, 2017b, p. 51), sendo este um compromisso de quem deseja construir outra sociedade. Além disso, os sujeitos que vêm das margens (REIGOTA, 2010a), ensinam-nos, por meio dos seus cotidianos e leituras de mundo (FREIRE, 1989), que não existe dominação sem resistência. Desse modo, assumimos um posicionamento político, pedagógico e contra-hegemônico a favor dos grupos sociais historicamente oprimidos e marginalizados.

Com a autora Nilda Alves e seu grupo de pesquisa (ANDRADE; CALDAS; ALVES, 2019, p. 27), buscamos “ir além do já sabido”, mostrando como as práticas pedagógicas que emergem da vida cotidiana desafiam os caminhos já conhecidos nos processos de pesquisa, sendo essencial darmos visibilidade aos *praticantespensantes*³ da vida cotidiana, cujas histórias estão carregadas de múltiplos significados, em que os espaços de aprendizagens expressam a forma de ser, pensar e agir de uma coletividade. Portanto, não acreditamos em processos neutros de educação, porque a forma como pensamos os nossos cotidianos reflete as nossas práticas pedagógicas e leituras de mundo.

A pesquisa foi realizada em diferentes contextos educativos e formativos situados ao longo da bacia do rio Formate, envolvendo tanto moradoras e moradores da comunidade de Marcílio de Noronha quanto mulheres que atuam nos movimentos sociais, estudantes e professoras, que colaboraram e que são reconhecidos nesta pesquisa como sujeitos da história, os quais, segundo Paulo Freire, assumem o compromisso político e pedagógico de não se adaptar, mas de mudar o mundo, a partir das suas comunidades.

[...] o fato de me perceber no mundo, com o mundo e com os outros me põe numa posição em face do mundo que não é de quem nada tem a ver com ele. Afinal, minha presença no mundo não é a de quem a ele se adapta, mas a de quem nele se insere. É a posição de quem luta para não ser apenas objeto, mais sujeito também da história (FREIRE, 2017a, p. 53).

3 “Escrita conjunta desses termos tem também a ver com a busca de superação das marcas que em nós estão devido à formação que tivemos dentro do modo hegemônico de pensar, representado pela ciência moderna, na qual um dos movimentos principais é a dicotomização desses termos, vistos como ‘pares’, mas opondo-se entre si.” (ALVES, 2003, p. 2).

Os sujeitos da história e *praticantespensantes* da pesquisa são pessoas que reinventam formas de resistir que se entrelaçam com os esforços cotidianos para transformar a realidade local, a partir de seus saberes que dialogam e se complementam por meio das experiências e vivências de cada um. Podemos destacar que a inserção nesses movimentos comunitários e de re-existências nos fez entender que “ninguém nasce feito. Vamos nos fazendo aos poucos na prática social de que tornamos parte” (FREIRE, 2001a, p. 43), porque esses espaços contribuem com a nossa formação cidadã.

Abordaremos nesta pesquisa as relações desses sujeitos que em sua maioria residem no bairro Marcílio de Noronha, cujas relações afetivas, ecológicas, comunitárias, políticas e pedagógicas se entrelaçam com o rio Formate. Ressaltamos o fato de que grande parte dos sujeitos envolvidos na pesquisa são moradores e moradoras que residem próximos às margens do rio Formate, sendo, em sua maioria, pessoas que se autodeclaram negras.

Desse modo, tratando-se dessa singularidade acerca da *populaçãopraticante* da pesquisa, movemo-nos a pensar as experiências e práticas pedagógicas realizadas pelas comunidades locais, no intuito de problematizarmos os saberes e as relações ecológicas, ancestrais, de resistências e de re-existências, apostando nas perspectivas teóricas de intelectuais negros e negras para problematizarmos as relações dessas comunidades com o rio Formate. Nos propomos também a problematizar as pesquisas em Educação e em Educação Ambiental.

Para iniciarmos essas reflexões, podemos partir de uma questão, tendo como inspiração a filósofa e escritora negra Djamila Ribeiro (2019a): quem pode falar, em relação às problemáticas ambientais locais, numa sociedade patriarcal, racista e sexista, quando o conhecimento e o discurso estão atrelados à branquitude?

Que saberes e práticas ecológicas são criadas pelos moradores, moradoras e movimentos sociais locais, que mantêm suas relações afetivas, comunitárias, ecológicas, políticas e pedagógicas com o rio Formate? Que práticas de re-existências e ecologias insubmissas são praticadas pelas mulheres militantes dos movimentos sociais vianenses?

Nesse caminho, o objetivo geral desta pesquisa consiste em problematizar e registrar as práticas de educação ambiental e as relações comunitárias afetivas, ecológicas, políticas e pedagógicas em defesa da preservação do rio Formate, a partir das *bio:grafias* e narrativas das moradoras e dos moradores da comunidade de Marcílio de Noronha e das *escrevivências* de um

grupo de mulheres de movimentos sociais do município de Viana. Dentre os objetivos específicos, podemos destacar:

- a. Problematicar e registrar as práticas de educação ambiental e as relações comunitárias afetivas, ecológicas, políticas e pedagógicas em defesa da preservação do rio Formate, a partir das narrativas e *bio:grafias* dos moradores e moradoras locais e membros de movimentos sociais vianenses;
- b. Problematicar e registrar as educações ambientais, as escriturivências e as ecologias insubmissas de um grupo de mulheres militantes de movimentos sociais do município de Viana, e suas contribuições políticas e pedagógicas na defesa e preservação do rio Formate;
- c. Elaborar e apresentar o projeto educacional de cunho formativo em Educação Ambiental intitulado *Diálogo de mulheres insubmissas*,⁴ como proposta de abordar as educações ambientais que emergem com os movimentos sociais vianenses em prol da preservação do rio Formate.

Ainda são pouco conhecidas as educações ambientais praticadas pelos movimentos sociais vianenses e comunidades que residem na bacia do rio Formate. Nesse sentido, essas vozes e esses sujeitos da história e desta pesquisa falam e narram por si, pelas suas comunidades e pelo rio Formate.

Nossos aportes teóricos-metodológicos são as pesquisas com os cotidianos (ALVES, 2019), a pesquisa cartográfica (BARROS; KASTRUP, 2015) e as pesquisas narrativas (REIGOTA, 2016), de modo que, a partir desses aportes, problematizamos os padrões hegemônicos em relação ao conhecimento científico, que tende a excluir, marginalizar e silenciar os saberes que emergem dos sujeitos que vêm das margens e que reinventam modos de estar no mundo, porque são, como nos ensina a professora pesquisadora Nilda Alves (2019), *praticantespensantes* da vida cotidiana.

A pesquisa cartográfica, por sua vez, acompanhou-nos nos movimentos e momentos de habitar o campo da pesquisa; registrar os diários de campo, os encontros e conversas; fotografar e criar espaços e momentos de intervenção com estudantes, professores e professoras, moradores e moradoras, em prol da preservação do rio Formate. Desse modo, entendemos que “[...] a pesquisa

4 É uma inspiração da obra *Insubmissas Lágrimas de Mulheres*, da escritora Conceição Evaristo, cuja noção será abordada no produto educacional *Diálogo de Mulheres Insubmissas*.

se faz em movimento, no acompanhamento de processos, que nos tocam, nos transformam e produzem mundos” [...] (BARROS; KASTRUP, 2015, p. 73), sendo esta uma escolha política, tendo em vista que não há neutralidade do conhecimento, pois a pesquisa, mais do que representar uma realidade, busca intervir e criar outras realidades de mundo.

As pesquisas narrativas, realizadas pelo professor Marcos Reigota (2016), abordam os seus aspectos teóricos e políticos ao trazerem à tona as vozes dos grupos sociais oprimidos que expressam outros modos de ser e estar no mundo, e que buscam desconstruir e confrontar os discursos e narrativas hegemônicas que representam o pensamento dominante, o qual, ao ser reproduzido de forma sistemática ao longo dos processos históricos sociais, foi se consolidando como verdade.

O encontro com a política da narratividade (PASSOS; BARROS, 2015) nos possibilitou assumir um posicionamento ético frente ao mundo, estando essa relação entrelaçada à maneira como entendemos e praticamos as narrativas durante os processos de pesquisa. Nesse contexto, destacamos que

[...] podemos pensar a política da narratividade como uma posição que tomamos quando, em relação ao mundo e a si mesmo, definimos uma forma de expressão do que se passa, do que acontece. Sendo assim, o conhecimento que exprimimos acerca de nós mesmos e do mundo não é apenas um problema teórico, mas um problema político (PASSOS; BARROS, 2015, p. 151).

Durante nossos percursos no campo da pesquisa, assumimos também o compromisso ético enquanto pesquisadora conversadora com os cotidianos, como nos ensina Spink (2008), a fim de conhecermos as narrativas e vivências dos moradores e moradoras de Marcílio de Noronha e as *ecologias insubmissas*⁵ que são praticadas por mulheres militantes de Viana.

5 A noção de Ecologias Insubmissas surgiu a partir do encontro com as leituras da tese da professora e pesquisadora Andréia Teixeira Ramos, intitulada *Mulheres no congo do Espírito Santo: práticas de re-existência ecologista com os cotidianos escolares*, do seu artigo *Narrativas autobiográficas de uma mulher negra: identidades sociais de raça e gênero*, das orientações do grupo de pesquisa em Territórios de Aprendizagens Autopoéticas e do Projeto de extensão Narradores da maré, com as *lives* que ocorreram em agosto de 2020, intituladas *Ecologias Insubmissas*, disponíveis no Youtube. As *lives* do I e II Ecologias Insubmissas e outros vídeos estão disponíveis em: <https://www.youtube.com/channel/UCat6MvayMz7-YRntXS2TxDw/featured>. Acesso em: 01. Jul. 2022.

A seguir, convidamos a leitora e o leitor a seguirem os fluxos do rio Formate e dos coletivos sociais, escola e comunidades. Começamos o capítulo 1, *Escrevivências de uma pesquisadora engajada e insubmissa*, no qual apresento minhas trajetórias com as educações ambientais e o engajamento político, ecológico e social como militante do Coletivo Formate, um dos movimentos sociais vianenses que lutam pela preservação do rio Formate e que realizam práticas ambientais com escolas e com a comunidade, trazendo à tona o potencial político, pedagógico e ecológico dessa rede de solidariedade e de parcerias envolvendo coletivos sociais locais.

No capítulo 2, *As narrativas das educações ambientais praticadas em uma comunidade e nos cotidianos escolares*, o campo da pesquisa e o município de Viana são narrados com as vozes dos sujeitos da história e da pesquisa e as *bio:grafias* destes moradores e moradoras, que são engajados nos coletivos sociais vianenses, num movimento freireano de aprender e de dialogar com a própria história (2011), trazendo à tona outras histórias, narrativas, memórias, ecologias e relações com o rio Formate.

O capítulo 3, *Ecologias insubmissas e as escrevivências*, foi pensado e escrito enquanto fundamentação teórica e metodológica das *escrevivências*, ecologias insubmissas e do produto educacional *Diálogo de Mulheres Insubmissas*, tendo como inspiração a literatura de Conceição Evaristo e a aproximação com as autoras e escritoras feministas negras em diálogo com as educações ambientais da vida cotidiana.

No capítulo 4, *Ecologias insubmissas das mulheres e a educação ambiental política*, abordamos as *escrevivências* de um grupo de militantes que, nesse processo de escrita de si, falam da reinvenção da subjetividade feminina, a qual ocorre por meio das suas narrativas, que tendem a fortalecer os processos de libertação histórico e cultural dessas mulheres, pois as histórias vividas e narradas por elas possuem uma dimensão política, pedagógica e ecológica das suas práticas cotidianas.

A proposta de produto educacional desta pesquisa-intervenção consiste em um fascículo pedagógico e formativo contendo: aspectos teóricos, metodológicos, políticos e pedagógicos a partir das *bio:grafias* de professoras, estudantes e moradoras que realizam práticas comunitárias de educações ambientais; e *escrevivências* de um grupo de mulheres militantes dos movimentos sociais vianenses que se reuniu no início de 2020, no encontro

organizado pela pesquisadora e pelas próprias mulheres, intitulado *Diálogo com as mulheres insubmissas*.

O fascículo aborda também a perspectiva de Educação e de Educação Ambiental e suas implicações políticas e pedagógicas em processos formativos, bem como as potencialidades políticas, pedagógicas e ecológicas das *escrevivências* e das leituras de mundo dos sujeitos, considerando as ecologias insubmissas praticadas pelas mulheres militantes de movimentos sociais vianenses e tendo como inspiração, para pensarmos o campo da Educação Ambiental, as escritoras Conceição Evaristo (2016) e Carolina Maria de Jesus (2014), e as diversas formas de resistência, re-existências (RAMOS, 2018), solidariedades, irmandades, afetos, ancestralidades e ensinamentos das mulheres negras.

Escrevivências de uma pesquisadora engajada e insubmissa

Neste capítulo, abordaremos alguns caminhos, encontros e experiências que vivenciamos a partir das práticas políticas, pedagógicas, comunitárias e afetivas realizadas nessa relação com o rio Formate, tendo em vista as diferentes perspectivas de educação ambiental e que envolveram tanto os contextos das políticas municipais de educação ambiental quanto os dos movimentos sociais vianenses, das comunidades e dos cotidianos escolares.

A abordagem metodológica deste capítulo se aproxima das perspectivas freireanas de dialogar e aprender com a própria história, sendo narradas a partir das experiências no Coletivo Formate, em diálogo com a pesquisadora e autora negra bell hooks, para pensarmos no potencial ético, político e pedagógico da pedagogia engajada, a qual atravessa os movimentos sociais vianenses e a educação ambiental política.

Ressaltamos que a professora bell hooks teve contato e ressignificou o pensamento freireano ao propor uma pedagogia engajada, que estivesse comprometida com a educação libertadora que valorizasse as narrativas e experiências dos/as alunos/as, evidenciando as práticas pedagógicas feministas, antirracistas e anticolonialistas e problematizando as relações de dominação ao teorizar o modo de se viver, com a finalidade de que os/as alunos/as possam refletir e modificar o mundo a partir das suas realidades.

Para bell hooks, os professores precisam ter “coragem para transgredir as fronteiras que fecham cada aluno numa abordagem do aprendizado como uma rotina da linha de produção” (hooks, 2013, p. 25). Essa mudança produz outras intervenções pedagógicas a fim de contribuímos com o engajamento crítico dos/as estudantes.

A pedagogia engajada assume o compromisso de defender os interesses coletivos, “[...] buscando não somente o conhecimento que está nos livros, mas também o conhecimento acerca de como viver no mundo” (hooks, 2013, p. 27), pois possibilita a mudança da mentalidade opressora ao educar para se libertar, curar e unir as pessoas, interligando as experiências educacionais, emocionais e políticas, sem desassociar teoria e prática.

Desse modo é possível oferecer aos estudantes uma sala de aula onde o diálogo, o respeito e a participação ativa possam proporcionar um ambiente seguro, acolhedor e que os proteja dos pensamentos conversadores, racistas, machistas, homofóbicos e da intolerância religiosa, não reforçando a continuidade dos sistemas de dominação.

Os caminhos e trajetórias com as educações ambientais, com o Coletivo Formate e outros movimentos sociais vianenses frutificaram diversas ações comunitárias, pedagógicas e ambientais, que nesses onze anos, desde quando éramos jovens ecologistas, fortaleceram o nosso engajamento, militância e participação nas políticas sociais e ambientais locais. O início desse envolvimento comunitário ocorreu em 2009, quando o idealizador do Coletivo Formate participou da III Conferência Nacional Infanto-Juvenil pelo Meio Ambiente, dos Ministérios da Educação e do Meio Ambiente, realizada no Estado de Goiás. Esse encontro juntamente com as suas vivências nos cotidianos escolares entrelaçadas ao rio, o fato de morar próximo ao rio Formate e participar dos movimentos comunitários foram experiências que contribuíram com o seu desejo de formar um Coletivo Jovem de Meio Ambiente.

Como resultado da organização de um grupo de jovens vianenses, surgiu o Coletivo Formate, com a intenção de pensarmos em políticas públicas para a juventude atreladas às educações ambientais. Por isso, buscávamos construir uma história de luta, resistência e alternativas, por meio da qual pudéssemos também contribuir com os movimentos sociais já existentes em Viana, dando significado a nossa existência, entendendo que somos seres coletivos, pois “[...] foi criando histórias que [os seres humanos] se fizeram na história” (FREIRE, 2008, p. 53).

Vale ressaltar que a escolha do nome do nosso grupo tem relação direta com o rio Formate, que aproxima as cidades de Viana e Cariacica, pois fazemos parte dos movimentos de resistência em defesa desse rio. Além disso, alguns integrantes do Coletivo Formate moravam na região de abrangência do rio.

Em novembro de 2011, o Coletivo Formate, a Federação dos Movimentos Populares de Viana (Femopovi), a Associação Intermunicipal Ambiental em Defesa do Rio Formate e seus afluentes (Asiarfa), em parceria com a Escola Estadual de Ensino Médio Irmã Dulce Lopes Pontes, localizada no Bairro Marcílio de Noronha, realizou o fechamento da BR 262 com o objetivo de reivindicarmos ao poder público municipal as ações de combate à poluição do rio Formate e também de buscarmos assistência aos moradores e moradoras que residem às margens do rio, porque eles/as tinham as suas casas alagadas no período de fortes chuvas. Após esse ato político público, conseguimos garantir que seis famílias tivessem acesso à moradia popular.

No ano de 2012, o Coletivo Formate organizou, juntamente com os demais movimentos sociais de Viana, um debate eleitoral entre o candidato e a candidata a prefeito/a de nosso município. Neste mesmo ano, realizamos o Dia dos Movimentos Sociais de Viana, que foi muito positivo por ter nos possibilitado um espaço de formação política para discutirmos sobre os desafios vivenciados pelos movimentos de resistências comunitárias e também compartilharmos um pouco das experiências e saberes presentes nos diferentes grupos e movimentos sociais, pois “necessitamos reinventar as formas de ação política” (FREIRE, 2008, p. 40), ao intervimos no mundo mostrando que os/as oprimidos/as se organizam de forma coletiva com o intuito de mudar a realidade opressora.

O Coletivo Formate, durante algum tempo, reivindicou a implementação de políticas públicas envolvendo a educação ambiental e a juventude e, nesse contexto, ocupamos espaços de representatividade, propondo a realização de políticas públicas com a juventude vianense, pensadas a partir das problemáticas e potencialidades ecológicas locais. Entretanto, ao tentarmos atuar de forma conjunta com os gestores municipais, vivenciamos momentos de tensão e conflitos, próprios de movimentos que pensam e agem coletivamente, dialogando com uma perspectiva política de educação ambiental comprometida com a criação de espaços de diálogo com as comunidades e, principalmente, com a juventude.

A partir de nossos estudos no mestrado com as pesquisas em educação ambiental política, percebemos o quanto as ações do Coletivo Formate foram fundamentais em nossa formação política a fim de que pudéssemos compreender a nossa presença no mundo, sendo as intervenções comunitárias reflexo do nosso amor, esperança e desejo de transformar o mundo (FREIRE, 2017b), o que também permeia a minha formação como pesquisadora e professora.

Nesse sentido, a escrita deste capítulo foi pensada no movimento freireano de dialogar e aprender com a própria história, compreendendo que essas trajetórias com a educação ambiental contribuíram para nos reconhecermos, enquanto coletivo e pesquisadora, como sujeitos da história (FREIRE, 2017a), e que, como tal, reinventamos outras formas de resistir, assumindo o compromisso de não nos adaptarmos, mas de mudar o mundo a partir das nossas comunidades.

Por esse motivo, nós militantes do Coletivo Formate, comprometidos com o enfrentamento das problemáticas ambientais locais, aos poucos fortalecemos nossos diálogos com os movimentos sociais e as comunidades vianenses, o que nos possibilitou realizarmos práticas pedagógicas de educação ambiental, pensando, assim como o professor Marcos Reigota, em uma educação ambiental política, cidadã e participativa com o princípio de “estimular a participação comunitária e/ou coletiva para a busca de solução e alternativas aos problemas cotidianos” (REIGOTA, 2012, p. 14), exercitando outros modos de intervenção no e com o mundo.

Pensando na educação ambiental política e na desconstrução das relações opressivas e de exclusão social, trazemos à tona a pedagogia freireana (1980), que nos ensina que a educação como prática da liberdade surge dessa relação entre os/as oprimidos/as que reconhecem as situações de opressão vivenciadas e se colocam como instrumento de transformação. Nesse sentido, o Coletivo Formate organizou inicialmente encontros com jovens e adolescentes, mas, posteriormente, ampliou-se para pessoas de diferentes faixas etárias.

No ano de 2015, tivemos a oportunidade de conhecer o Assentamento Santa Clara, situado na zona rural do município de Viana, criado em 2003 pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), destinado às famílias integrantes do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), em resposta à mobilização, participação, organização e luta popular pelo direito à terra, moradia e agricultura familiar, conforme menciono no artigo intitulado *Práticas pedagógicas e saberes socioam-*

bientais comunitários de um assentamento rural (SANTOS, 2019),⁶ no qual narramos as práticas realizadas pelo Coletivo Formate.

Organizamos uma mostra cineclubista como forma de estreitar as relações comunitárias solidárias e o diálogo amoroso (FREIRE, 2017b). Dessa mostra, com a parceria entre o coletivo e o assentamento, surgiu um cineclubes local com animações exibidas e relacionadas às problemáticas ecológicas locais, seguidas de rodas de conversas.

Essas vivências com o projeto de leitura colaboraram com os membros do Coletivo Formate no sentido de que pudéssemos iniciar o processo de descolonização dos nossos pensamentos ao desmontar as práticas pedagógicas opressoras que habitam e permeiam os nossos cotidianos, possibilitando-nos experimentar outras relações educativas.

Por entendermos que os livros transformam as nossas mentes e vidas, escolhemos compor o acervo da biblioteca local com literaturas infanto-juvenis que não só pudessem alimentar os nossos sonhos, como também possibilitassem reinventarmos modos de convivência amorosa com a Terra e de existirmos com a natureza, pois “[...] o cosmos é natureza. Tudo em que eu consigo pensar é natureza” (KRENAK, 2019, p. 17). Esses momentos foram essenciais para nos encharcarmos dessas relações de solidariedade comunitária, tecendo outras experiências e saberes ambientais de forma coletiva.

A partir dessas trajetórias com a educação ambiental e na militância no Coletivo Formate, recebemos o convite para integrarmos à Federação dos Movimentos Sociais de Viana, entidade representada por dois membros do Coletivo Formate no Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente (Comdema), entendendo que, ao ocuparmos esses espaços, estamos ampliando as nossas resistências e formando outras relações de saberes, reinventando estratégias a fim de não paramos de lutar. Quando pensamos em educar para se viver em outra sociedade, temos que nos libertar das relações opressoras, apostar em práticas pedagógicas anticoloniais, contra-hegemônicas e que reconheçam o ser humano “[...] enquanto ser cultural, histórico, inacabado e

6 O artigo *Práticas pedagógicas e os saberes socioambientais comunitários de um assentamento rural* foi apresentado na 39ª Reunião Nacional da ANPED, que ocorreu na Universidade Federal Fluminense, no período de 20 a 24 de Outubro de 2019. Disponível em: http://anais.anped.org.br/sites/default/files/arquivos_16_1. Acesso em: 03 out. 2022.

consciente do inacabamento” (FREIRE, 2017a, p. 50), a fim de que possamos aprender com o outro a dimensão do encontro do ser e do existir.

Na trajetória ao longo de uma década com as educações ambientais cotidianas, no Coletivo Formate, nos diversos movimentos sociais, nos encontros e práticas pedagógicas, coletivas e comunitárias que realizamos com os/as moradores/as, as famílias assentadas, os adolescentes em situação de abrigo, por fim, com as leituras e pesquisas no Mestrado Profissional em Educação, entendemos, em diálogo com o pensamento freireano, que “ninguém educa ninguém, como tampouco ninguém educa a si mesmo: [os seres humanos] se educam em comunhão, mediatizados pelo mundo” (FREIRE, 2017b, p. 96, grifo nosso), porque a educação libertadora não dialoga com práticas dominadoras, colonizadas e bancária de ensino e aprendizagem.

Portanto, as trajetórias e experiências com as educações ambientais a partir dos coletivos sociais foram fortes inspirações para cursar o mestrado e pesquisar os cotidianos no qual estou mergulhada, tendo a possibilidade de aprender a dialogar com a minha própria história. Por isso, acreditamos “que ‘conhecer-se’ e ‘situar-se no mundo’ e com o ‘outro’ são princípios fundamentais da construção da identidade pessoal e pública do/a educador/a ambiental” (REIGOTA; PRADO, 2008, p. 128).

Nos encontros com o grupo de pesquisa e por meio de estudos, nos reencontramos com a obra de Paulo Freire e, desse reencontro, destacamos um aspecto presente na introdução do livro *Pedagogia do Oprimido* (2017b), quando Paulo Freire questiona sobre o nosso “posto no cosmos”, alertando-nos da necessidade de admitirmos que pouco sabemos de nós. Assim, inspirado na pedagogia freireana, acreditamos na urgência em combatermos à opressão, à exclusão, à degradação ecológica e à desolação da vida no planeta, e em lutar por uma educação mais humana e como prática da liberdade.

Com as leituras e estudos de obras de Paulo Freire a partir do ingresso no mestrado, percebemos o potencial ético, político, pedagógico e ecológico das leituras de mundo dos sujeitos da pesquisa. Com seus engajamentos sociais, foi possível aproximarmos das obras de bell hooks e aprender como a pedagogia engajada busca “fazer de sua prática de ensino um foco de resistência” (hooks, 2013, p. 34), ao se preocupar com a participação coletiva nos processos de aprender e de ensinar, escapando das pedagogias do silêncio, das concepções bancárias de educação e das relações de dominação.

Atualmente, o Coletivo Formate conta com 12 integrantes com formação em diversas áreas, como Técnico em Meio Ambiente, Engenharia Ambiental, Educação Ambiental, Gestão Cultural, Educação Musical, Pedagogia, Jornalismo, Produção Audiovisual, Produção Cultural, Ciência da Computação, Psicologia, Serviço Social, Recursos Humanos e Administração. Resaltamos que esses/as militantes participam dos conselhos de direitos como o Conselho do Parque Municipal Rota das Garças e da Comissão Interinstitucional da Política Municipal de Educação Ambiental, ambos em Viana.

Após muitas leituras, compreendemos que participar dos movimentos sociais, como o Coletivo Formate, é uma maneira que encontramos de formar pequenos quilombos com a intenção de ampliarmos os nossos horizontes existenciais, resistindo à ideia de pertencermos a uma humanidade homogeneizada, que tenta padronizar as nossas experiências coletivas, tentando retirar de nós a alegria de circular pelo mundo, atraindo uns aos outros pelas nossas diferenças e pelo desejo que temos de vivenciar outras ecologias e educações ambientais, com o intuito de suspendermos o céu e assim adiarmos o fim do mundo, como nos ensina Ailton Krenak.

Nosso tempo é especialista em criar ausências: do sentido de viver em sociedade, do próprio sentido da experiência da vida. Isso gera uma intolerância muito grande com relação a quem ainda é capaz de experimentar o prazer de estar vivo, de dançar, de cantar. E está cheio de pequenas constelações de gente espalhada pelo mundo que dança, canta, faz chover. O tipo de humanidade zumbi que estamos sendo convocados a integrar não tolera tanto prazer, tanta fruição de vida. Então, pregam o fim do mundo como uma possibilidade de fazer a gente desistir dos nossos próprios sonhos. E a minha provocação sobre adiar o fim do mundo é exatamente sempre poder contar mais uma história. Se pudermos fazer isso, estaremos adiando o fim (KRENAK, 2019, p. 26-27).

Com a intenção de continuarmos adiando o fim do mundo (KRENAK, 2019) ao experimentarmos o prazer de estar vivos, iremos apresentar e problematizar algumas práticas de educação ambiental e as relações comunitárias afetivas, ecológicas, políticas e pedagógicas em defesa da preservação do rio Formate, a partir das narrativas e bio:grafias de moradores e moradoras locais e membros de movimentos sociais vianenses.

Narrativas das educações ambientais praticadas em uma comunidade e nos cotidianos escolares

A proposta de tecermos esse capítulo de forma dialogada com os moradores e as moradoras de Marcílio de Noronha é um convite para mergulharmos nas narrativas e *bio:grafias* contadas a partir dos grupos sociais oprimidos, pensando o mundo de modo descolonizado ao trazermos à tona os saberes e as contribuições políticas, pedagógicas e ecologistas desses que são envolvidos em práticas de educações ambientais realizadas em prol da preservação do rio Formate.

Por isso, apostamos nas *bio:grafias* dos moradores e moradoras de Marcílio de Noronha e membros dos movimentos sociais vianenses, enquanto movimento teórico, metodológico, epistemológico e pedagógico de dialogar e de aprender com a própria história, por estarem mergulhados nos espaços potencializadores de aprendizagens com suas práticas comunitárias e ecológicas.

A noção de *bio:grafias* foi inspirada no pensamento político e pedagógico freireano ao possibilitar a produção de narrativas contra-hegemônicas e descolonizadas que enfatizam as aprendizagens coletivas vivenciadas pelos sujeitos que vêm das margens, e como os/as oprimidos/as se veem nessa relação com o mundo, ao intervirem em suas realidades locais que são atravessadas pela temática ambiental.

Outro aspecto fundamental na definição das bio:grafias são as características do seu conteúdo pautado nas trajetórias pessoais relacionadas prioritariamente com a temática ambiental, nos seus aspectos culturais, políticos, sociais, econômicos e ecológicos, e por serem resultantes de processos pedagógicos (REIGOTA; PRADO, 2008, p. 129).

As *bio:grafias* dos moradores e moradoras que residem próximo ao rio Formate foram tecidas com a intenção de evidenciar saberes que socialmente foram criados por eles/as através de suas práticas cotidianas.

Nesse sentido, a noção política e cultural inerente às bio:grafias rompe com a rotina normativa e apática e dá visibilidade a outras possibilidades, desconhecidas, menosprezadas, desqualificadas ou silenciadas pelas estruturas normativas que definem o que é ou não passível de ser levado em consideração, em escalas de valores definidas em espaços culturais e políticos hegemônicos (REIGOTA; PRADO, 2008, p. 130).

Além disso, destacamos que aprender a dialogar com a própria história é um convite para revisitarmos as nossas histórias, compartilhando as experiências de circular, transformar e (re)escrever o mundo, pois “[...] o nosso aprendizado se dá na prática geral da qual fazemos parte, na prática social [...], é fazendo história que a gente aprende a história” (FREIRE; GUIMARÃES, 2011, p. 24). Por isso, o encontro com os moradores e moradoras de Marcílio de Noronha nos possibilitou a realização de outras leituras de mundo, ao contribuir com a nossa formação e reafirmação diante das injustiças sociais, raciais e ambientais cotidianas.

Veremos a seguir que as narrativas dos moradores e moradoras apresentam saberes que emergem dessa relação com o rio Formate, contrapondo-se ao descaso histórico com relação às pessoas que moram às margens do rio, as quais estão sendo representadas nas reportagens e nos discursos oficiais a partir da ausência de políticas públicas e situação de pobreza, pois quem detém o monopólio da palavra são os dominadores, portanto, as imagens veiculadas, nesses meios, são pensadas e projetadas com o intuito de representar o pensamento colonizador.

Pensando nos ambientes educativos e formativos que emergem dos espaços comunitários, destacamos que as narrativas e *bio:grafias* dos moradores e moradoras de Marcílio de Noronha mostram um compromisso com a vida, destacando as memórias afetivas e as práticas de re-existências que acontecem em defesa do rio Formate, que semelhante ao rio Doce está em coma devido à ação provocada pelos devoradores de mundos que buscam transformar as montanhas, as florestas e os rios em recursos naturais com a finalidade de se tornarem mercadorias, conforme menciona Ailton Krenak (2019). Além disso, como um dos efeitos da colonialidade, temos presenciado rios sendo transformados em lama (rio Doce) e esgoto (rio Formate).

Trazemos para a pesquisa as contribuições dos diários de Carolina Maria de Jesus, pois as suas obras e escrita memorialística e de re-existência dialogam com as nossas vivências e nos fazem pensar nas contribuições éticas, políticas, ecológicas e pedagógicas dos saberes e fazeres tecidos nas relações comunitárias que foram narradas e *bio:grafadas* pelos moradores e moradoras do bairro Marcílio de Noronha e membros dos movimentos sociais vianenses.

O município de Viana está localizado na Região Metropolitana da Grande Vitória. De acordo com os registros históricos oficiais disponíveis no site da prefeitura local, o surgimento da cidade de Viana ocorreu no século XVII, com o início da “ocupação” dos colonizadores portugueses. Esse processo se intensificou com o incentivo da imigração europeia no século XIX, principalmente de alemães e italianos, que receberam terras, casas e os insumos para trabalharem na agricultura.

Ao lermos a historiografia oficial da cidade de Viana, conforme mencionado no site deste município,⁷ percebemos a semelhança com os acontecimentos ocorridos no cenário nacional, pois a história de Viana foi forjada pelos dominadores e contada de forma hegemônica. Por isso, a maneira como a colonização portuguesa é apresentada dificulta o nosso entendimento acerca dos conflitos que ocorreram a partir da “presença civilizatória” dos colonizadores que provocaram o genocídio da população nativa, formada pelos indígenas da tribo Puris que lutavam pela defesa dos seus territórios e contra a dominação colonial.

7 A história deste município consta no site da Prefeitura Municipal de Viana, ES. PREFEITURA MUNICIPAL DE VIANA. **História do Município**. Disponível em: <https://www.viana.es.gov.br/pagina/ler/50/a-cidade>. Acesso em: 10 out. 2022.

O incentivo à imigração europeia em Viana, seguindo o contexto político, econômico e social da época, foi uma prática de branqueamento social da população brasileira, formada até então majoritariamente por negros, indígenas e mestiços. Segundo Sueli Carneiro (2019), a ideia de branqueamento social estava fundamentada no projeto de eugenia, que representava as teorias científicas racistas criadas para justificar a suposta inferioridade biológica e intelectual, o atraso cultural presentes nos grupos sociais oprimidos e a afirmação da superioridade branca, que era considerada pelos estudiosos eugenistas a evolução da espécie humana.

Portanto, da forma pela qual a sociedade brasileira enfrenta estas questões depende o projeto de nação inclusiva que todos desejamos ou da consolidação do projeto de nação excludente que vem sendo construído a mais de 500 anos de extermínio dos povos indígenas e de marginalização social dos negros em prol do desejado embranquecimento racial, étnico e cultural do país (CARNEIRO, 2019, p. 142).

De acordo com o autor Silvio Almeida (2019), advogado, filósofo, professor, escritor, pesquisador, militante negro e diretor-presidente do Instituto Luiz Gama, em diálogo com as teorias do direito, economia, ciência política e filosofia, apresenta o racismo estrutural como dominação naturalizada no processo histórico, econômico, social, cultural, político e institucional presentes nas normas e padrões da sociedade brasileira.

A tese central é a de que o racismo é sempre estrutural, ou seja, de que ele é um elemento que integra a organização econômica e política da sociedade. Em suma, o que queremos explicitar é que o racismo é a manifestação normal de uma sociedade, e não um fenômeno patológico ou que expressa algum tipo de anormalidade. O racismo fornece o sentido, a lógica e a tecnologia para a produção das formas de desigualdade e violência que moldam a vida social contemporânea (ALMEIDA, 2019, p. 20-21).

Como a ideia de sociedade moderna e civilizada está associada ao ser branco, entendemos o motivo da forte influência da colonização europeia no município de Viana, presente nos casarões e nas festividades religiosas do

Divino. Essa situação mostra a razão de os gestores municipais não se preocupam em garantir as tradições culturais da etnia dos Puris.

Por esses motivos históricos e políticos, abordaremos nesta pesquisa as histórias dos povos vianenses, suas relações de solidariedade, de ecologias, de ancestralidade, e a organização social e coletiva em prol da preservação do rio Formate que não estão presentes nos documentos oficiais, como é o caso das famílias que residem no Assentamento Santa Clara e no Acampamento Cigano. A exceção a esse grupo é a comunidade quilombola de Araçatiba, símbolo da resistência cultural negra de Viana, que inspirou a publicação de dois livros: Araçatiba: Patrimônio e Cultura⁸ e Araçatiba: Arte e Cultura, ambos foram produzidos a partir das narrativas dos moradores e moradoras.

A seguir, apresentaremos o campo problemático da pesquisa a partir das trajetórias, encontros e experiências nos diferentes *espaçostempos* da pesquisa, trazendo como aportes metodológicos os escritos e anotações do diário de campo, fotografias e narrativas de moradores, moradoras e militantes dos movimentos sociais vianenses, bem como as vivências do cotidiano escolar.

Movimentos sociais vianenses, rio Formate e outras educações ambientais

No município de Viana, campo problemático da pesquisa, podemos destacar que os movimentos sociais são atuantes em relação à participação, mobilização e controle social, ao atuarem nos conselhos de direitos, como os da saúde, da criança e do adolescente, da pessoa com deficiência, da educação, da assistência social e do meio ambiente.

Além disso, esses movimentos organizam audiências públicas, atos públicos, palestras, atividades esportivas para área infanto-juvenil, oficinas educativas nas escolas e aula de artesanato. Também ofertam cursos profissionalizantes e outras atividades nas suas comunidades. Essas ações são realizadas pela Femopovi, Asiarfa, Coletivo Formate, Movimento de Pequenos Agricultores (MPA), Associação Cultural Esportiva Ecológica Raízes da Natureza Vanderlei Karate (AceeranVankate), Movimentos Comunitários,

8 Esses livros são resultado do trabalho do grupo de pesquisa do Laboratório de Extensão e Pesquisa em Artes da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), publicado em 2017.

Associação de Catadores de Materiais Reciclados do Município de Viana (Ascamavi) e o grupo Artesanarte.

Já as mulheres militantes, sujeitos da história e praticantes da pesquisa, residem em diferentes bairros do município de Viana. Essa situação nos permite compor diálogos com os movimentos sociais que tecem as suas práticas pedagógicas ambientais comunitárias entrelaçadas à atuação e à participação feminina, em respostas às demandas que emergem de suas comunidades e que nos possibilitam problematizarmos acerca das potencialidades presentes nesses espaços de aprendizagem coletiva. Essas mulheres estão inseridas na Asiarfa, na Ascamavi, no Grupo Artesanarte, no Coletivo Formate e na Femopovi.

A Asiarfa atua nos municípios de Viana e Cariacica, realizando a sensibilização, reflexão e ações educativas nas escolas, visando reduzir as problemáticas ecológicas que o rio Formate enfrenta devido à ocupação desordenada de sua bacia hidrográfica.

A Ascamavi é uma cooperativa que trabalha com resíduos sólidos, cujos/as associados/as recolhem, separam, prensam e comercializam os materiais reciclados e dividem igualmente o lucro entre os/as cooperados/as. As mulheres deste grupo realizam o trabalho de sensibilização nas escolas, unidades de saúde, comércios e demais espaços comunitários que fazem parte da área de abrangência da cooperativa.

O grupo Artesanarte é formado por mulheres artesãs que organizam o seu trabalho a partir da economia solidária, reaproveitamento, customização e inclusão produtiva. Neste grupo, as mulheres já realizaram oficinas com idosos, pessoas com transtornos mentais, no sistema prisional, Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS), Serviço de Acolhimento Institucional e na comunidade quilombola de Araçatiba.

O Coletivo Formate é um grupo formado por militantes ecológicos que realizam ações, oficinas, projetos e formações comunitárias ambientais com crianças, adolescentes e adultos moradores da área urbana e rural de Viana. Também atua em parceria com o SOS Mata Atlântica, monitorando a qualidade das águas do rio Formate e do rio de Biriricas. Além disso, realiza juntamente com outros movimentos sociais ações de reflorestamento e participa dos conselhos de direitos municipais ligados à temática ambiental.

A Femopovi é uma entidade sem fins lucrativos, em que os/as integrantes deste grupo participam do controle social por meio dos conselhos de direitos na área social, ambiental e educacional. Além disso, colaboram com a organização das Associações de Moradores e Movimentos Comunitários locais. A Femopovi organiza audiências públicas e reuniões com assuntos de interesse popular (moradia popular, a reforma da previdência e defesa do Sistema Único de Saúde), promove a entrega de mantimentos quando recebe doações e organiza atos públicos e ações ecológicas, também discute sobre saneamento básico municipal.

A partir dos encontros, experiências, convivências e diálogos com esses grupos, surgiu o interesse em pesquisar o tema *Cartografias e narrativas das educações ambientais e ecológicas insubmissas nos cotidianos das mulheres na bacia do rio Formate, Viana (ES)*. (SANTOS, 2020), que acontecem, apesar das problemáticas ecológicas envolvendo o rio Formate, no perímetro urbano, que está sendo poluído com esgoto doméstico, industrial e materiais descartáveis.

Apostamos no encontro com esses diferentes saberes como possibilidades de enfrentarmos as problemáticas ecológicas que estão ganhando destaque no espaço político por “[...] não obedecerem fronteiras geográficas, exigindo e envolvendo pessoas com diferentes características sócio-culturais na tentativa de se encontrar alternativas e soluções” (REIGOTA, 1999, p. 55), para situações enfrentadas no nosso cotidiano. A seguir, apresentaremos as educações ambientais que emergem com os coletivos sociais de Viana a partir de episódios cotidianos que fazem parte desses momentos comunitários os quais foram registrados no diário de campo.

Episódio 1: O maior potencial de um lugar são as pessoas

No último semestre de 2019, conversamos com os moradores e moradoras de Marcílio de Noronha para reconstruirmos as histórias desta comunidade a partir das práticas de educações ambientais e das relações comunitárias afetivas, ecológicas, políticas e pedagógicas em defesa da preservação do rio Formate, nessa relação de re-existência da memória contra o esquecimento.

O bairro Marcílio de Noronha, localizado no município de Viana, surgiu em 1984, com o início da construção do Conjunto Habitacional (Cohab) destinado às famílias de trabalhadores/as, que em sua maioria atuavam nas empresas Real Café e Braspérola. Oficialmente, a história desse bairro, assim como das demais comunidades vianenses, foi sistematizada apenas pelos

gestores do nosso município. Por isso, recorremos às narrativas dos moradores e moradoras mais antigos, a fim de que este diálogo seja um convite para conhecermos um pouco das suas experiências coletivas.

Figura 1 - Bairro Marcílio de Noronha na década de 1990



Fonte: arquivo de morador.

Atualmente, a comunidade de Marcílio de Noronha representa o maior pólo comercial vianense. Além do comércio, essa comunidade possui cinco escolas públicas, a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (Apaie) e concentra os serviços da rede socioassistencial municipal. Temos ainda os espaços de uso coletivo como praças, campo de futebol, quadra poliesportiva, feira livre, academia popular, horta comunitária e jardim.

A escolha dessa comunidade como campo problemático da pesquisa ocorreu por estar localizada às margens do rio Formate, ter um número significativo de moradores e moradoras que residem próximo ao rio que participam de movimentos sociais, espaços de controle social e representação comunitária e possuir escolas que realizam práticas pedagógicas ambientais. Esse bairro também concentra grande parte dos sujeitos dessa história e praticantes da pesquisa.

De acordo com os moradores e moradoras, as famílias que vieram morar no bairro Marcílio de Noronha e que não tinham acesso ao abastecimento de água fornecido pela Companhia Espírito Santense de Saneamento (Cesan) realizavam suas atividades domésticas como cozinhar, tomar banho e lavar roupa buscando água no rio Formate. Aliás, as mulheres que viviam às margens do

rio costumavam confeccionar vassouras artesanais para o uso pessoal, colhendo algumas espécies de plantas nativas da região. Uma moradora narrou que:

A minha avó contava muitas histórias do rio Formate. Quando mudou para Marcílio, ela lavava roupa no rio e meu avô pescava. Nos finais de semanas, as pessoas se reuniam para tomar banho no rio e fazer piquenique. Ela só limpava o quintal com vassoura feita de folhas que ela pegava na beira do rio.

De acordo com os relatos, uma prática comum entre os moradores e moradoras era levar as pessoas doentes, principalmente crianças, para serem benzidas, sendo as benzedadeiras uma referência em assuntos relacionados à saúde. Essas mulheres recorriam às rezas com ramos de plantas e gestos, a fim de trazer a cura aos enfermos. Elas também compartilhavam os seus saberes no preparo de chás, remédios caseiros e banhos de ervas que eram indicados de acordo com a enfermidade apresentada,

Na minha infância, eu e os meus irmãos brincávamos tomando banho no rio. Nós costumávamos ver as mães levando as crianças para serem benzidas, nós ficávamos quietos somente no momento da reza e aproveitávamos para ser benzidos também. Depois da reza, o galho era colocado no rio e levado pela correnteza. Deve ser por isso que ninguém morreu afogado, apesar do rio na época ser fundo, eu só tomava banho na parte mais rasa. (Informação oral).

O relato da moradora traz a memória de um tempo em que os diferentes saberes de tradição oral e ancestral, realizado por mulheres em sua maioria negras, idosas, mães e religiosas, deixaram de ser praticados nessa comunidade. Essa mudança nos provocou alguns questionamentos, como: por que as práticas de benzimentos, por estarem associadas às religiões de matriz africana, não são aceitas pela maioria das igrejas tradicionais cristãs? De que forma a intolerância religiosa contribui com a reprodução do pensamento hegemônico colonizador? E como o crescimento da indústria farmacêutica colaborou com a perda dessa tradição na região?

O crescimento das igrejas evangélicas como expressão da única forma de verdade religiosa intensifica as práticas de intolerância, racismo e crimes cometidos contra as religiões de matriz africana, sendo essas situações

naturalizadas nos canais televisivos de hegemonia evangélica, que ao se expandirem colaboram com a perda da diversidade religiosa e da herança cultural de origem africana. Essa é uma das estratégias de dominação dos corpos e pensamentos negros, já que várias lideranças religiosas reproduzem discursos que buscam inferiorizar as religiões de matriz africana, na tentativa de aproximação e aceitação da população negra do suposto marco civilizatório europeu cristão (CARNEIRO, 2019).

Constatamos ainda que os moradores e moradoras mais antigos utilizavam plantas medicinais do entorno do rio Formate ou dos seus quintais para prepararem chás e xaropes caseiros no tratamento de várias doenças, e a argila do rio era utilizada para aliviar a dor.

Não tínhamos unidade de saúde, e como tudo era distante e quase não passava ônibus aqui, o jeito era beber chá, bebíamos muito chá de boldo, arnica, cidreira, capim santo e arruda. Isso era para tratar qualquer tipo de dor. Um/a vizinho/a ensinava ao/a outro/a a prepararem os chás e xaropes caseiros e dava tudo certo. Minha mãe só levava a gente ao médico quando a doença era grave. (Informação oral).

Conversar com os moradores e moradoras de Marcílio de Noronha, pensando nas práticas de educações ambientais e ecologistas que emergem dos cotidianos do rio Formate e suas contribuições histórica, política, cultural, ecológica e de resistência, foi um momento de descobertas e reflexão. Percebemos que os moradores e moradoras que residem na área com maior incidência comercial destacaram, em suas narrativas, como sendo potencialidades dessa comunidade a infraestrutura e a localização geográfica do bairro.

Moro aqui, desde quando as casas eram da Cohab (Conjunto Habitacional). Esse bairro mudou muito, antigamente quase não tinha comércio. Eu levo os meus netos para brincar na pracinha com frequência, toda quarta-feira vou à feira comprar minhas verduras. Faço parte do grupo de idosos do CRAS, vou à igreja, gosto de fazer curso na área de artesanato oferecido pela prefeitura. Daqui até Campo Grande (Cariacica) é rapidinho (Informação oral).

Ao pensarmos nos processos de identificação que acontecem nessa comunidade, a partir da produção de sentido coletivo e das suas leituras de mundo, percebemos que os moradores e moradoras que residem próximo ao rio Formate evidenciaram como potencialidades locais as relações humanas, as ações positivas e de solidariedade que faziam ou fazem parte dos cotidianos dessa comunidade, assim como a organização, mobilização e engajamento social comunitário.

Temos pessoas muito boas e dedicadas na nossa comunidade, que são um exemplo a ser seguido, um deles é o seu Zé que cuida do jardim do bairro sozinho há mais 20 anos. Ali onde fica o jardim era um lixão, e ele mantém o lugar com os seus recursos. A dona Maria que cuida da nossa horta comunitária é outra pessoa que pensa no bem estar coletivo (Informação oral).

Nas conversas tecidas com os moradores e moradoras do nosso bairro, vieram à tona situações que mostram como algumas pessoas da comunidade possuem histórias de vida entrelaçada com o rio Formate e que essas relações afetivas, de respeito e cuidado com o rio, como se fosse um ente da família, despertou neles/as o interesse pela participação nos movimentos populares, produzindo novos saberes nessa relação com o mundo, conforme veremos nas narrativas a seguir.

Episódio 2: Brincar, nadar e se alimentar do rio

No dia 10 de outubro de 2019, quinta-feira, ao entardecer, fui visitar o companheiro, militante e camarada Antônio Pacheco Gonçalves para conversarmos um pouco sobre a sua vivência e atuação nos movimentos de resistência envolvendo o rio Formate. Mesmo depois de uma árdua jornada de trabalho, o Pacheco me recebeu juntamente com a sua família e carinhosamente prepararam um café da tarde, com frutas e lanches que uma pessoa vegana pode comer. Me senti muito acolhida.

Quando eu mudei para Marcílio de Noronha, as residências eram construídas pela Cohab. As moradias, por serem muito pequenas, quase não atendiam à realidade das famílias que vieram morar aqui. Por esse motivo, as pessoas retiravam a areia perto do rio para fazerem blocos e aumentarem os cômodos da casa ou

construírem os muros. Na minha infância, brincávamos de pique-esconde e pique-alto no entorno do rio Formate. Uma das nossas diversões era pegar frutas na beira rio, como: manga, ingá, abacate, goiaba, cana e banana. Nós fazíamos a travessia pelas árvores e aqueles/as que caíam aproveitavam para nadar um pouco. Já as novas gerações olham para o rio Formate e veem um valão ou esgoto a céu aberto. Meu filho e filhas não puderam vivenciar essa mesma experiência de brincar, nadar e se alimentar do rio (Antônio Pacheco Gonçalves, 2019, informação oral).

Nas nossas conversas, mencionamos que um dos movimentos sociais que surgiu dessa relação com os cotidianos escolares (ALVES, 2019) foi o grupo Coletivo Formate, sendo essa uma das poucas iniciativas, talvez porque seja um desafio romper com as práticas de educação bancária enquanto instrumento de opressão, que reforça o ensino e a aprendizagem desassociados das situações concretas vivenciadas pelos/as estudantes e a comunidade escolar, podendo esse problema também interferir na participação comunitária com relação ao enfrentamento das problemáticas relacionadas ao rio Formate.

Esse encontro nos fez refletir que mesmo quase sem vida na área urbana, o rio Formate está presente nas discussões da Femopovi, do Coletivo Formate e da Asiarfa, assim como nas ações que realizamos, como o plantio de mudas no entorno do rio, nas reivindicações junto ao poder público e nas práticas educativas ambientais, pois apoiamos as iniciativas das comunidades e das escolas da região.

Episódio 3: Rio Formate... esse rio é seu, esse rio é meu, esse rio é nosso

No dia 06 de novembro de 2019, quarta-feira, à tarde, fui ao encontro do companheiro, militante e camarada Wilberth Rodrigues da Silva para dialogarmos sobre as suas relações cotidianas, a participação social e o rio Formate. Aproveitamos a ocasião para ouvir música, ver fotos, preparar chá, comer, sugerir livros, filmes, andar descalço pela chácara, pegar muda de plantas medicinais, recordar situações que vivenciamos no período escolar e conhecer o ateliê/estúdio, um espaço criativo de produção. Após uma tarde muito agradável, fluíram nossas conversas a respeito do rio Formate.

Desde que eu me lembro, o rio já faz parte da minha vida. Quando éramos criança, depois da partida de futebol, era sagrado o mergulho no rio. Na escola, onde estudei o ensino médio (EEEFM Theodomiro Ribeiro Coelho), havia muitas atividades educativas com o rio, organizávamos ações de limpeza, sensibilização das comunidades do entorno do rio, caminhadas ecológicas, eu lembro que fizemos uma camisa que tinha a seguinte frase: Formate: esse rio é seu, esse rio é meu, esse rio é nosso. Eu acho que todos/as nós que moramos na beira do rio deveríamos ser guardiões das águas, por isso, é importante as ações de sensibilização e as formações. Temos que continuar apostando na vida de todos os seres. Cuidar de si e do outro deveria ser algo do ser humano. Mas, a maioria de nós fomos educados/as para competir e dificilmente para construir possibilidades em conjunto. Hoje, para mim, permanecer acreditando e fortalecendo o coletivo é um ato de resistência. Quando conheci o Coletivo Jovem de Meio Ambiente, eu fiquei encantado com a proposta, por não ser algo hierarquizado, mas, ao mesmo tempo, me preocupava com a identidade local. O primeiro projeto que escrevi com uma amiga foi de revitalização do rio Formate, que seria realizado juntamente com a nossa comunidade. Eu era adolescente, não me recordo nem a idade que tinha na época, mas a vontade de fazer algo pelo rio permanece até hoje (Wilberth Rodrigues da Silva, 2019, informação oral).

Durante o encontro, percebemos que sua relação com o rio Formate é como se o rio fosse uma pessoa, um amigo, uma relação semelhante a dos indígenas da tribo Krenak, que se consideram netos do rio Doce, conforme menciona Ailton Krenak (2019, p. 40), “o rio Doce, que nós, os Krenak, chamamos de Watu, nosso avô, é uma pessoa, não um recurso, como dizem os economistas. Ele não é algo de que alguém possa se apropriar; é uma parte da nossa construção como coletivo [...]”. As duas narrativas mostram os seres humanos integrados ao ambiente em que vivem e revelam como esse pensamento descolonizado alimenta as nossas re-existências, criatividade e sonhos.

Episódio 4: Temos que fazer a diferença no lugar onde estamos

No dia 21 de dezembro de 2019, no sábado, à tarde, ao sair de casa para visitar uma amiga, me deparei com um senhor cuidando do único jardim público do bairro Marcílio de Noronha. Embora eu soubesse que o Sr. José era o responsável pela iniciativa de transformar aquele local, que antes era um ponto viciado de lixo, em um jardim, ainda não havia tido a oportunidade de conversar com ele a respeito do que havia despertado o seu interesse em manter um jardim comunitário com tanta dedicação há mais de 20 anos.

Moro em Marcílio de Noronha há muitos anos, e quando as pessoas começaram a jogar lixo aqui eu não me conformava com essa situação, principalmente por causa do mau cheiro. Naquela época, as pessoas jogavam de tudo aqui, e isso acabava atraindo roedores, insetos e outros animais que fazem mal à saúde. Todo aquele lixo me deixava preocupado, por causa da dengue e hoje também temos que nos preocupar com a chikungunya e o zika vírus. Pensei em fazer algo diferente, que valorizasse o bairro e também servisse de exemplo para os meus filhos, porque ter referência positiva é primordial para qualquer cidadão/ã. Nós como cidadãos/ãs muitas vezes reclamamos demais, porém não fazemos o que está ao nosso alcance para mudar a nossa própria realidade. Nós não temos que esperar pelo/a outro/a, precisamos fazer a diferença no lugar onde estamos. Quando comecei a retirar os entulhos e a cuidar dessa área, não tinha conhecimento sobre jardinagem. Fui aprendendo na prática, no começo apanhei bastante até aprender as técnicas. O solo desse lugar não era de boa qualidade devido à quantidade de lixo que recebia, foram necessárias várias aplicações de adubo orgânico. Depois aprendi a podar as plantas para o jardim ficar esteticamente bonito. Aqui dentro não é necessário ser um especialista em jardinagem para mantê-lo, basta se dedicar. Muitos moradores daqui do bairro não entendem o motivo dessa dedicação que tenho ao jardim, dizem que esse lugar só gera gastos e não obtenho vantagens financeiras. Eu acredito que não devemos basear as nossas relações pensando apenas no lucro. Hoje as pessoas costumam vir aqui tirar fotos de casamento, aniversário de 15 anos, batismo, formatura, para mim é gratificante saber que

esse simples gesto tem gerado frutos. As crianças da educação infantil já vieram aqui. Eu sou uma pessoa que acredito no ser humano, acho que se aprendemos a destruir a natureza, também podemos colaborar com a sua reconstrução e ter consciência de que precisamos preservar (Sr. José, 2019, informação oral).

Episódio 5: Práticas pedagógicas de educação ambiental nos cotidianos escolares

A escolha do CMEI Izabel Merscher Helmer para realizarmos as práticas pedagógicas entrelaçadas ao rio Formate com os/as estudantes deu-se pelo fato dessa unidade de ensino estar localizada próximo ao rio, realizar ações na comunidade em defesa e preservação do rio Formate e ser referência em educação ambiental no município de Viana. O CMEI Izabel Merscher, desde 2015, realiza o projeto *Guardiões da Natureza em Ação*, sendo este um projeto de práticas pedagógicas ambientais com o objetivo de transformar a realidade escolar e da comunidade local, já que as ações são contínuas e contam com o envolvimento dos pais e o engajamento de outros/as moradores/as das comunidades do entorno da escola.

Há cinco anos, a escola começou com o projeto de horta, que foi pensado e organizado com os/as professores/as, estudantes e os seus familiares. Podemos destacar como um diferencial dessa iniciativa a parceria com os/as moradores/as da comunidade, principalmente aqueles/as que tiveram a experiência de morar na área rural e de cultivar horta, pois esses/as moradores/as compartilham os seus saberes e fazeres com as crianças e funcionários.

O cuidado diário da horta faz parte do cotidiano escolar, e os/as professores/as se organizam, juntamente com os/as estudantes de cada turma e turno, para regar, limpar, adubar (adubo orgânico), replantar, colher e higienizar. Eles também comem os alimentos da horta quando as cozinheiras preparam a merenda escolar e doam parte dos alimentos colhidos para as famílias que são atendidas no CRAS de Marcílio de Noronha.

No segundo semestre de 2019, acompanhamos o cotidiano escolar das crianças do grupo pré-escolar II. Foi uma semana inteira conhecendo as atividades pedagógicas propostas para as crianças da educação infantil. Durante esse período, plantamos novas mudas na horta, dialogamos sobre o solo,

falamos sobre adubo orgânico, alimentação sem agrotóxico e fizemos tinta ecológica com a terra do quintal que cada criança levou para a escola.

Produzimos diversas tintas, depois separamos por cores e os/as estudantes realizaram desenhos livres. Além disso, assistimos a vídeos educativos sobre casas ecológicas de barro, artesanatos, confecção de telhas e tijolos. Cada criança teve um tempo para brincar com argila, com o objetivo de mostrar que a terra não é algo sem valor, pois é um organismo vivo. Falamos dos povos da floresta e de todos/as aqueles/as que buscam defender seus territórios e que produzem alimentos orgânicos. Participamos da revitalização do jardim da escola, os/as estudantes confeccionaram o papel reciclado com sementes de flores, conversamos sobre reaproveitamento alimentar e obesidade infantil. Também confeccionamos composteiras em garrafa pet e o adubo produzido foi utilizado na horta da escola, participamos da organização da caminhada ecológica com as crianças.

Iniciamos um diálogo sobre o rio Formate, tendo esse momento sido inspirado no livro *Planeta água*, que narra a história de uma criança encantada pela vida marinha, que ao perceber como a poluição dos rios, mares e oceanos afetam a nossa existência, começa a realizar pequenas ações envolvendo os/as amigos/as e familiares e quando ele cresce se torna biólogo e passa a organizar projetos de despoluição dos rios. Contamos a história do rio Formate, que nasce na Reserva Biológica de Duas Bocas, localizado na região montanhosa de Cariacica, e que as margens desse rio promovem o encontro entre os municípios de Viana e Cariacica, possibilitando a travessia entre os moradores/as dessas duas cidades. Esse rio possui aproximadamente 30 quilômetros de extensão, atravessando várias localidades, dentre elas as áreas agrícolas de intensa vegetação e as regiões urbanas.

Aproveitamos essa situação para dialogar com os/as estudantes que as enchentes são resultados da destruição do meio ambiente em que vivemos, pois, na área urbana, a retirada da vegetação nativa, a construção de moradias e comércios às margens do rio, o descarte inadequado dos materiais descartáveis, o esgoto, a falta de fiscalização e de ações educativas pelo poder público colaboram com o aumento de pontos de alagamento no período das fortes chuvas.

Figura 2 - Rua Antônio Freire no período de fortes chuvas



Fonte: arquivo de uma estudante da educação infantil.

Escutar o/a outro/a, aprender com as suas vivências, observar o que ficou de aprendizagem desses encontros são de fato aprendizados significativos, porque contribuem com outras leituras de mundo. Ao habitarmos os *espaços-tempos* dos cotidianos escolares (ALVES, 2019), assumimos o compromisso de propor processos pedagógicos que considerassem a educação ambiental, meio ambiente e as problemáticas ambientais vivenciadas pelos/as alunos/as, a fim de que os/as estudantes pudessem criar outras percepções de si, do outro e do mundo, intensificando o significado do que é vivido na sala de aula.

Acreditamos que, ao possibilitarmos a participação comunitária, estamos contribuindo com outros espaços potencializadores de aprendizagem, por isso “é importante viver a experiência da nossa própria circulação pelo mundo [...]” (KRENAK, 2019, p. 27), porque estamos lendo, sentindo e experimentando o mundo.

Ecologias insubmissas e escritivências

Neste capítulo, dialogaremos com as bases teóricas e metodológicas da educação ambiental, das *escritivências* e das ecologias insubmissas presentes no cotidiano de um grupo de mulheres militantes de movimentos sociais do município de Viana, sendo este também o referencial teórico-metodológico do projeto educacional de cunho formativo em educação ambiental, intitulado *Diálogo de mulheres insubmissas*.

A escrita deste capítulo teve como inspiração as *escritivências*⁹ da escritora Conceição Evaristo, assim como o diálogo com as autoras feministas negras e o pensamento freireano, por acreditarmos, na educação como prática da liberdade (FREIRE, 1980) e pelo fato desta ser uma educação libertadora que não alimenta em nós o desejo de nos tornarmos opressores.

A educação como prática da liberdade “[...] implica a negação do [ser humano] abstrato, isolado, solto, desligado do mundo, assim como também a negação do mundo como uma realidade ausente dos homens” (FREIRE, 2017b, p. 98). Por esse motivo, a educação como prática da liberdade representa um ato de resistência contemporânea, ao buscar ressignificar as práticas

9 Entrevista da escritora Conceição Evaristo concedida ao Instituto Tear em 2017, em que ela explica a noção de *escritivência*. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=4EwKXpTIBhE>. Acesso em: 29 fev. 2020.

educativas por meio do diálogo, da autonomia e da emancipação dessas mulheres, respeitando e valorizando os seus saberes cotidianos e as suas leituras de mundo (FREIRE, 1989).

Iniciamos trazendo para a conversa algumas reflexões do pensador indígena Ailton Krenak sobre a noção de humanidade, construída pela modernidade ocidental que se considera civilizada e que busca homogeneizar os modos de se habitar o mundo, suprimindo a diversidade.

A ideia de nós, os humanos, nos descolarmos da terra, vivendo numa abstração civilizatória, é absurda. Ela suprime a diversidade, nega a pluralidade das formas de vida, de existência e de hábitos. Oferece o mesmo cardápio, o mesmo figurino e, se possível, a mesma língua para todo mundo (KRENAK, 2019, p. 22-23).

Segundo Krenak, ao tentarmos integrar o clube da humanidade homogeneizada, que impõe limites a nossa existência restringindo a nossa liberdade, criatividade e capacidade de inventar experiências de organizações coletivas e autônomas, estamos aceitando pacificamente a ideia de servidão voluntária que busca transformar cidadãos em consumidores, visto que fomos ensinados a projetar os nossos sonhos, desejos e felicidade no consumo, ao basearmos as nossas relações no descarte da vida.

Enquanto a humanidade está se distanciando do seu lugar, um monte de corporações espertalhonas vai tomando conta da Terra. Nós, a humanidade, vamos viver em ambientes artificiais produzidos pelas mesmas corporações que devoram florestas, montanhas e rios. Eles inventam kits superinteressantes para nos manter nesse local, alienados de tudo, e se possível tomando muito remédio. Porque, afinal, é preciso fazer alguma coisa com o que sobra do lixo que produzem, e eles vão fazer remédio e um monte de parafernálias para nos entreter (KRENAK, 2019, p. 19-20).

Esse distanciamento da humanidade de sua ancestralidade e lugar de origem colaborou, conforme as reflexões do pensador indígena, para que fôssemos ensinados a separar os seres humanos da terra e a transformar em mercadoria os nossos corpos e tudo que é externo a ele. Além disso, colaboramos

com a expulsão dos povos do campo e da floresta, que são retirados dos seus territórios para viverem nas periferias dos centros urbanos.

Quando despersonalizamos o rio, a montanha, quando tiramos deles os seus sentidos, considerando que isso é atributo exclusivo dos humanos, nós liberamos esses lugares para que se tornem resíduos da atividade industrial e extrativista [...] (KRENAK, 2019, p. 49).

Os defensores dessa “humanidade” homogeneizada escondem que o modo predatório que escolhemos habitar o planeta está se dissolvendo e, por ser inviável a sua continuidade, apresentam o fim do mundo como estratégia para continuarem devorando os mundos, os animais, os sonhos e as pessoas ao aniquilarem a vida através do uso da violência cometida principalmente contra os povos e as comunidades que resistem à dominação de seus territórios, corpos e pensamentos, ao se manterem conectados às suas terras e memórias ancestrais.

Há centenas de narrativas de povos que estão vivos, contam histórias, cantam, viajam, conversam e nos ensinam mais do que aprendemos nessa humanidade. Nós não somos as únicas pessoas interessantes no mundo, somos parte do todo. Isso talvez tire um pouco da vaidade dessa humanidade que nós pensamos ser, além de diminuir a falta de reverência que temos o tempo todo com as outras companhias que fazem essa viagem cósmica com a gente (KRENAK, 2019, p. 30-31).

As ideias para adiarmos o fim do mundo também foram pensadas em nossas práticas comunitárias de educações ambientais em prol da preservação do rio Formate, tanto nos coletivos sociais quanto nos diferentes espaços de formação, nos cotidianos escolares da pesquisa e nos grupos que re-existem de forma insubmissa ao confinamento da vida, apostando na possibilidade de vivenciarem outras experiências de humanidade.

Com os movimentos comunitários vianenses e as escolas situadas próximas ao rio Formate, vivenciamos inúmeras aprendizagens, que aconteceram por meio das narrativas que se entrelaçam com as águas do rio e que possibilitaram a realização de encontros que funcionassem como *espaçostempos* de proliferação de paraquedas coloridos.

De que lugar se projetam os paraquedas? Do lugar onde são possíveis as visões e o sonho. Um outro lugar que a gente pode habitar além dessa terra dura: o lugar do sonho. Não o sonho comumente referenciado de quando se está cochilando ou que a gente banaliza “estou sonhando com o meu próximo emprego, com o próximo carro”, mas que é uma experiência transcendente na qual o casulo do humano implode, se abrindo para outras visões da vida não limitada. Talvez seja outra palavra para o que costumamos chamar de natureza. Não é nomeada porque só conseguimos nomear o que experimentamos. O sonho como experiência de pessoas iniciadas numa tradição para sonhar [...] (KRENAK, 2019, p. 65-66).

Com esse desejo de experimentar implodir o casulo do humano que existe em nós (KRENAK, 2019), escolhemos compor um diálogo com o autor Félix Guattari (2001), que propõe uma articulação ética, política e estética para pensarmos a noção de ecosofia, a partir da integração das três ecologias que envolvem o ambiental, o social e a subjetividade, ampliando as concepções modernas de meio ambiente, não mais como sinônimo de uma natureza externa ao ser humano, mas como resultado da integração das pessoas com o ambiente físico em que vivemos, das relações sociais cotidianas, pois “[...] os modos de vida humanos individuais e coletivos evoluem no sentido de uma progressiva deterioração” (GUATTARI, 2001, p. 8) e das relações subjetivas que constroem as nossas noções de mundo.

Por esse motivo, apostamos nas intervenções comunitárias em prol da preservação do rio Formate, enquanto ações concretas de enfrentamento das problemáticas ambientais locais e globais. Além disso, através da tentativa de rearticulação humana com as três ecologias, podemos problematizar a respeito das ecologias insubmissas que estamos produzindo em nossos cotidianos, as quais expressam esse encantamento com o mundo, sendo estes antídotos contra os relacionamentos tóxicos e o aumento da barbárie, decorrentes do crescimento dos grupos nacionalistas, reacionários e neoconservadores que defendem a continuidade da opressão patriarcal.

Pensando o cuidado de si, do outro e do meio ambiente, assumimos o compromisso com uma educação ambiental política (REIGOTA, 2012), engajada com as problemáticas cotidianas e entrelaçada ao pensamento pedagógico

freireano (2017b), porque entendemos que nos humanizamos nessa relação com o mundo, buscando a libertação e restauração da nossa humanidade enquanto sujeitos oprimidos, que lutam pela humanização dos nossos opressores, comprometendo-se com a participação comunitária na busca por alternativas de práticas pedagógicas de educações ambientais nas comunidades e nos cotidianos escolares, em prol da preservação do rio Formate.

Quando afirmamos e definimos a educação ambiental como educação política, estamos afirmando que o que deve ser considerado prioritariamente na educação ambiental é a análise das relações políticas, econômicas, sociais e culturais entre a humanidade e a natureza e as relações entre os seres humanos, visando à superação dos mecanismos de controle e de dominação que impedem a participação livre, consciente e democrática de todos (REIGOTA, 2012, p. 13).

Por isso, apostamos na educação ambiental que contesta as tendências hegemônicas, dominantes e homogêneas que foram aprisionadas institucionalmente pelas leis e políticas públicas governamentais que, por sua vez, colaboram com a manutenção das estruturas econômicas, sociais e políticas, promovendo também o apagamento das diferenças, dificultando o surgimento de outras formas existenciais e de intervenção social que consigam contribuir com a transformação da sociedade.

Dessa forma, pensamos, praticamos e evidenciamos as educações ambientais que não estão registradas ou foram oficializadas nos livros, porque se reinventam na vida cotidiana, pois consideram a diversidade presente no território nacional e entendem a educação como “[...] movimento que produza mudança, seja ela no corpo, no espaço ou no pensamento [...]” (BARCHI, 2016, p. 646), não se limitando às práticas educativas escolares. Por pensarmos nas ecologias de maneira mais ampla, temos praticado as nossas educações ambientais comunitárias de forma descolonizada, conforme veremos nas *escrevivências* de um grupo de mulheres militantes dos movimentos sociais vianenses, que apresentaremos mais adiante.

O diálogo com as *escrevivências* da escritora Conceição Evaristo se intensificou a partir da leitura do livro *Insubmissas Lágrimas de Mulheres* (2016), no qual ela apresenta as narrativas de mulheres negras com nome, sobrenome, família, relações sociais, ancestrais, afetivas e com sentimentos, promovendo

esse resgate da nossa humanidade, tentando preencher esse vazio histórico deixado pela “historiografia oficiosa ou oficial” (REIGOTA; RIBEIRO; POSSAS, 2003), que insiste em nos desumanizar, não apresentando a população negra como seres humanos racionais que produzem conhecimentos, histórias e que possuem sentimentos.

A *escritivência* desse grupo de mulheres é marcada por uma escrita insubmissa, que incomoda os representantes da casa-grande, pois essas narrativas emergem de espaços não hegemônicos e mostram que as mulheres negras encontraram em seus corpos e vozes a força para fazerem ecoar o desejo de liberdade, porque não há dominação sem resistência.

Em *Insubmissas Lágrimas de Mulheres*, a *escritivência* é uma forma que as mulheres negras encontraram para registrar as suas memórias individuais e coletivas, a partir das experiências dos corpos femininos negros marginalizados, que não se permitem ser capturados e aprisionados, que recorrem também à escrita como possibilidade de se curarem das injustiças e opressões cotidianas, a fim de experimentarem habitar outros mundos (EVARISTO, 2016), evidenciando o que existe de mais humano em nós. Essas mulheres tinham a sua fala e corpos escravizados, sendo estes instrumentos de dominação. Por esse motivo, segundo bell hooks (2019b, p. 38-39), “Fazer a transição do silêncio à fala é, para o oprimido, o colonizado, o explorado, e para aqueles que se levantam e lutam lado a lado, um gesto de desafio que cura, que possibilita uma vida nova e um novo crescimento.”

Neste livro, dialogamos com as inspirações teóricas da noção de *escritivências* como forma de romper com o legado opressor colonial, ao apresentar outro modo de fazer literário enquanto expressão do conhecimento que representa o pensamento feminino negro, sendo essa uma forma de se posicionar no mundo, trazendo à tona narrativas que dão sentido à produção de re-existências negras.

Já na produção literária de Carolina Maria de Jesus, como no diário *Quarto de Despejo: diário de uma favelada* (2014), encontramos em suas *escritivências* registros das suas ecologias insubmissas, pois ela reivindicava o direito humano de existir por ter dificuldade de acesso à comida, água, moradia, educação, saneamento básico e saúde, problematizando sobre o impacto da falta de políticas públicas ambientais nas favelas, que eram consideradas

os quartos de despejos das cidades, e como essa relação provocava o adoecimento dos moradores/as da comunidade do Canindé.

A escritora Carolina Maria de Jesus, por meio das suas *escrevivências* e nesse movimento de aprender a dialogar com a própria história, coloca ordem no mundo a partir das suas leituras de mundo ao denunciar as situações cotidianas de racismo, machismo e pobreza, desconstruindo o mito da democracia racial quando evidencia a fome, as desigualdades de oportunidades e os lugares de moradia onde se concentra a população negra, sendo resultados de uma sociedade em que ainda permanecem o pensamento e as relações coloniais de dominação.

No artigo *Narrativas autobiográficas de uma mulher negra: identidades sociais de raça e gênero* (2019),¹⁰ a autora Andréia Teixeira Ramos recorreu à escrita das narrativas autobiográficas em formato de cartas para expressar as suas *escrevivências*, pois narrar-se é uma maneira de desmontar as opressões patriarcais e raciais que habitam em nós e que dificultam a construção da nossa identidade racial, porque o enegrecimento produz mudança, libertação e comprometimento com as práticas educacionais antirracistas e a reinvenção de si, exalando nossas re-existências no mundo.

O diálogo com autoras e escritoras feministas negras é uma forma de enfrentamento ao epistemicídio, que tem sido uma estratégia dominante utilizada desde o período colonial com o objetivo de inferiorizar, desqualificar e tentar anular toda produção de conhecimento intelectual de escritores/as e autores/as negros/as. Além disso, busca o rebaixamento da capacidade cognitiva dos povos negros, negando-lhes o acesso à educação de qualidade. Para Sueli Carneiro (2019, p. 8), o epistemicídio é um

[...] conjunto de estratégias que determinam por abalar a capacidade cognitiva das pessoas negras, que conspiram sobre a nossa possibilidade de nos afirmarmos como sujeito de conhecimento, ou seja, todos os processos que reiteram que nós somos, por natureza, seres não muito humanos, e, portanto, não suficientemente dotados de racionalidade, capazes de produzir conhecimento e, sobretudo, ciência.

10 Disponível em: <https://e-revista.unioeste.br/index.php/travessias/article/view/23554/15049>. Acesso em: 01 jul. 2022.

Por esse motivo, escolhemos compor o referencial teórico com autoras e escritoras negras que erguem a sua voz através da militância, escrita, publicações e compartilhamento de suas produções, sendo este um ato político, reconhecendo os méritos do conhecimento e das contribuições acadêmicas das feministas negras para desnaturalizarmos o pensamento histórico opressor, que busca legitimar a subalternidade das mulheres negras. Nesse sentido, destacamos que

[...] é preciso que muitas vezes se ergam contra o genocídio da população negra, o aumento crescente da população de rua, o avanço criminoso do agronegócio sobre os territórios indígenas e quilombolas, o assassinato das mulheres cis e trans, as práticas de ódio contra a população LGBT, a criminalização dos movimentos sociais e a repressão ao conhecimento por meio do ataque às escolas e às universidades (hooks, 2019b, p. 14).

Erguer a voz (hooks, 2019b) e vivenciar o processo de descolonização das nossas mentes (FREIRE, 1978) pode ser considerado desafiador, já que buscamos não reproduzir as relações colonialistas, patriarcais, racistas e sexistas que foram construídas ao longo da história em relação ao apagamento da produção das autoras e escritoras negras, pois entendemos que não podemos continuar reproduzindo o racismo enquanto parte dos sistemas de opressão que nos propomos a combater, porque “[...] a grande tarefa humanista e histórica dos oprimidos – [consiste em] libertar-se a si e aos opressores” (FREIRE, 2017b, p. 41).

Desse modo, escolhemos compor um diálogo com a autora Djamila Ribeiro (2019a), filósofa, feminista negra, escritora, pesquisadora e mestra em Filosofia Política, entendendo o lugar de fala como processo de desnaturalização do discurso hegemônico branco opressor, a fim de questionarmos a origem social das desigualdades e as relações de privilégios.

A autora também menciona que “[...] saber o lugar de onde falamos é fundamental para pensarmos as hierarquias, as questões de desigualdades, pobreza, racismo e sexismo” (RIBEIRO, 2019a, p. 84). Por isso, os grupos sociais historicamente marginalizados buscam o reconhecimento de sua existência enquanto sujeitos políticos através da fala, ao trazerem a público outras narrativas e produção de saberes.

Quando refletimos sobre o lugar de fala (RIBEIRO, 2019a) e a educação ambiental política, a partir das *escriturências* das mulheres vianenses,

buscamos contestar a estrutura dominante cuja linguagem e os discursos são reflexos da sociedade patriarcal, machista, racista e sexista em que vivemos, tendo em mente que os privilégios epistêmicos favorecem o apagamento da produção intelectual negra e colabora com a história sendo contada por meio dos discursos dominantes (RIBEIRO, 2019b).

Nesse sentido, gostaria de destacar as contribuições literárias da escritora Conceição Evaristo (2018), que tem sua escrita marcada pela condição de mulher negra, militante, oriunda das classes populares, professora, mestra em Literatura Brasileira, doutora e pesquisadora em Literatura Comparada. Deste lugar de fala (RIBEIRO, 2019a), ela nos apresenta de forma poética as suas *escrevivências* quando diz que “é a escrita que se alimenta da experiência de vida da autora” (EVARISTO, 2018, p. 6) e das histórias narradas por outras mulheres negras.

Esse encontro com a literatura nos aproximou da escritora Carolina Maria de Jesus (2014), mulher negra, autodidata, feminista, dramaturga, romancista, compositora, cantora, atriz, poetiza, favelada, catadora de papelão e mãe solo. Com ela, aprendemos que a escrita alimenta a nossa existência enquanto força revolucionária, sendo um espaço de denúncia ao descaso do governo diante das precárias moradias, do desemprego, do alcoolismo, da violência doméstica, da falta de saneamento básico e da fome.

Desejamos ainda tecer histórias de re-existência com a autora norte-americana bell hooks, professora, escritora, militante antirracista, feminista negra e intelectual, por reconhecermos que falar no sentido de erguer a voz “[...] é uma expressão de nossa transição de objeto para sujeito – a voz liberta” (hooks, 2019b, p. 39). A fala para os grupos oprimidos representa re-existência contra o patriarcalismo, o racismo, o machismo e o sexismo que compõem sistemas interligados de dominação.

Com a autora Sueli Carneiro (2019), filósofa, pedagoga, escritora, feminista negra, militante antirracista, fundadora do Geledés (Instituto da Mulher Negra), pensamos as relações de dominação presentes nas desigualdades: (a) de gênero, reproduzidas pelo patriarcado que naturaliza a hegemonia masculina e pela homofobia que tem como origem a imposição da heterossexualidade como única forma de relacionamento afetivo e sexual; (b) sociais, pelo elitismo classista que privilegia economicamente e politicamente um determinado grupo social; (c) religiosas, pelo fundamentalismo religioso que

promover a intolerância e a não aceitação das práticas religiosas dos grupos sociais historicamente oprimidos (CARNEIRO, 2019); e (d) raciais, pelo racismo — um sistema de opressão que foi estruturado na sociedade brasileira — que nega os direitos sociais da população negra e busca legitimar a supremacia branca ao se reafirmar por meio das desigualdades de oportunidades.

Os diálogos que temos estabelecido com esses autores, autoras e escritoras nos aproximaram das noções de educação como prática da liberdade, *escritivências*, educação ambiental política, ecologias insubmissas, lugar de fala, erguer a voz, racismo, machismo e sexismo, dando o embasamento teórico e metodológico à pesquisa, pois essas noções serão abordadas no próximo capítulo e no projeto educacional desta dissertação.

Ecologias insubmissas das mulheres e a educação ambiental política

A forte presença feminina nos movimentos sociais vianenses nos encoraja a continuarmos apostando no diálogo com aquelas que vêm das margens (REIGOTA, 2010a). Por serem sujeitos políticos, sujeitos de si, ao redescobrirem outros modos de se veem, produzem *escrevivências* e narrativas contra-hegemônicas, contrapondo-se aos discursos dominantes, quando trazem ao espaço público, histórias de mulheres marginalizadas que, ao narrarem os seus cotidianos, contribuem com a sua libertação histórica e cultural.

As conversas tecidas com as mulheres militantes vianenses aconteceram em dias, horários e locais diferentes, como na residência delas, na Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), no shopping, no almoço beneficente da Femopovi, na praçinha do bairro Marcílio de Noronha, na sede do grupo Artesanarte e do grupo Ascamavi, sendo esses encontros um convite para pensarmos e dialogarmos sobre as nossas práticas ecológicas insubmissas. Ressaltamos ainda que essas militantes atuam como professoras, assistentes sociais, técnicas de meio ambiente, jornalistas, artesãs e catadoras de materiais reciclados.

Inicialmente, não havíamos pensado em identificar esse grupo de mulheres do qual sou integrante e pesquisadora por meio das suas *escrevivências*, mas a iniciativa partiu delas em manterem a identificação dos seus nomes, sobrenomes e bairros, pois tornar pública as suas *escrevivências* é uma forma

de se reafirmarem frente os discursos patriarcais, hegemônicos e colonizados. Ressaltamos ainda que elas também propuseram um encontro para dialogarmos a respeito dos movimentos de re-existências femininas, que ficou conhecido como diálogo de mulheres insubmissas do município de Viana.

Ao dialogarmos com esse grupo de mulheres, constatamos que elas participam de diferentes movimentos sociais, e que estes se conectam ao produzirem práticas políticas, pedagógicas e ecologias insubmissas que emergem dos seus cotidianos, tais como: economia solidária, inclusão produtiva, reaproveitamento, customização, reciclagem, encontros comunitários para formações políticas e ambientais, monitoramento da qualidade dos recursos hídricos, ações educativas ambientais nas escolas, unidades de saúde, limpeza e plantio de mudas nativas as margens do rio Formate e os encontros para discussão de saneamento básico.

Encontramos, nas *escrevivências* desse grupo de mulheres, os diálogos amorosos (FREIRE, 2017b), já que o diálogo é resultado do amor ao mundo, aos homens e às mulheres, possibilitando a transformação do mundo que representa o ato de criação e recriação da realidade, entendida como ato de coragem e força revolucionária. Portanto, “se não amo o mundo, se não amo a vida, se não amo os homens [e as mulheres], não é possível o diálogo” (FREIRE, 2017b, p. 111).

A autora bell hooks (2010) também fala sobre a ação transformadora e revolucionária do amor no processo de re-existência contra o machismo, o racismo, o sexismo e a pobreza, podendo inclusive alterar as estruturas sociais existentes, porque “[...] quando conhecemos o amor, quando amamos, é possível enxergar o passado com outros olhos; é possível transformar o presente e sonhar [com] o futuro. Esse é o poder do amor. O amor cura” (hooks, 2010, p. 12), o amor liberta, nos humaniza e nos permite compor histórias de re-existência com o/a outro/a.

Ao atuarem de forma interventiva por meio das suas práticas ecológicas insubmissas, essas militantes se reconhecem nessa relação com o mundo e com o/a outro/a, buscam assumir o controle de suas vidas, porque “[...] somos o que estamos sendo. A condição para que eu seja é que esteja sendo. Cada um/a de nós é um processo e um projeto, e não um destino [...]” (FREIRE, 2008, p. 38), conforme veremos a seguir nas *escrevivências* da Maria José Barbosa, Menara Lopes Layber, Juliana Gama, Maria da Penha Lourenço,

Josiana Gallina, Lindamaris de Abreu Mariano Pereira, Elenice Tozze Soave Neves, Maria da Penha Leite da Silva e Daniely Lyra de Almeida.

Insubmissa 1: (Re)inventando formas de (re)existir

Meu nome é Maria José, tenho 49 anos, 03 filhos, sou moradora do bairro Campo Verde – Viana há aproximadamente 30 anos, trabalho como Catadora de Materiais Reciclados e sustento a minha família com essa profissão. Aqui todos/as me conhecem como Zezé.

Quando fui morar em Campo Verde, essa região era mata, só havia quatro casas. O bairro foi se desenvolvendo aos poucos e nós fomos acompanhando essas mudanças e observando como a urbanização e a falta de saneamento básico impactaram na nossa comunidade. Como a maioria das pessoas, eu já trabalhei de carteira assinada exercendo várias profissões, mas quando ficava desempregada e sem renda para manter as despesas de casa, saía para recolher materiais reciclados. A necessidade me fez enxergar na reciclagem uma possibilidade de obter renda e também colaborar com o meio ambiente.

Durante anos, trabalhei como catadora recolhendo os materiais de porta em porta, jamais pensei que poderia fazer parte de uma associação ou cooperativa. Muitas vezes, passava o dia com fome, mas precisava sustentar meus filhos e pagar as contas para sobreviver. Em 2015, atendendo a uma reivindicação dos/as catadores/as da região, recebemos um convite por parte da Prefeitura Municipal de Viana, que precisava organizar uma associação com os catadores e catadoras de materiais reciclados aqui do entorno por causa do Ministério Público local. Nessa época, já estávamos participando das reuniões com os/as Catadores/as de Materiais Reciclados da Grande Vitória. Falamos da situação da nossa associação. Fomos orientados/as a procurar o Ministério Público de Viana. Por meio de uma decisão judicial, foi determinado que a prefeitura local deveria garantir as mínimas condições de trabalho para os/as cooperados/as da Ascamavi. Os gestores do município tiveram que providenciar um caminhão que atendesse à cooperativa três vezes na semana.

Embora a profissão de catador/a de materiais reciclados não seja valorizada, considero o nosso trabalho muito importante, pois contribuímos com o meio ambiente, evitamos a proliferação de doenças devido ao descarte inadequado dos materiais recicláveis e estamos gerando renda. Nós organizamos momentos de sensibilização nas escolas, nos CRAS e nos comércios da região, falando sobre a importância da reciclagem e do trabalho que desenvolvemos de preservação ambiental. Hoje um dos meus filhos trabalha aqui na cooperativa. Nós estamos em cinco mulheres e quatro homens. Temos observado um crescimento no número de jovens que devido à falta de experiência profissional e baixa escolaridade não conseguem emprego formal e acabam vindo trabalhar como catadores/as de materiais reciclados, como é o caso do meu filho, ele tem 19 anos e esse é o primeiro emprego dele. A nossa cooperativa é recente, mesmo assim conseguimos muitas melhorias para a associação. O nosso sonho é ter um caminhão que nos atenda os cinco dias da semana e deixarmos de pagar aluguel. O que temos hoje é resultado do nosso engajamento, união e colaboração.

As ecologias insubmissas da Zezé estão presentes na organização, mobilização e participação social da Ascamavi, que mantém a subsistência familiar, cuidam do local de trabalho, realizam as práticas pedagógicas ambientais na região de localização da cooperativa e participam dos encontros dos movimentos de Catadores e Catadoras de Materiais Reciclados da Grande Vitória. Ressaltamos que a organização coletiva e as práticas de solidariedade fazem parte dos movimentos sociais e que todas as melhorias que aconteceram na cooperativa são fruto das re-existências femininas.

Durante a nossa conversa, ela demonstrou uma visão crítica a respeito do trabalho que realizam e sabem da importância deste para o ambiente em que vivemos, embora sua profissão não seja valorizada socialmente. A *escrivência* da Zezé se aproxima da realidade vivenciada pela escritora Carolina Maria de Jesus, mãe solo e catadora de papelão com quem aprendemos que as experiências cotidianas pela sobrevivência fizeram ecoar as vozes negras marginalizadas e que considerava a fome uma forma de escravização dos povos negros na atualidade, sendo esta resultado de uma sociedade em que

prevalece as relações coloniais de poder, pois os efeitos da colonialidade são sentidos entre os grupos sociais oprimidos.

As situações problematizadas pela escritora Carolina Maria de Jesus continuam atuais, pois no livro *Quarto de Despejo* (2014), publicado na década de 1960, ela escreve sobre o alto custo dos gêneros alimentícios que dificultava a sobrevivência da população empobrecida e da falta de compromisso dos governantes em mudar essa realidade, tal qual temos visto nesse contexto pandêmico, no qual os representantes do governo brasileiro justificam o aumento abusivo dos preços dos alimentos como sendo consequência da pandemia, não pensando em alternativas para que as famílias de baixa renda possam garantir a subsistência.

Insubmissa 2: Ressignificando a minha existência

Eu me chamo Menara, tenho 30 anos, moro em Marcílio de Noronha, sou Assistente Social, concursada pela Prefeitura de Vila Velha e participo do Coletivo Formate. Cresci vendo os meus irmãos participarem dos movimentos sociais. A minha participação nos espaços de representação social começou através do Grêmio Estudantil em 2005, quando eu ainda cursava o ensino médio, na escola Irmã Dulce. Na época, nós tínhamos uma atuação mais marcante, principalmente no Dia do Trabalhador, Dia do Meio Ambiente e da Consciência Negra. Esse grupo de alunos/as era orientado pelo professor de Sociologia e pela professora de História.

Tenho observado como sendo muito positiva a participação das mulheres nos movimentos sociais, a fim de que possamos conquistar outros espaços na sociedade, sendo reconhecido o nosso direito a voz, representatividade, políticas públicas que atendam as nossas especificidades, principalmente no combate ao feminicídio. Nós, mulheres, investimos mais na nossa formação acadêmica, e mesmo assim ganhamos menos e ocupamos o maior percentual de empregos com vínculos fragilizados e com menores remunerações. Percebo que as mulheres negras são as que mais vivenciam as situações de vulnerabilidades sociais e econômicas. Eu gostaria de lembrar a importância da educação na nossa formação cidadã, a fim de termos outro olhar sobre a

nossa realidade e com relação à sociedade que vivemos e buscamos transformar.

Por isso, me preocupa a proposta de Escola Sem Partido, uma escola onde os/as professores/as não possam incentivar os/as alunos/as a participarem de atos públicos, manifestações e passeatas, ou até mesmo falar de assuntos que desperte a consciência crítica e reflexiva dos alunos/as, preparando-os para a vida em sociedade. Hoje, a intenção do governo é acabar com as possibilidades de educação crítica, já que fortalece modelos educativos voltada para os interesses do mercado, que reforça a formação de alunos/as alienados/as pelo sistema, pessoas que aceitam pacificamente as decisões governamentais, que não questionam e que sejam programados/as para obedecer e não para contestar.

A tentativa de criminalização dos movimentos sociais também é uma forma de evitar a oposição. Querem nos silenciar, porque sabem que oferecemos resistência, criamos possibilidades, contribuimos com a formação crítica dos sujeitos. Eu tenho ficado desanimada com todo esse desserviço promovido por esse governo, que afetam a nossa vida pessoal, profissional, saúde mental e a convivência com as pessoas. Hoje, conversar sobre política tem provocado desentendimentos e morte, como o que aconteceu com o mestre de capoeira na Bahia, devido seu posicionamento político e ideológico. Estamos vivendo em um ambiente de tensão que é adoecedor. Diante de tantas notícias ruins sobre o nosso país, que são evidenciadas pela mídia, pensei em criarmos um jornal livre para noticiarmos boas ações que as pessoas fazem nos seus bairros. Precisamos continuar acreditando na construção de um país melhor, por mais que os tempos atuais sejam muito difíceis e desanimador. Acho que nós do Coletivo Formate poderíamos compartilhar as pequenas ações de cidadania.

Nas *escrevivências* da Menara verificamos uma aproximação com a fala da autora Djamila Ribeiro (2019a), quando o assunto é desigualdade salarial, assim podemos dizer que “[...] mulheres brancas ganham 30% a menos do que homens brancos. Homens negros ganham menos do que mulheres brancas e mulheres negras ganham menos do que todos [...]” (RIBEIRO, 2019a, p. 39-40). Como reflexo do racismo, das relações patriarcais e da opressão

histórica que foram submetidas, as mulheres negras estão às margens da sociedade, que tenta negá-las o ato de poder existir politicamente e de acessar determinados espaços e lugares.

Com relação ao mercado de trabalho, ao considerarmos os aspectos gênero e raça, observamos que o segmento feminino negro continua ocupando o maior percentual do trabalho doméstico e terceirizado. As mulheres negras são as mais atingidas pelo racismo e sexismo, pois ao tentarem por meio da educação alcançar a mobilidade social, elas tendem a ocupar as profissões com menores remunerações salariais (CARNEIRO, 2019). Conforme mostra a pesquisa:

[...] O fato de 48% das mulheres pretas e 30,5% das mulheres pardas estarem no serviço doméstico é sinal de que a expansão do mercado de trabalho para essas mulheres não significou ganhos significativos. E quando esta barreira social é rompida, ou seja, quando as mulheres negras conseguem investir em educação numa tentativa de mobilidade social elas se dirigem para empregos com menores rendimentos e menos reconhecidos no mercado de trabalho (LIMA, 1995, p. 495).

A *escrivência* da Menara traz a tona à importância dos/as estudantes vivenciarem nas escolas a educação como um ato político (FREIRE, 1989), sendo esta construída através dos diálogos, reflexões, e problematizações que surgem na sala de aula, e “se a tomada de consciência abre o caminho à expressão das insatisfações sociais, se deve a que estas são componentes reais de uma situação de opressão” (FREIRE, 2017b, p. 32); por esse motivo, a educação precisa contribuir com a descolonização do pensamento opressor que permeia as nossas relações sociais.

Quanto às ecologias insubmissas da Menara, estas estão sendo praticadas desde o período em que cursava o ensino médio ao se inserir no grêmio estudantil, posteriormente com a participação e militância no Coletivo Formate, em que realizamos as ações comunitárias ambientais. Além disso, ela participa de um dos conselhos de direito compondo a comissão responsável pela elaboração do Plano Municipal de Educação Ambiental de Viana.

Insubmissa 3: O aprendizado vem das pequenas experiências da vida

Já no final de janeiro de 2019, conversamos com a Juliana (Ju), idealizadora do Cine Colorado. Ela organiza as formações cineclubistas, de produções de vídeos, curso de fotografia nas oficinas realizadas pelo Coletivo Formate. Nosso encontro aconteceu em um shopping. Apesar de não ser um lugar que frequento, nesse dia, devido a temperatura elevada, fomos para lá, a fim de utilizar uma das salas disponíveis para trabalho e de uso compartilhado.

Durante a minha infância, costumava participar da Igreja Católica que tinha um trabalho muito interessante de formação política e cidadã. As campanhas da fraternidade e os ciclos bíblicos abordavam temas relacionados às desigualdades sociais, movimentos sociais e meio ambiente. Nessa época, minha mãe participava ativamente desses movimentos e também da pastoral da criança e dos projetos sociais da igreja. No período em que cursei o ensino fundamental, eu não me recordo de ter sido abordado nas aulas sobre os movimentos sociais, somente quando iniciei o ensino médio que escutei falar de forma superficial dos movimentos estudantis. Embora as escolas sejam um dos principais espaços para a formação cidadã, verificamos que os espaços de educação não formais contribuem de fato com a emancipação social.

Nós, mulheres, precisamos continuar sendo multiplicadoras sociais, convidar outras mulheres para ocuparem os espaços que antes eram apenas dos homens, e temos a difícil tarefa de mudar essa sociedade machista em que vivemos. Apesar de a participação feminina ter crescido nos diferentes movimentos sociais, nos quais temos conquistado o direito as vozes por meio da nossa participação, ainda precisamos ocupar de forma mais expressiva a esfera política, dando ênfase à participação das mulheres negras.

Sou formada em jornalismo, optei por este curso pela oportunidade que tive em conseguir uma bolsa de estudos. Anteriormente, eu cursava o técnico em rádio e TV. Por isso, me identifico com a linguagem audiovisual, inclusive utilizo como instrumento para me comunicar de forma crítica, pois deixo transparecer através

da produção de vídeos, videoclipes, documentários e da elaboração do roteiro a minha visão de mundo, e observar o quanto o diálogo e a escuta são essenciais.

O Coletivo Formate, para mim, é um espaço de constante aprendizagem, eu aprendo e troco experiências com todos/as, porque as nossas reuniões e encontros são muito reflexivos. Estou me preparando para atuar como multiplicadora desses saberes que compartilhamos, apesar de me considerar um pouco tímida. Mas, vejo como é de grande importância as oficinas e demais trabalhos que realizamos na área da educação ambiental. No decorrer da minha participação no Coletivo Formate, *já colaborei na construção da Ecoteca*, tanto na parte dos trabalhos manuais quanto nos registros fotográficos e audiovisuais das atividades. Também tenho contribuído com as tarefas administrativas do grupo, atuo como oficineira na área de produção de vídeos e auxílio na elaboração de projetos pedagógicos ambientais

A escrevivência da Juliana nos possibilitou refletir que, embora nos últimos anos a representatividade feminina nos movimentos sociais vianenses tenha crescido, ainda temos uma forte influência das relações patriarcais nesses espaços sociais. Por esse motivo, narra-se enquanto a arte de viver, a escrita de si é um ato de coragem, autonomia e emancipação feminina, na busca pela libertação do patriarcado. “[...] escrever-se é, portanto, um modo de transformar o vivido em experiência, marcando sua própria temporalidade e afirmando a sua diferença na atualidade” (RAGO, 2013, p. 56), sendo este reconhecimento um ato político.

Esse pensamento vai ao encontro da autora Djamila Ribeiro (2019a), ao enfatizar que historicamente as mulheres foram sendo definidas pelo olhar e discurso masculino, é como se a nossa existência tivesse sentido a partir do valor social dado pelos homens ou em comparação a eles. Por esse motivo, entendemos “a linguagem como mecanismo de manutenção de poder [...]” (RIBEIRO, 2019a, p. 14), e produzir outros discursos e *escrevivências* visa reconhecer as mulheres como “sujeitos políticos”, “sujeitos em si”, em que os seus saberes, em especial os das mulheres negras, não sejam considerados menores se comparado aos conhecimentos produzidos pelos homens.

Insubmissa 4: “Ser sendo” sujeito no coletivo e na relação com o mundo

No início de fevereiro de 2019, realizamos uma visita a militante Maria da Penha (Mariazinha), que mora em um sítio muito aconchegante no bairro Jucu, onde passamos uma tarde agradável conversando sobre movimentos sociais, artesanatos, olhamos álbum de família e ela me mostrou os seus artesanatos. Marizinha me levou até a sede do grupo Artesanarte, conheci um pouco dos projetos que estão sendo realizados e fiquei impressionada com o trabalho delas que gera renda com os artesanatos reciclados, reutilizados e customizados.

Na sociedade em que vivemos hoje, participar de movimentos sociais, ser mulher e estar engajada com o social, se sensibilizar e gostar de fazer a diferença na vida das pessoas, parece loucura. Para a maioria, que não ouve essa música, que não tem relação com os espaços de construção coletiva que frequentamos e que ainda não vivenciaram essas experiências, somos considerados/as loucos/as. É comum as pessoas me perguntarem o que eu ganho participando desses movimentos sociais, acham que é perda de tempo, que isso não vai mudar a nossa realidade, querem mensurar em valor financeiro o que tem relação com a minha vida e visão de mundo. Reunir um grupo, discutir sobre as situações que nos aflige e buscar alternativas é algo que já faz parte de mim.

Minha mãe participava ativamente das atividades desenvolvidas pela Igreja Católica, que buscava transformar a realidade social através das Comunidades Eclesiais de Base. Nós morávamos na área rural, e mesmo trabalhando na lavoura, minha mãe costurava, bordava, educava os/as filhos/as e realizava as atividades domésticas. Eu cresci vendo ela envolvida com o social. Ainda criança, comecei a costurar as roupinhas das minhas bonecas, logo me interessei pelo bordado e hoje sou artesã. Eu já trabalhei como doméstica, cuidadora de crianças, idosos e pessoas com deficiência. Quando me casei, vim morar no Bairro Jucu – Viana.

No momento, estou atuando como militante na área artesanal, porque me identifico com esse trabalho e gosto muito de ensinar e principalmente de aprender. Hoje me sinto feliz por ter contribuído com o surgimento do

Projeto Artesanarte, que é desenvolvido em parceria com a Prefeitura Municipal de Viana. O nosso grupo de artesanato desenvolve a proposta de inclusão produtiva associada à economia solidária que eu particularmente amo, porque tenho a oportunidade de gerar renda, sendo esta dividida igualmente entre nós.

Na economia solidária existe espaço para todos/as, como: desempregados/as, mulheres, negros/as, indígenas, homossexuais, pessoas com deficiência, idosos/as, aqui nós não excluimos pessoas, pelo contrário, nós as aceitamos e acolhemos. Trata-se de uma formação na qual cada um aprender a viver bem consigo e com o/a outro/a, compartilhar e dar as mãos aos que consideramos diferente, todos/as nós podemos contribuir de alguma forma com uma outra sociedade. Nós, mulheres, somos fortes por natureza, somos resistentes, alternativas, sempre nos reinventando, trabalhamos fora, em casa, cuidamos dos/as filhos/as e aos finais de semana fazemos salgadinhos, bolos e outros quitutes para vender e complementar o orçamento familiar, sem perder a alegria de que dias melhores virão, por isso seguiremos resistindo.

Observamos que as ecologias insubmissas da Mariazinha foram tecidas na convivência com a mãe, que era costureira e participante das Comunidades Eclesiais de Base, foram se fortalecendo na adolescência quando se tornou representante da turma na escola onde estudava, ao mudar para Viana, se inseriu na Femopovi e no movimento comunitário de Jucu. Pensando nesse grupo de artesanato como espaço de criação, recriação e decisão, podemos refletir que as mulheres inseridas no Artesanarte não assumem uma posição de acomodação, adaptação ou passividade diante do mundo, mas buscam humanizar a realidade em que vivem, colaborando com a sua própria libertação. Freire enfatiza que

A partir das relações do homem [e da mulher] com a realidade, resultantes de estar com ela e de estar nela, pelos atos de criação, recriação e decisão, vai ele dinamizando o seu mundo. Vai dominando a realidade. Vai humanizando-a. Vai acrescentando a ela algo de que ele mesmo é fazedor. Vai temporalizando os espaços geográficos. Faz cultura (FREIRE, 1980, p. 43).

Através das práticas comunitárias, a Mariazinha evidencia a possibilidade de se corporificar as palavras pelo exemplo (FREIRE, 2017a) ao reduzir a distância entre o que é narrado e vivido. Dessa forma, ela busca dar outros sentidos sociais a sua existência, contextualizando-a com o momento histórico vivenciado.

Insubmissa 5: Revolução é uma palavra feminina

No mês de fevereiro de 2019, foi realizado o almoço beneficente da Femopovi. Aproveitamos a ocasião para conversarmos com a Josiana (Josi), militante do Coletivo Formate, que narrou um pouco de como o seu engajamento social acabou lhe conduzindo para a educação ambiental, podendo vivenciá-la no seu ambiente de trabalho e espaço de militância.

Eu comecei a participar dos movimentos sociais por influência de três pessoas da minha família, meu pai, minha mãe e irmã mais velha. Quando eu era criança, meu pai trabalhava em uma empresa, e nessa época, ele teve contato com o movimento sindicalista, participou da Associação de Moradores de Viana Sede, sempre de forma muito atuante. Já a minha mãe, muito religiosa, participava da igreja católica, se envolvia de fato com as campanhas da fraternidade, tendo esse olhar mais aguçado para os problemas sociais. E minha irmã fazia parte das Comunidades Eclesiais de Base e da Teologia da Libertação. Ela me levava para esses encontros dos movimentos político-ideológico a favor das massas. Eu fui muito influenciada por ela, que me emprestava livros que despertavam no/a leitor/a o interesse de transformar a realidade local e que faziam fortes críticas ao contexto social, político e econômico vigente.

Durante as formações, tenho observado que vários/as educadores/as possuem uma visão restrita de meio ambiente. É muito comum ficarmos conversando com eles/as após o término dos encontros, porque querem compartilhar as experiências pessoais adquiridas a partir do processo de formação na área da educação ambiental. Acredito que a educação ambiental pensada, proposta e dialogada de forma política enfrentará grandes desafios, porque os/as governantes/as reacionários/as e conservadores/as não se preocupam com o meio ambiente. E como fortalecem o sistema capitalista, a lógica é esgotar

tudo, pois se trata de um sistema econômico predatório, inclusive de pessoas.

Além disso, centenas de rios estão sendo mortos, inclusive o rio Formate, que deu origem ao Coletivo Formate, e a nossa luta ambiental e social nasce atrelada a esse rio e temos assistido tudo isso acontecer de forma pacífica. Precisamos ocupar novamente as ruas como forma de protesto e resistência. A educação ambiental que almejamos é a de formação política, que questione toda a estrutura social que está posta e problematize acerca das questões de gênero, da situação dos refugiados, do feminicídio, da luta feminista, da importância das políticas afirmativas, da desigualdade social, do racismo, da valorização da cultura indígena e quilombola.

A educação ambiental pensada de forma política e ampla, envolvendo tudo, inclusive questões que achamos que não têm conexão com a educação ambiental, nos possibilita compreendê-la melhor. *É importante que esse movimento de mudança, seja pensado e organizado de baixo para cima. Além disso, a economia criativa e a economia solidária são formas de fortalecermos os laços de solidariedades locais, agregando as pessoas, mostrando na prática alternativas também na área econômica.* A minha participação de fato em um grupo só ocorreu quando conheci o Coletivo Formate, anteriormente eu organizava ações de forma solitária, mas sempre voltadas para o social, o ambiental e a causa feminista. Em 2011, eu conheci o Coletivo Formate por acaso, fui convidada para trabalhar na Secretaria de Cultura de Viana para ministrar uma oficina de produção audiovisual. O Coletivo estava se constituindo enquanto grupo, experimentando uma fase bem revolucionária. Esse grupo me chamou muito a atenção pelo engajamento e potencial humano. Somente em 2013 eu de fato me tornei membro do Coletivo Formate.

Desde então, começamos a escrever projetos na área cineclubista... Surgiram também o Cine Terra Mãe e o Cine Santa Clara, cujas sessões estavam ligadas a temática ambiental, até por estarem localizados na área rural de Viana. Outro trabalho muito legal que realizamos foi a Ecoteca, por ser um projeto de incentivo a leitura associada à educação ambiental em que utilizamos como

recursos pedagógicos as oficinas e as sessões cineclubistas. As crianças e adolescentes nos ensinaram muito.

A *escrevivência* da Josi busca subverter as representações hegemônicas impostas pelo patriarcado, e também denuncia por meio de sua narrativa situações cotidianas nas quais o poder de decisão é dos homens, isso acontece também nos movimentos sociais em que estamos inseridas, já que as lideranças são majoritariamente masculinas. Apesar dos movimentos sociais em Viana serem espaços de participação, emancipação, organização social e política dos grupos oprimidos, ainda assim nos deparamos com as relações de dominação e de opressão patriarcal, que são fruto desse legado histórico-cultural colonizador que marca as convivências sociais. Por isso, a Josi destaca a importância de problematizarmos sobre a relação de gênero e raça, a fim de não reproduzirmos, aceitarmos e naturalizarmos as relações de dominação masculina.

Quanto às ecologias insubmissas da Josi, estas são resultado da convivência familiar, comunidades eclesiais de base, contato com autores/as que problematizam a realidade de forma crítica e inserção na militância no Coletivo Formate. Destacamos que a sua consciência coletiva, engajamento e participação social também foram construídos por meio das suas práticas pedagógicas cotidianas e das re-existências comunitárias, porque compreendemos que o processo de aprendizagem precisa ser vivenciado, ressignificado e compartilhado. Ressaltamos ainda que a Josi dialoga acerca das problemáticas ecológicas que emergem do cenário nacional, dando ênfase ao rompimento da barragem de minério de Brumadinho. Ela participa de espaços que discutem sobre a despoluição do rio Formate e realiza o monitoramento das águas do rio Formate e Biriricas em Domingos Martins.

Insubmissa 6: Revolucionar sem perder a ternura

Já no final de fevereiro de 2019, estivemos na casa da Lindamares (Linda), que apesar da pouca idade, é muito engajada e possui um histórico de participação em diversos movimentos sociais, sendo um deles o Coletivo Formate. Conversamos sobre os desafios de sermos veganas, rimos bastante ao relembramos algumas situações vividas no Coletivo Formate, nos tempos em que comíamos pão com mortadela e andávamos de Kombi sem banco para participarmos dos atos públicos.

Eu não me recordo de ter escutado falar sobre os movimentos sociais no período em que estudava, ou de algum professor do ensino básico que tenha incentivado a nossa participação social. Na minha família não há nenhum militante. Comecei a atuar nos movimentos sociais através da Pastoral da Juventude (PJ) da Igreja Católica aqui do Bairro Canaã, que na época demonstrava o interesse de lutar contra a opressão, possibilitar a voz dos/as marginalizados/as, incentivava e valorizava a nossa participação social. Quando fui para a PJ, eu tinha 12 anos, nós organizávamos eventos culturais, participávamos do ‘Grito dos Excluídos’ todos os anos. Esse período foi de grande aprendizagem.

Já em 2012, recebi o convite para participar de uma oficina de vídeo organizada pelo Coletivo Jovem Região Formate. A aproximação com esse grupo me possibilitou adquirir outra visão de mundo; dessa forma, pude compreender novos conceitos sociais e atuar visando o bem-estar comum a todos/as. Isso inclusive influenciou a escolha da minha formação acadêmica em Jornalismo. Eu me sinto privilegiada por ser mulher e poder participar de alguns movimentos sociais, e ver como tem crescido a participação feminina nos diferentes espaços, embora saibamos que, para nós mulheres, os desafios são maiores. Mas, a mulher é um ser de luta, sempre foi em todos os sentidos, e estamos tendo mais direito à voz graças à representação dos movimentos feministas.

Apesar da maior parte da população brasileira ser composta por mulheres, politicamente ainda somos representadas por homens. Hoje, negros/as e pardos/as compõem mais de 50% do contingente populacional do país, mas quem são os escolhidos para representá-los/as são geralmente homens brancos. Deveríamos ser representados por aqueles/as com os quais compartilhamos a mesma visão de mundo e nos identificamos.

Posso dizer que a minha consciência crítica e política está sendo formada no Coletivo Formate e em outros espaços de representação social. Por isso, acho fundamental a participação de cada cidadão e cidadã em pelo menos um movimento social, como forma de nos envolvermos nos assuntos pertinentes a todos/as. Acredito que as escolas poderiam ser um dos principais espaços

de incentivo, participação e organização popular. Desde setembro de 2016, eu, meu esposo e a Josi [do Coletivo Formate], estamos em parceria com o projeto voluntário ‘Observando os Rios’, da Fundação SOS Mata Atlântica. Recebemos um convite para aderirmos ao projeto, e desde então estamos envolvidos com essa missão. Nós monitoramos dois rios: o rio Biriricas, em Domingos Martins, e o rio Formate, em Viana.

As ecologias insubmissas da Linda vêm sendo praticadas desde a sua atuação na pastoral da Juventude, se intensificou com a participação no Coletivo Formate, que lhe possibilitou maior aproximação e inserção na Femopovi, no Conselho Municipal de Educação e na Associação de Moradores/as do Bairro Canaã. Hoje, além da militância pelo Coletivo Formate, ela também participa da Fundação SOS Mata Atlântica, do Bike Anjo e atua nos espaços que discutem sobre o veganismo.

A Linda na sua *escrevivência* questiona a função social da escola que deveria contribuir com a participação popular nos assuntos pertinentes a coletividade, a fim de que as nossas práticas educativas se distanciem e não reproduzam a educação bancária, ao problematizarmos acerca das experiências cotidianas, entendendo a educação como ato político. Sabemos que “[...] ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para a sua própria produção ou a sua construção [...]” (FREIRE, 2017a, p. 47), visto que os/as professores/as e estudantes são sujeitos ativos no processo de ensino e aprendizagem.

Insubmissa 7: Seja você mesmo, mas não seja sempre o mesmo

Em março de 2019, estive visitando a Elenice, militante da Femopovi, que já atuou no movimento comunitário do bairro onde reside. Ela participa dos Conselhos de Direitos Municipais e atua nos movimentos de base da Igreja Católica. Nas nossas conversas, comentei que lhe admiro, porque na sua família todos participam dos encontros da Femopovi, ela, o esposo e o filho que é jovem. Foi um encontro muito especial.

Meu nome é Elenice, sou natural da cidade de Castelo. Na época em que cursei o ensino fundamental, os/as professores/as conheciam a realidade vivenciada pelos/as alunos/as, debatíamos assuntos pertinentes à vida em sociedade e tínhamos um núcleo sobre política e

causas sociais na escola. Agregávamos o conhecimento escolar ao contexto vivenciado. Eu morei com a minha família no interior até completar os meus 18 anos. Nasci em um lar católico. Por isso, quando cheguei em Vitória, me engajei nas Comunidades Eclesiais de Base, Pastoral da Juventude, nas atividades sobre fé e ação. A partir dessas vivências, passei a ampliar a minha visão de mundo, consegui me enxergar e enxergar o/a outro/a como sujeitos de direito. Minha vida mudou desde que comecei a participar dos movimentos sociais, eu já participei dos Congressos da CUT (Central Única dos Trabalhadores), assembleias sindicais, Movimento das Diretas Já e dos congressos municipais, estadual e nacional da Juventude Operária Católica (JOC), onde discutíamos a situação da jovem e do jovem trabalhador. Era desses movimentos de base que surgiam as novas lideranças.

Na década de 90, nós militantes já conversávamos e compreendíamos que ocupar o poder não significava eleger um presidente que representasse a classe trabalhadora, porque a esfera política é apenas um dos aparelhos ideológicos do Estado, tendo em vista que a mídia, a polícia, o poder judiciário, o legislativo, o executivo, a escola, a igreja e a família dão sustentabilidade ao poder hegemônico. Através da participação nos movimentos sociais, compreendi a importância de atuar em nossa defesa enquanto população empobrecida. Por isso, participei da associação de moradores aqui do bairro Nova Bethânia. Todas as melhorias que conseguimos vieram da nossa organização social, como: iluminação pública, abastecimento de água, transporte, pavimentação, escola e a sede do Movimento Comunitário. Isso mostra que a organização social faz toda a diferença.

Nesse atual desgoverno, nós da esquerda precisamos nos reinventar, repensar as nossas falhas, não permitir a extinção dos Conselhos de Direito, formar novas redes de solidariedades, incentivar o surgimento de novas associações de moradores/as e atuar na formação de lideranças para continuarmos lutando em defesa da vida. O governo que temos hoje é reflexo da nossa desarticulação política, falta de diálogo e formação política de base. Nesses anos que participo da Femopovi,

nós conquistamos várias melhorias para o município de Viana, com destaque para a área ambiental, saúde, controle social por meio dos conselhos de direitos. Ainda enfrentamos muitas dificuldades, mas mesmo assim a Femopovi não deixa de ser um espaço de aprendizagem. Por isso, não desistimos da luta. Fazer parte da Femopovi e ter atuado como diretora geral dessa instituição me proporcionou muitos conhecimentos, eu aprendo, ensino e me torno uma pessoa melhor, nós vamos formando a nossa consciência política no dia a dia.

As ecológicas insubmissas da Elenice se expressam nesse compromisso com os movimentos de base política da igreja católica, no núcleo de política na escola onde estudou, nas assembleias sindicais, nos congressos da CUT, no movimento comunitário, nos conselhos de direitos e na Femopovi. Ela também participa de espaços e reuniões com assuntos de interesse coletivo que acontecem no bairro onde reside e em outras comunidades de Viana, mostrando-nos que os nossos momentos de balburdrias são essenciais para renovação das nossas esperanças a fim de construirmos possibilidades de enfrentamento as opressões.

A *escrevivência* da Elenice parte desse lugar vivido mediante as aprendizagens comunitárias, e nesse diálogo com Freire (2017a, p. 75) entendemos que “[...] ninguém pode estar no mundo, com o mundo e com o outro de forma neutra [...]”, porque a intervenção na realidade demanda o reconhecimento de que nós e o/a outro/a somos sujeito da história, sendo essa percepção fruto das experiências cotidianas e coletivas.

Na sua *escrevivência*, Elenice menciona que a Femopovi é um espaço onde os saberes se complementam e renovam, nesses encontros e reuniões que são atravessados pelas questões vividas, dando sentido e significado as nossas completudes, produzindo outras re-existências, aprendizagens e leituras de mundo, por isso, dialogamos com hooks (2013) acerca da educação como prática da liberdade.

Nesse campo de possibilidades temos a oportunidade de trabalhar pela liberdade, de exigir de nós e dos nossos camaradas uma abertura da mente e do coração que nos permita encarar a realidade e ao mesmo tempo em que, coletivamente, imaginamos esquemas para

cruzar fronteiras, para transgredir. Isso é a educação como prática da liberdade (hooks, 2013, p. 273).

Nesse diálogo e ensino para transgressão, a professora norte-americana bell hooks (2013), no livro *Ensinado a transgredir: a educação como prática da liberdade*, nos apresenta a teoria como lugar de cura, libertação coletiva e revolução. Para ela, “a teoria não é intrinsecamente curativa, libertadora e revolucionária. Só cumpre essa função quando lhe pedimos que o faça e dirigimos nossa teorização para esse fim [...]” (hooks, 2013, p. 86), por esse motivo, os grupos sociais marginalizados precisam utilizá-la no seu processo de libertação.

Insubmissa 8: Raízes fortes: compartilhando saberes

Em março de 2019, encontrei a professora Maria da Penha na pracinha de Marcílio de Noronha por acaso, e ali mesmo conversamos sobre a sua militância na Asiarfa. Depois começou a chover, fomos para a sua casa, ela preparou um lanche, compartilhamos vídeos, filmes e músicas. Tivemos uma ótima tarde, regada de afeto e muitas experiências.

Meu nome é Penha, sou formada em Pedagogia, gosto de escrever poesia, pintar paisagens, sou natural do Córrego Bel Monte, localizado no município de Mutum – Minas Gerais. Minha família trabalhava no campo, quando casei passei a acompanhar o meu esposo nos movimentos de base. Nós éramos muito católicos nessa época, havia o trabalho de formação política através das Comunidades Eclesiais de Base e da Teologia da Libertação. Sinto falta desse período, em que a Igreja Católica contribuía com a visão crítica dos/as trabalhadores/as.

Posso dizer que trago na memória algumas recordações do tempo de criança, quando observava o meu pai trabalhar na lavoura e, devido às dificuldades com a manutenção da plantação, ele teve que fazer um empréstimo no banco e precisava seguir todas as recomendações, e uma das cláusulas estabelecia o uso de agrotóxicos. Caso o agricultor não se submetesse às exigências, ficava sem condições financeiras para custear as despesas com a produção. Após pulverizar os pesticidas na lavoura, meu pai sem saber como fazer o descarte

corretamente daquele veneno, deixou o litro vazio fincado em uma bananeira. Como havia chovido muito, o litro foi levado pela correnteza e teve contato com o córrego, matando quase todos os peixes do lugar. Naquele dia, percebemos o poder destruidor dos agrotóxicos.

Na década de 70, trabalhei como professora em duas escolas do campo. Eu recebia meio salário mínimo, a escola ficava aproximadamente 50 quilômetros de distância do município, onde aconteciam as reuniões e encontros periódicos para os educadores. Atuava em uma sala de aula multiseriada, de 1º a 4º série. O professor tinha duas funções: limpar e ensinar, porque não havia merenda.

Posso dizer que ensinar é algo que já faz parte de mim, eu fui professora dos meus irmãos. Em 2017, comecei a participar da Asiarfa, fui de certa forma atraída pelo trabalho de revitalização do rio Formate, me identifiquei com essa atividade. Nesse grupo, a participação feminina é ativa, nós organizamos os eventos, pensamos e propomos novos trabalhos, visando à melhoria do nosso rio. Nós desenvolvemos algumas ações nas escolas parceiras, como a semana do rio Formate, da água, do meio ambiente e da árvore. Os membros da diretoria participam de Congressos, Fóruns e Conselho Municipal de Meio ambiente.

Considero muito importante o trabalho que realizamos de identificação das construções irregulares localizadas às margens do rio Formate. O que dificulta a resolução desse problema é a falta de políticas públicas de moradia para as pessoas de baixa renda. Sem opção, muitas famílias vão morar em lugares improvisados. No período de enchentes, essa situação se agrava bastante, as pessoas perdem as poucas mobílias e algumas até mesmo a vida.

Na Asiarfa, nos preocupamos com as nascentes que estão sendo aterradas; com a qualidade de vida da população, porque quem mora nas cidades bebe esgoto tratado; o uso de agrotóxico nos alimentos é algo assustador e ainda precisamos de saneamento básico. Essas problemáticas precisam ser discutidas por todos/as, em especial pelos nossos governantes já que o meio ambiente é a nossa casa comum.

Hoje eu tenho um terreno na roça, plantei café e também vou plantar feijão, não estou usando agrotóxico, isso requer mais gasto com a produção, porém sei que estarei produzindo alimentos que não irão envenenar as pessoas. Nós pagamos para sermos envenenados/as. A Monsanto/Bayer detém a patente da produção de sementes transgênicas, nos envenenam com uma variedade de pesticidas e agora vão produzir os nossos medicamentos. O nosso atual cenário político é desanimador na área ambiental e na educação, o presidente eleito trouxe como proposta de campanha expurgar o pensamento Freireano das escolas, alegando doutrinação comunista. Isso mostra um total desconhecimento a respeito do que Paulo Freire representa para a educação no Brasil, principalmente para todas aquelas pessoas que foram alfabetizadas por ele.

A escrevivência da Penha nos possibilitou dialogar sobre as relações patriarcais presentes na organização da sociedade em que vivemos, que reforçam os relacionamentos abusivos, em que o controle sobre os corpos femininos, desejos e sonhos é uma forma de castração da liberdade das mulheres, negando-lhes muitas vezes o direito de existir publicamente, ao serem confinadas ao ambiente doméstico. “Fomos educadas para cuidar dos outros, dos nossos companheiros, de nossos filhos, de nossos pais. Durante muitos séculos a obrigatoriedade desses cuidados foram fatores de opressão” [...] (CARNEIRO, 2019, p. 115). A retomada do controle da existência feminina ocorre através da recusa a submissão, separação ou falecimento dos companheiros.

Ela também problematiza sobre a produção de alimentos orgânicos, o consumo dos produtos transgênicos, o alto índice de agrotóxico presente na alimentação brasileira, que colaboram com o nosso adoecimento e contribui com o aumento do consumo de medicamentos farmacêuticos. Além disso, ela narrou acerca da união das empresas Monsanto que monopoliza o mercado de produção de sementes transgênicas e de agrotóxicos e a Bayer que detém o monopólio sobre a produção dos medicamentos.

Dialogamos com as *escrevivências* da Penha no sentido de repensamos as relações de produção de alimento, a qualidade do que estamos consumindo, o impacto do agronegócio na saúde humana e no ambiente em que vivemos, pois a monocultura aniquila a diversidade ecológica. Por isso, é importante discutirmos acerca das resistências promovidas pelos povos do campo e das florestas,

construindo outras possibilidades de enfrentamento da elite nuvem de gafanhoto que se desloca devorando mundos, sonhos, esperança e subjetividades.

As ecologias insubmissas realizadas pela Penha estão presentes nas suas poesias, pinturas, artesanatos, nos relatos da infância quando observava o pai tendo que se submeter ao uso de agrotóxico para conseguir o empréstimo no banco, quando atuou como professora da educação do campo e participou das Comunidades Eclesiais de Base. Hoje, ela está inserida na Asiarfa e produz alimentos sem agrotóxicos. A sua participação nos movimentos sociais contribuiu com a desnaturalização do processo de opressão conjugal que vivenciou.

Insubmissa 9: A família que eu escolhi

Ainda no mês de março de 2019, encontrei com a Daniele (Dani) do Coletivo Formate na UFES, e como a nossa conversa acabou se estendendo, marcamos outro momento na residência dela. Nesses quase 10 anos de coletivo Formate, vivenciamos muitas histórias, boas e más recordações. Mas, permanecemos juntos/as e fortalecidos/as para enfrentarmos outros desafios. A Dani tem uma linda trajetória de participação, resistência e persistência.

Eu sou a Dani, tenho 26 anos, sou Técnica de Meio Ambiente, estou desempregada, no momento trabalho como cuidadora de crianças e moro em Viana Sede com os meus pais e irmão. Faço parte do Coletivo Formate desde os meus 15 anos. No período que antecedeu a nossa institucionalização, dois eventos foram significativos para mim: um deles foi o debate eleitoral entre os Candidatos a Prefeitos que ocorreu em 2012, e o outro, Dia dos Movimentos Sociais Vianenses, onde atuamos como protagonistas junto com a Femopovi. Em 2014, formalizamos a Associação Coletivo Formate. Nessa ocasião, eu havia sido aprovada no IFES (Instituto Federal do Espírito Santo), no curso de Técnico de Meio Ambiente em Ibatiba. Após dois anos, retornei e comecei a participar ativamente das ações do nosso grupo, passei a acompanhar o Cine Santa Clara e o Cine Terra Mãe.

Em 2015, pensei na possibilidade de o Coletivo Formate desenvolver a Ecoteca através de um edital de incentivo à leitura para as crianças e adolescentes do Assentamento Santa Clara. Nesse trabalho, pude atuar como facilitadora e educadora ambiental. Tudo foi um

aprendizado: aprovar o projeto, montar a biblioteca e depois realizar as atividades de educação ambiental. No início, achei que iria à Santa Clara para ensinar, mas acabei aprendendo muito mais com as crianças e adolescentes daquela comunidade do que ensinei.

Quando penso nesse projeto, tenho refletido no quanto eu errei e que poderia ter me empenhado mais. No entanto, é difícil você representar um sonho e ao mesmo tempo um grupo como o Coletivo Formate, onde as pessoas possuem uma formação política aguçada, além de ser desafiador lidar com as crianças e os/as adolescentes no sentido de construir possibilidades, compartilhar sonhos de forma lúdica e sem impor. Formos aprendendo com a prática.

Eu nunca imaginei que o sonho de termos uma Eco-teca poderia ir para o papel, ganhar um prêmio e nos proporcionar um título de utilidade pública municipal. Isso mostra o quanto é importante sonharmos e acreditarmos que podemos transformar a sociedade em que vivemos. Desde que comecei no Coletivo Formate, eu me considero uma pessoa melhor e mais feliz, por conviver com cada um/a de vocês, isso me acrescenta muito como pessoa. Eu me lembro que quando comecei a frequentar o Coletivo Formate meus pais não queriam que eu participasse de movimentos sociais, recordo-me que em uma das reuniões os membros do grupo fizeram vaquinha para que eu tivesse condições de continuar participando dos encontros, já sai de Viana de bicicleta para ir às atividades do coletivo, que aconteciam no bairro Marcílio de Noronha, mesmo sem dinheiro e enfrentando conflitos em casa, eu continuei participando. Agora o coletivo se reúne aqui em casa, meus pais preparam café da manhã e almoço para nós. Nossa confraternização de final de ano foi na minha casa. Hoje somos uma família, já que escolhemos construir uma história em comum.

A escrevivência da Dani nos apresenta a utopia como algo realizável, pois narra às belezas e bonitezas da vida, dos sonhos coletivos, sendo estes possibilidades para imaginarmos outros horizontes com criticidade, ação e reinvenção, nesse compromisso que assumimos com a nossa humanização, estando esse diálogo em consonância com os escritos freireano (2001b, p. 85):

Nunca falo da utopia como uma impossibilidade que, às vezes, pode dar certo. Menos ainda, jamais falo da utopia como refúgio dos que não atuam ou [como] inalcançável pronúncia de quem apenas devaneia. Falo da utopia, pelo contrário, como necessidade fundamental do ser humano. Faz parte de sua natureza, histórica e socialmente constituindo-se, que homens e mulheres não prescindam, em condições normais, do sonho e da utopia. As ideologias fatalistas são, por isso mesmo, negadoras das gentes, das mulheres e dos homens.

Gostaria de destacar que a *escrevivência* da Dani me fez recordar do Samba da Utopia, que desperta em mim, o desejo de continuar re-existindo a tirania, fortalecendo as possibilidades de mudanças, sem reproduzirmos as práticas opressoras, pois o diálogo, o respeito, a solidariedade e o conhecimento contribuem com a nossa humanização. Recorremos a essa canção em forma de poesia como alento e esperança para enfrentarmos tempos difíceis, devido à ascensão de governos reacionários e conservadores, que espalham discursos de ódio, discriminação, racismo, intolerância, desrespeito à vida dos grupos sociais oprimidos, que utilizam a tirania, a opressão, o patriarcado, o medo, a violência, o assassinato, como tentativa de silenciar os homens e as mulheres que desafiam as práticas de dominação.

Esses devoradores de mundos (KRENAK, 2019) defendem o desmonte da educação, do Sistema Único de Saúde (SUS), dos direitos sociais, ambientais, trabalhistas, se colocam a favor dos interesses do capital, do setor privado, do agronegócio, ao permitirem o genocídio e a ocupação das terras indígenas e quilombolas, eles também expulsam e matam camponeses/as e os trabalhadores/as rurais sem terra.

Podemos dizer que às ecologias insubmissas da Dani afloraram por meio da inserção no Coletivo Formate, grupo com o qual integrou a comissão organizadora do debate eleitoral que ocorreu em 2012, participou da organização do Dia dos Movimentos Sociais de Viana, foi uma das organizadoras da I Conferência Livre de Juventude do nosso município, idealizou o projeto Ecoteca, se formou em técnico de meio ambiente pensando na realização de projetos educativos pelo Coletivo Formate e atuou no Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente.

Compondo re-existências femininas

A partir das *escrevivências* e diálogos amorosos com esse grupo de mulheres, retomamos o movimento de resistência em defesa do rio Formate, através das audiências públicas e das práticas educativas ambientais entrelaçadas ao rio, que ocorreram por meio das sessões cineclubistas, contação de histórias, rodas de conversa, palestras, confecção de cartazes e mobilização comunitária para participação das audiências públicas.

Além disso, conseguimos organizar com um grupo de militantes formado por homens e mulheres que já participam dos movimentos sociais dos municípios de Viana e Cariacica momentos para pensarmos os encontros de mobilização e participação social, envolvendo as comunidades do entorno do rio Formate e da comissão de articulação junto ao poder público com o objetivo de atender às demandas que surgem dos encontros comunitários. Por isso, “[...] defende-se aqui que a principal contribuição política dos que vêm das margens ocorre na construção e ampliação da noção de cidadania na qual o sentimento de pertencimento e a intervenção cotidiana são prioritários [...]” (REIGOTA, 2010a, p. 01).

Percebemos que esse grupo de mulheres através das suas *escrevivências* questionam o patriarcado e o poder de decisão masculino, machismo, violência, controle dos corpos femininos; falam da importância de retomarmos os movimentos de formação de base, da natureza política presente nas práticas educativas que realizamos, da possibilidade de fortalecermos outras propostas

educativas que dialogam com a educação como prática da liberdade, pois compreendem os movimentos sociais comunitários como espaços de formação e aprendizagem; comentam sobre as problemáticas ambientais nacionais e locais, situações que estão acontecendo no cenário político atual e a pouca participação feminina negra ocupando cargos políticos e outros espaços de poder.

Para pensarmos no enegrecimento dos espaços de poder e os motivos pelos quais temos poucas mulheres negras ocupando cargos políticos e de chefia, buscamos tecer um diálogo, especialmente, com a autora Sueli Carneiro, que no livro *Escritos de Uma Vida* (2019) aborda sobre a situação da população negra no Brasil, dando ênfase às especificidades das mulheres negras e mostrando como o racismo e sexismo agem sobre os corpos femininos.

O processo histórico evidencia que a escravização dos povos negros foi “[...] a principal fonte de acumulação primitiva de capital do país e da construção da riqueza das elites que se revezam no poder no Brasil” (CARNEIRO, 2019, p. 146). O embranquecimento das estruturas e espaços de poder produzem as desigualdades raciais, sociais e econômicas, por meio do domínio das organizações públicas, privadas, políticas e jurídicas, em que as relações de privilégios foram construídas a partir da opressão, destituição da humanidade e o não reconhecimento da cidadania da população negra e de outros grupos marginalizados.

O racismo, enquanto parte de um sistema de dominação, “[...] conhece o potencial transformador da potente voz dos grupos historicamente silenciados” (RIBEIRO, 2019b, p. 81) que lutam pela igualdade racial e que erguem a voz (hooks, 2019b), como sujeitos políticos que reivindicam o direito de existir publicamente e de narrarem as suas histórias.

A organização do Estado democrático de direito perpassa pelo enfrentamento das desigualdades raciais, pensando a humanidade de forma plural, porque o modo como a sociedade brasileira foi constituída nega a existência política dos grupos sociais oprimidos, como os povos negros, que através dos seus saberes ancestrais, organização nos quilombos, comunidades e terreiros tecem relações de irmandade, solidariedade e convivência que não são entendidos como civilizatórios. Desse modo, entendemos o quanto é significativo ter pessoas negras, que vivenciaram o processo de descolonização das mentes (FREIRE, 1978), ocupando espaços de poder com a finalidade de realizar o enfrentamento ao

racismo e ao sexismo, pensando no fortalecimento da coletividade ao buscar estratégias que contribuam com a construção de uma sociedade antirracista.

Ressaltamos que a garantia de políticas públicas de qualidade e a ampliação da oferta dos serviços públicos nas áreas de educação, saúde, assistência social, trabalho, moradia e saneamento básico buscam combater a exclusão social e racial, já que a pobreza neste país tem cor (CARNEIRO, 2019; RIBEIRO, 2019b). Embora o racismo esteja presente no cotidiano da população negra, entendemos que as mulheres negras são as mais afetadas pelas opressões raciais e de gênero, que “[...] se retroalimentam para mantê-las numa situação de asfixia social [...]” (CARNEIRO, 2019, p. 281) e que dificultam a sua ascensão social e colabora com a reprodução das imagens estereotipadas, ora sexualizada, ora subalternizada.

Reconhecemos que as relações de dominação nos asfixiam, por esse motivo não podemos nos conformar em continuar utilizando as máscaras que representam o racismo, o machismo, o sexismo, a homofobia e a intolerância religiosa, pois precisamos respirar. Por isso, entendemos que é “Tempo de nos aquilombar”, como menciona o título do poema da escritora Conceição Evaristo (2020), que nos convida a formamos novos quilombos, independente dos lugares e espaços em que estejamos, pois as nossas organizações sociais fazem ecoar as nossas resistências.

Pensando nas possibilidades de nos *aquilombar* e escutando as *escrevivências* das mulheres inseridas nos diferentes movimentos sociais vianenses, as quais propuseram um momento para conversarmos sobre as nossas militâncias, práticas pedagógicas ambientais e as situações vivenciadas pelo cotidiano feminino, que surgiu o encontro *Diálogos de mulheres insubmissas*, com o objetivo de compartilharmos as nossas práticas de re-existências e ecologias insubmissas que são atravessadas pela nossa condição de mulheres, em sua maioria negras, mães, trabalhadoras, militantes e estudantes, que estão aprendendo que a libertação do patriarcado e do racismo faz parte de uma luta constante, que deve ser vivenciada na coletividade. Esse encontro foi inspirado na arte das *escrevivências* da escritora Conceição Evaristo (2016), conforme veremos a seguir.

Encontro diálogos de mulheres insubmissas

Este capítulo-fascículo produzido a partir das ecologias insubmissas praticadas pelas mulheres participantes dos movimentos sociais vianenses configura-se como produto educacional, sendo desdobramento da dissertação de mestrado intitulada: *Cartografias e narrativas das educações ambientais e ecologias insubmissas nos cotidianos das mulheres na bacia do rio Formate, Viana (ES)*. Por isso, durante a organização desse momento, apostamos nas *escrevivências* da escritora Conceição Evaristo como inspiração teórica, política, ecológica e formativa para pensarmos e praticarmos o encontro *Diálogo de Mulheres Insubmissas* do município de Viana.

Encontramos na literatura as diversas formas de re-existências femininas negras, que com suas solidariedades, irmandade, afetos, ensinamentos e reflexões enfrentaram as opressões e dominação cotidiana, tendo sido essas histórias registradas no livro *Insubmissas Lágrimas de Mulheres* (EVARISTO, 2016), que mostra a insubmissão feminina contra as forças coloniais presentes na sociedade.

No mês de fevereiro de 2020, realizamos o encontro *Diálogos de mulheres insubmissas*, com o objetivo de compartilharmos práticas de re-existências e as ecologias insubmissas produzidas pelas mulheres dos movimentos sociais vianenses, tendo em vista pensarmos nas redes que nos formam e

com as quais somos formados (ALVES, 2019), e que emergem desses *espacostempos* de aprendizagens coletivas.

Esse encontro foi organizado como espaço de aprendizagem e formação, em que recorreremos à mística, aos cordéis das heroínas negras brasileiras, às apresentações cineclubistas, aos musicais, à exposição de charges, poesia, fanzine, livros de Paulo Freire, de autoras e escritoras negras, frases de pensadoras feministas negras e indígenas e das fotografias das nossas ecologias insubmissas, com o intuito de mostrarmos as re-existências femininas no enfrentamento das relações patriarcais, raciais e sexistas ao praticarmos a “educação como ato político” (FREIRE, 1989) e como forma de intervenção no mundo (FREIRE, 2017a), evidenciando as “contribuições políticas dos sujeitos que vêm das margens” (REIGOTA, 2010a, p. 1).

A seguir, apresentaremos em forma de episódios os movimentos formativos desse encontro.

Iniciando nossas conversas com um diálogo poético

Recitamos o poema Vozes-mulheres, da escritora Conceição Evaristo.

A voz de minha bisavó ecoou criança
Nos porões do navio.
Ecoou lamentos
De uma infância perdida.

A voz de minha avó ecoou obediência
Aos brancos-donos de tudo.

A voz de minha mãe ecoou baixinho revolta
No fundo das cozinhas alheias debaixo das trouxas
Roupagens sujas dos brancos pelo caminho empoeira-
do rumo à favela.

A minha voz ainda evoca versos perplexos Com rimas
de sangue e Fome.

A voz de minha filha
Recolhe todas as nossas vozes Recolhe em si
As vozes mudas caladas Engasgadas nas gargantas.

A voz de minha filha Recolhe em si

A fala e o ato.

O ontem – o hoje – o agora. Na voz de minha filha
Se fará ouvir a ressonância O eco da vida-liberdade
(Conceição Evaristo)

Esse poema foi uma inspiração para dialogarmos sobre as nossas condições de vida, trabalho e resistências. Sobre como as desigualdades raciais, originadas no período de escravização, estão presentes no cotidiano da população negra, colaborando com a marginalização e pobreza principalmente das mulheres negras, situação que se reflete no mercado de trabalho, sendo essa realidade vivenciada por muitas de nós que estávamos nesse encontro. Conversamos ainda sobre o feminicídio enquanto processo histórico de opressão patriarcal e negação dos nossos direitos sociais.

Entre nós mulheres que participamos desse encontro, houve um consenso em relação à importância do crescimento da participação feminina no mercado de trabalho. Entretanto, ao refletirmos sobre a mobilidade social das mulheres negras, percebemos que muitas ainda ocupam os postos de trabalho mais precarizados, com menores salários, e enfrentam altas taxas de desemprego, sendo o maior percentual de pessoas pobres e marginalizadas no Brasil.

Entendemos que a maioria da população negra, após vivenciar um longo e perverso período de escravização, deixou as senzalas para morar nas favelas, pois o racismo provocou a marginalização, exclusão, desigualdades sociais e a pobreza decorrentes da falta de políticas públicas. Isso mostra que “efetivamente, o racismo que nasce no Brasil associado à escravidão, consolida-se após a abolição [...]” (THEODORO, 2008, p. 24), porque o direito à liberdade não significou melhores condições sociais e econômicas para os povos negros, uma vez que o patriarcado de supremacia branca (hooks, 2019b) tenta naturalizar a opressão racial, dificultando que possamos aprender a dialogar com a nossa história a fim de nos libertarmos coletivamente das relações de dominação, erguendo as nossas vozes como sujeitos ativos no processo de transformação social.

Episódio 01 – Mística: saberes que emergem dos povos do campo e das florestas

A mística foi um momento de fortalecimento individual e coletivo, pois sabemos que os direitos sociais foram garantidos mediante a luta, suor e sangue de homens e mulheres que desafiaram o sistema de opressão em que

vivemos. Quanto ao espaço que compôs a mística, estavam presentes alguns instrumentos musicais e outros elementos da cultura indígena e quilombola como o tambor, casaca, chocalho, máscara africana, esteira de palha, artesanato, bem como manjericão, alecrim para perfumar o ambiente, um jarro com rosas do deserto, vegetação característica das regiões áridas do continente africano simbolizando a resistência desses povos, tecido característico dos povos ameríndios como os Incas, sendo símbolo da tradição peruana, o que nos possibilitou refletir tanto sobre os assassinatos das lideranças indígenas e quilombolas, expulsão, quanto sobre a apropriação de suas terras pelos fazendeiros, madeireiros e indústrias.

Figura 3 – Mística



Fonte: Arquivo pessoal.

A vela simbolizava a chama da esperança, fazendo emergir em nós tudo que nos traz esperança a fim de continuarmos nossa caminhada de re-existência enquanto integrantes dos movimentos sociais vianenses que realizam práticas ecológicas insubmissas na bacia do rio Formate. Fazia também parte da mística uma camiseta estampada com os rostos de mártires capixabas, como a irmã Cleusa Carolina Rody Coelho, defensora dos povos indígenas; o Juiz Alexandre Martins, que ficou conhecido como símbolo de justiça e coragem por causa de sua atuação contra a impunidade e o crime organizado no Espírito Santo; o Padre Gabriel Maire, envolvido nas lutas populares, nos grupos de fé e política e nos movimentos das Comunidades Eclesiais de Base; o ambientalista Paulo César Vinha, biólogo que liderava o movimento contra a extração de areia na área de restinga e a construção de empreendimentos imobiliários

em locais de preservação ambiental na cidade de Guarapari. Nessa camiseta, também estava estampado o rosto da vereadora carioca Marielle Franco, socióloga, militante feminista, negra, que lutava pelas causas das comunidades LGBTQIA+, pelos Direitos Humanos, e denunciava o abuso de autoridade e a violência policial cometida contra os/as moradores/as das favelas no Rio de Janeiro. Esse momento contribuiu para que viessem à tona o nome de outras mulheres e homens que morreram lutando contra a dominação e opressão.

Episódio 02 – Frases, charges e as ecologias insubmissas antirracistas

Durante o encontro, dialogamos com as imagens e objetos que estavam presentes, sendo um convite para conversarmos sobre as narrativas insubmissas desse grupo de mulheres que, a partir das práticas cotidianas, reinventam “ecologias menores” (GODOY, 2008), ao pensarem outros modos de existir e de habitar o mundo com base na coletividade. “As ecologias que a vida produz dizem respeito a outros modos de se sentir e pensar, de se relacionar, outros modos de existência para além da conservação [...]” (GODOY, 2008, p. 152). Portanto, para esse momento formativo, escolhemos dialogar com as re-existências femininas enquanto ecologias insubmissas antirracistas.

Figura 4 – Frases de mulheres que se reinventam a partir da escrita



Fonte: arquivo pessoal.

Lemos as charges e as frases das autoras feministas negras e indígenas que dialogam sobre o amor à liberdade como enfrentamento à dominação e à opressão, que debatem a dificuldade em garantirmos políticas públicas para os povos indígenas e quilombolas, o reconhecimento das mulheres enquanto pessoas, a luta dos povos do campo, a identidade indígena, a importância da Lei Maria da Penha no combate à violência doméstica, o feminicídio, o extermínio da população negra, o diálogo feminista pautado na justiça social, equiparação e equidade de gênero.

Após esse momento de reflexão, assistimos ao vídeo produzido por uma das militantes do Coletivo Formate. A canção escolhida para compor o vídeo foi *Eu Só Peço a Deus* (1986), interpretada pelas saudosas Mercedes Sosa e Beth Carvalho, com imagens das queimadas que ocorreram na região amazônica em 2019; dos crimes ambientais nas cidades de Mariana e Brumadinho; do derramamento de óleo nas praias do nordeste; dos atos públicos contra o uso indiscriminado de agrotóxicos; das manifestações do Movimento Sem Terra (MST); da Marcha das Margaridas; das Mulheres Negras no combate ao racismo e extermínio da juventude negra; das mulheres indígenas contra o genocídio; do movimento feminista pelo fim da violência doméstica, feminicídio e a cultura do estupro; da luta dos refugiados para serem aceitos em outros países.

Episódio 03 – Poesia indígena: pensando as resistências e violências praticadas contra os seus corpos e existências

Recitamos o poema *Natureza em chama*, da escritora Márcia Kambeba, mulher indígena, feminista, geógrafa, poetiza, cantora, compositora, fotógrafa, atriz, contadora de história e documentarista, que se expressa por meio da arte como forma de reafirmação dos povos indígenas. Através desse poema, recordamos as educações ambientais que emergem das nossas redes de conversações, e um dos assuntos que aflorou foi o período das queimadas que aconteceram na região amazônica em 2019, que mostram como a herança colonial portuguesa está presente no modo de vida capitalista, urbano e industrial que marca as relações de dominação, aculturação e genocídio da população indígena, pois estes insistem em manter essa relação de pertencer a terra, que dá sentido à nossa existência a partir dessa conexão entre subjetividade, relações sociais e o cuidado com o meio ambiente no qual estamos inseridos/as.

Esse momento também fez emergir em nós o sentimento de admiração, respeito, gratidão e solidariedade aos povos indígenas que resistem e defendem os seus territórios com o próprio sangue há mais de 500 anos contra “[...] o ataque feroz das forças coloniais, que até hoje sobrevivem na mentalidade cotidiana de muitos brasileiros, é a ideia de que os índios deveriam estar contribuindo para o sucesso de um projeto de exaustão da natureza [...]” (KRENAK, 2019, p. 41). Por isso, buscamos na resistência dos povos indígenas inspiração para continuarmos realizando as nossas práticas ecológicas em defesa do rio Formate.

Episódio 04 - Diálogo com a literatura: narrativas ficcionais e racismo ambiental

Apresentamos a escritora Conceição Evaristo e a sua obra *Insubmissas Lágrimas de Mulheres* (2016), que inspirou o nosso encontro *Diálogo de Mulheres Insubmissas*, porque as narrativas ficcionais que emergem do cotidiano das protagonistas negras foram construídas com o intuito de questionarem as relações humanas opressoras e também de mostrarem a solidariedade e irmandade feminina negra, e como elas se acolhem e criam estratégias para se libertarem do patriarcado. Destacamos nesse livro a maneira como a autora escolheu retratar cada personagem, recorrendo à mística, ancestralidade e oralidade africana para produzir outros discursos e narrativas contra-hegemônicas, sendo esses diálogos um convite para repensarmos as nossas existências e a continuarmos com as nossas insubmissões contra as forças coloniais.

Fizemos também uma breve apresentação do livro *Quarto de Despejo* (2014), de autoria de Carolina Maria de Jesus. A leitura desse livro mostra como a escritora era uma mulher forte, determinada e talentosa, que apesar de sofrer discriminação por ser mãe solo, continuava cuidando dos filhos sozinha, pois essa decisão era uma escolha dela, visto que tinha outras prioridades e sonhos que não estavam atrelados ao matrimônio. Quando vivenciava situações de racismo, dizia “[...] eu adoro a minha pele negra, e o meu cabelo rústico. [...] se é que existe reencarnação, eu quero voltar sempre preta” (JESUS, 2014, p. 64). Lemos um dos poemas de Carolina Maria de Jesus, publicado no jornal Folha da Noite (1958), no qual ela reivindica o direito de ser reconhecida como escritora.

Não me digam que fui rebotinho, que vivi à margem da vida.

Digam que eu procurava trabalho, mas fui sempre preterida.

Digam ao povo brasileiro

Que meu sonho era ser escritora, mas eu não tinha dinheiro,

Para pagar uma editora. (Carolina Maria de Jesus)

Por meio da publicação do seu diário na década de 60, a escritora Carolina Maria de Jesus conseguiu garantir o direito de existir publicamente, no período em que as narrativas autobiográficas faziam parte da cultura dominante. “[...] ainda são raras as autobiografias de mulheres transgressoras, sejam as politicamente engajadas em movimentos sociais, sejam as que se rebelaram de outros modos contra os códigos normativos hegemônicos, especialmente no Brasil” (RAGO, 2013, p. 32).

O encontro com a literatura contribuiu para vivenciarmos esse diálogo de descolonização dos nossos pensamentos, no sentido de enegrecermos e ocuparmos os espaços de poder (CARNEIRO, 2019), associando à imagem dos corpos femininos negros marginalizados pelo patriarcado de supremacia branca (hooks, 2019b) como sendo corpos de sujeitos políticos, que fazem o enfrentamento ao racismo, machismo e sexismo. Nesse encontro-formação, conversamos a respeito das problemáticas ecológicas locais e como o racismo ambiental impacta nas nossas discussões sobre saneamento básico, água e as possíveis ações de preservação do rio Formate que atualmente está em coma devido à poluição.

Episódio 05 – Rio Formate: espaço de aprendizagem coletiva

Nas nossas conversas, comentamos sobre a falta de programas habitacionais e os avanços em relação à revitalização do rio Formate.

Figura 5 - Compartilhando histórias de re-existências



Fonte: Arquivo pessoal.

Pensando a realidade do rio Formate em Viana para além das situações envolvendo as problemáticas que ocorrem no período das enchentes, destacamos que os moradores/as mais antigos do bairro Marcílio de Noronha compartilham histórias afetivas com este rio, e essa relação acabou despertando em alguns moradores/as o interesse pela participação social, ao atuarem na associação de moradores, Pastoral da Criança, conselhos municipais de direitos, movimentos sociais que têm como bandeira de luta este rio.

Além disso, são organizadas ações em conjunto entre os movimentos de resistência dos municípios de Viana e Cariacica em defesa e preservação do rio Formate. Dentre elas, foram organizadas duas audiências públicas em 2019, na qual foi formada uma comissão com membros desses movimentos para dialogarmos com os gestores municipais e também apostarmos nas práticas educativas nas escolas mais próximas do rio. Podemos dizer que o rio Formate tem estimulado movimentos de resistências, contribuído com a nossa formação política e cidadã e possibilitado reinventar práticas educativas comunitárias e aprendizagens coletivas.

Diante do contexto político atual, pensar em reconstruir o Brasil é um grande desafio, e para nós que acreditamos e nos envolvemos nos movimentos sociais comunitários é um compromisso que assumimos no nosso cotidiano, pois as nossas histórias de resistência são tecidas coletivamente mediante as práticas ecológicas insubmissas, que realizamos e

temos dialogado a respeito da retomada das formações de base a fim de continuarmos com o nosso legado de resistência.

Episódio 06 - Heroínas negras mostram que as nossas re-existências são ancestrais

Apresentamos a coleção em cordéis das vinte heroínas negras brasileiras (2017) que compõe a obra da escritora, poetiza, cordelista, jornalista nordestina Jarid Arraes, militante do movimento feminista negro, que ao revisitar a história dessas mulheres sentiu o desejo de contribuir com o movimento de re-existência a fim de que elas não sejam esquecidas. Por isso escolheu apresentá-las em cordéis, como forma de facilitar o diálogo, especialmente com os/as estudantes. Entendemos que “[...] o propósito aqui não é impor uma epistemologia da verdade, mas contribuir para o debate e mostrar diferentes perspectivas” (RIBEIRO, 2019a, p. 14).

Figura 6 – Diálogos reflexivos



Fonte: Arquivo pessoal.

A coleção das heroínas negras (2017) dialoga com o livro *Olhares Negros: raça e representação* (2019a) da autora bell hooks, no qual ela faz “[...] um regresso em busca daquilo que as narrativas hegemônicas ‘deixaram cair’ ao longo da história. Consolida-se como uma obra que nos impõe um compromisso ao mesmo tempo epistemológico e ético” (hooks, 2019a, p. 22), sendo essas leituras um convite para repensarmos a imagem socialmente construída a respeito de nós mulheres.

Iniciamos esse diálogo apresentando Maria Aranha, que foi uma das lideranças política do quilombo do Mola, localizado em Tocantins. Antonieta de Barros, professora, jornalista, escritora, foi a primeira deputada negra, defendia a emancipação feminina e lutava contra o racismo. Maria Firmina dos Reis, professora e primeira escritora negra brasileira, abordava temas ligados à abolição da escravidão, criticava a sociedade escravagista e fundou uma escola pública, gratuita e que atendia meninas e meninos na mesma sala de aula. Maria Felipa, marisqueira que liberou um grupo de mulheres no processo de independência da Bahia. Eva Maria do Bonsucesso, mulher alforriada, ousada, trabalhava como quitandeira, foi agredida por um homem branco, rico e de família influente, defendeu-se da agressão, denunciou o agressor e lutou arduamente até ele ser condenado e preso.

Dando continuidade à trajetória das heroínas negras, destacamos a atuação de Tereza de Benguela, que liderou por vinte anos o quilombo Quariterê em Mato Grosso, de forma coletiva tomava as decisões e quando apreendiam nas batalhas as armas dos Bandeirantes, transformavam os armamentos principalmente em panelas para alimentar o povo quilombola. Aqaltune, princesa guerreira do Congo, escravizada no Brasil, símbolo de resistência, liderou e expandiu o quilombo dos Palmares e foi avó de Zumbi dos Palmares. Zeferina, rainha, guerreira, que fundou o quilombo do Urubu. Era também estrategista de guerra. Tia Ciata exercia sua liderança religiosa por ser Mãe de Santo, sua casa era um ponto de cultura e resistência negra abrigando os/as sambistas e capoeiristas marginalizados/as e perseguidos/as pela polícia. Tia Simoa liderou o processo de luta e resistência negra pelo fim da escravização de pessoas no Ceará.

Evidenciamos também a história de Luiza Mahin que participou ativamente da revolta dos Malês e da Sabinada que aconteceram na Bahia, em sua casa ocorriam as reuniões de organização dos movimentos de resistência. Anastácia utilizava o seu conhecimento como curandeira para aliviar a dor e o sofrimento de seu povo, mesmo tendo sido obrigada a usar uma máscara em seu rosto após lutar para não ser abusada sexualmente pelo filho do casal que a escravizava. Mariana Crioula liderou juntamente com Manoel Congo a maior fuga de pessoas escravizadas da região fluminense, no Rio de Janeiro. Esperança Garcia, mulher escravizada, que corajosamente denunciou, por meio de carta, as situações desumanas vivenciadas pelos/as negros/as, tendo

sido simbolicamente reconhecida pela Ordem dos Advogados do Brasil – Seção Piauí, como a primeira mulher advogada desse Estado.

Temos ainda as histórias de Acotirene, matriarca do quilombo dos Palmares, guerreira e conselheira quilombola. Na Agontimé, rainha de Daomé, veio escravizada para o Brasil, comprou a sua alforria e fundou a Casa das Minas, religião de matriz africana de origem matriarcal. Laudelina de Campos, sindicalista, trabalhadora doméstica, militante feminista e defensora da igualdade racial. Zacimba Gaba, princesa guerreira da nação de Cabinda, localizada na Angola, foi sequestrada e vendida na Capitania do Espírito Santo, liderou a revolta na qual os seus algozes foram mortos e fundou o seu próprio quilombo. Dandara dos Palmares, guerreira, capoeirista, líder do exército feminino palmarino, trabalhadora agrícola e estrategista de guerra. Carolina Maria de Jesus, escritora mineira, favelada, catadora de papel, que narrou em suas obras as questões raciais, de gênero e as desigualdades sociais.

Constatamos que, “[...] em um contexto supremacista branco, ‘amar a negritude’ raramente é uma postura política refletida no dia-a-dia. Quando é mencionada, é tratada como suspeita, perigosa e ameaçadora” (hooks, 2019a, p. 47). Por isso, para as feministas negras, combater o racismo é um compromisso político assumido frente às relações de opressão, dominação e sexismo.

Trazer à tona as histórias das heroínas negras foi uma maneira que encontramos de evidenciar que as nossas re-existências são ancestrais contra as relações de dominação e nos alimentamos da coragem e ousadia dessas mulheres por entendermos que guardamos em nós parte das histórias dessas guerreiras, a fim de que elas possam nos inspirar a continuarmos praticando as nossas insubmissões coloniais em Viana, conectando as nossas práticas ecológicas com as ações educativas antirracistas.

Episódio 07 - Becos da Memória: (re)inventando práticas ecológicas insubmissas

Figura 7 - Exposição fotográfica Becos da Memória



Fonte: Arquivo pessoal.

Organizamos uma exposição de fotografias que chamamos de *Becos da Memória*, tendo sido inspirado no livro *Becos da Memória* da escritora Conceição Evaristo (2017a). Essa aproximação se deu pelo fato de a autora abordar fragmentos das histórias de pessoas marginalizadas, moradoras de uma comunidade, cujas *escrevivências* se entrelaçam com o processo de desfavorecimento, que fez emergir um pouco dessa memória afetiva dos/as moradores/as, as lembranças, as emoções, a ancestralidade, a solidariedade, sendo registros das memórias oprimidas e também um convite para revisitarmos as nossas memórias e evidenciarmos quem são as pessoas com as quais escolhemos compor as nossas histórias de re-existências.

Ressaltamos que uma parte das fotografias foram dedicadas às escritoras, autoras, feministas negras e indígenas, como Conceição Evaristo, Carolina Maria de Jesus, Elisa Lucinda, bell hooks, Djamila Ribeiro, Sueli Carneiro, Lélia Gonzalez, Angela Davis, Márcia Kambeba, Sônia Guajajara e Eliane Potiguara. Realizamos também uma homenagem às mulheres que foram assassinadas, como Marielle Franco, devido a sua atuação política; Dorothy Stang, que defendia a luta camponesa e indígena pelo direito a terra e a pequena Araceli Cabrera, criança que se tornou símbolo da luta no combate à violência sexual praticada contra as crianças e os adolescentes, após sofrer

abuso sexual, ser morta e carbonizada. Outra mulher lembrada foi a Maria da Penha Maia, vítima de violência doméstica, que levou um tiro, ficou paraplégica e quase morreu eletrocutada pelo ex-companheiro, uma sobrevivente que conseguiu garantir a criação da Lei Maria da Penha. As demais fotografias dialogavam com as práticas cotidianas de mulheres vianenses.

A exposição fotográfica *Becos da Memória* foi organizada para dialogarmos com as imagens das nossas práticas políticas, pedagógicas e ecológicas insubmissas locais que expressam um pouco desses sentimentos que brotam, afloram e transbordam em nós, deixando fluir a vida, sendo a representação do nosso amor pelo mundo, nessa relação de quem transforma, ensina e aprende com o mundo e por meio da experiência de ser coletivo. Nessas fotografias, buscamos evidenciar a esperança como ato revolucionário por está associada ao verbo *esperançar* no sentido de não se conformar com a realidade opressora, pois “[...] movo-me na esperança enquanto luto (FREIRE, 2017b, p. 114).

Episódio 08 - Cineclubes enquanto prática política e pedagógica

No 1º momento cineclubista, assistimos ao vídeo produzido pela Mídia Ninja (2019) sobre Marielle Franco, que se tornou fonte de inspiração para a canção *Sorriso de Marielle* (2019)¹¹ e para dialogarmos sobre a pouca participação das mulheres negras e militantes ocupando cargos políticos, mesmo após a aprovação da Lei nº 9504/97, que foi alterada pela Emenda Constitucional 97/2017, que reserva 30% das legendas partidárias às candidatas mulheres. Entendemos que o cumprimento dessa lei, juntamente com a mudança de pensamento, no sentido de reconhecermos que nós mulheres somos sujeitos políticos que lutam pela democratização política pode ser considerada um avanço.

Na democracia representativa brasileira, geralmente os cargos políticos são ocupados hegemonicamente pelos homens, heterossexuais, brancos, racistas, classistas e sexistas, sendo esses motivos os principais dificultadores no enfrentamento das desigualdades de gênero e intragênero no âmbito político partidário. Além disso, a superação dessa situação acontece de forma morosa, por isso, precisamos contribuir com a mudança dessa realidade (CARNEIRO, 2019). No nosso caso, enquanto mulheres

11 Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=c9kjSgzgdTQ>. Acesso em: 01 jul. 2022.

que compõem os grupos sociais marginalizados, podemos contribuir com o diálogo sobre a pouca presença feminina negra no cenário político associado às nossas práticas comunitárias.

No 2º momento cineclubista, assistimos ao vídeo com a entrevista da escritora Conceição Evaristo concedida ao Instituto Tear: ponto de cultura e educação (2017b), no qual ela fala que a *escrevivência* é a escrita que nasce do cotidiano das mulheres negras, ao representar a sua subjetividade individual e coletiva, retratando o contexto social e político das mulheres oprimidas e marginalizadas, porque “[...] a nossa *escrevivência* não pode ser lida como histórias para ninar os da casa-grande e sim para incomodá-los em seus sonos injustos [...]” (EVARISTO, 2007, p. 21), a fim de problematizarmos acerca das injustiças raciais, sociais e de gênero, e como essas situações atravessam os nossos cotidianos enquanto mulheres inseridas nos movimentos sociais que realizam práticas políticas, pedagógicas e ecológicas insubmissas no município de Viana.

De acordo com a escritora Conceição Evaristo, o ato de “[...] escrever é uma maneira de sangrar [...]” (EVARISTO, 2018, p.117), por trazer à tona recordações que causam muitas vezes dor e sofrimento às mulheres negras, devido à complexidade de suas experiências, mas também é uma forma de evidenciar como cada uma reinventa a vida, ao encontrar outros caminhos para continuarem resistindo.

Através desse encontro com as *escrevivências* da autora Conceição Evaristo, conversamos sobre as narrativas e imagens que nós mulheres produzimos, os lugares de onde elas emergem, os discursos que queremos construir a partir dos vazios históricos deixados pela falta de representatividade feminina, estando essas escolhas e apostas entrelaçadas com o nosso reconhecimento e reafirmação enquanto sujeitos históricos e políticos, dada as nossas experiências como mulheres negras em uma sociedade machista e racista.

No 3º momento cineclubista, assistimos ao videoclipe da canção *Negra Tinta* (2018), de autoria da cantora Carú Bonifácio e interpretada por ela e a cantora Bia Ferreira, sendo essa música um convite para as mulheres negras romperem com a subalternidade feminina nas relações de gênero, enegrecendo os espaços de opressão. Elas são compositoras, cantoras, poetizas que dialogam em suas canções sobre negritude, feminismo, força e liberdade. Para essas duas artistas, reconhecer-se como mulher negra e da periferia foi

essencial para que as suas escritas musicais se tornassem expressão artística de grito à liberdade, pois são canções que brotam dos seus cotidianos, são símbolos de resistências narradas a partir das suas existências e lugar de fala.

A canção *Negra Tinta* foi dedicada às mulheres silenciadas pela dominação masculina, às donas de casa que não podem trabalhar fora do lar, às vítimas de feminicídio, as que são violentadas sexualmente, que sofrem violência doméstica, que não podem estudar e às trabalhadoras subalternizadas nos centros urbanos. Conversamos sobre a pouca presença de mulheres negras nos meios de comunicação e refletimos acerca da atuação do feminismo negro na luta antirracista, na desconstrução da imagem estereotipada da mulher negra, geralmente apresentada de forma sexualizada ou subalternizada, e também ampliamos os diálogos acerca da representatividade feminina negra pensando a sua diversidade enquanto mulheres heterossexuais, bissexuais, lésbicas, transgêneros, travestis e obesas.

No 4º momento cineclubista, assistimos ao videoclipe da canção *Menina Pretinha* (2016) da MC Soffia, adolescente negra que quando criança compôs juntamente com outros artistas essa música. Ela é cantora de rap, compositora, capoeirista, descendente de uma família de militantes do movimento negro e busca inspiração na história de vida de Dandara dos Palmares e Carolina Maria de Jesus, porque suas canções são de resistência contra o racismo, machismo e desconstrução dos padrões de beleza brancos. Nessa canção, ela aborda sobre as bonecas pretas, beleza negra, cabelo crespo, fala que as meninas negras têm como ancestrais rainhas e da necessidade de resistência das crianças negras no combate ao racismo.

No 5º momento cineclubista, assistimos ao videoclipe da canção *Dandara* (2015), interpretada por Nina Oliveira, jovem mulher negra, cantora, compositora, poetiza, arte-educadora e moradora da periferia, que busca enaltecer a força e a coragem da mulher negra ao fazer um resgate histórico da representatividade de Dandara dos Palmares como liderança política e guerreira quilombola, que idealizava na resistência conseguir a liberdade dos povos negros escravizados. Para Nina Oliveira, as suas escolhas musicais são inspiradas nas mulheres guerreiras de sua família.

Finalizamos o encontro buscando, na força e na ancestralidade de Dandara dos Palmares e das demais heroínas negras, a inspiração para continuarmos esse legado de re-existência feminina, enegrecendo as nossas histórias,

regando-as de afeto, a fim de que os nossos sonhos sejam nutridos com a esperança e desejo de resistir, fazendo ecoar as nossas vozes insubmissas.

Episódio 09 - Narrativas referentes à avaliação do encontro formativo

O encontro diálogo de mulheres insubmissas nos possibilitou um espaço de aprendizagem por meio das trocas de experiências e dos diversos recursos pedagógicos que potencializaram o diálogo, despertando em nós o desejo de “[...] defender uma ação transformadora capaz de encontrar maneiras de (re) inventar um mundo possível, numa perspectiva estética, ética e política [...]” (hooks, 2019a, p. 11), movendo-nos a confrontar as narrativas e o pensamento hegemônico por meio da descolonização das nossas mentes, que faz parte de um processo político, no qual nos comprometemos também a dialogar sobre assuntos pouco abordados no nosso cotidiano.

Por entendermos que “[...] não podemos quantificar os significados do que é vivido por cada pessoa” (REIGOTA; RIBEIRO; POSSAS, 2003, p. 09), solicitamos às mulheres que participaram do encontro diálogo de mulheres insubmissas para compartilharem por e-mail, carta, áudio ou mensagem pelo WhatsApp um pouco das experiências vivenciadas nesse encontro, como veremos nas narrativas a seguir.

Josi Gallina

Participar do encontro diálogo de mulheres insubmissas foi extremamente interessante desde o momento que recebi o convite. Ser lembrada como uma mulher insubmissa me encheu de um sentimento de liberdade e de ser dona do meu próprio destino e meu primeiro pensamento sobre esse convite foi: “esse encontro promete”. O encontro me proporcionou vários bons sentimentos: reencontrei amigas (uma que não via há bastante tempo), mulheres de luta que conheço desde a adolescência, colegas de trabalho e algumas que ainda não conhecia. Ah sim! Estavam presentes também mulheres que jamais conheceremos pessoalmente, mas que serão eternos faróis em nossas histórias de superação e luta!

Raquel Passos

Sou professora e musicista e registro que foi uma alegria participar do encontro diálogo de mulheres insubmissas realizado no final de fevereiro deste ano de 2020. Ano que é marcado por essa situação tão desafiadora de pandemia que nós vivemos. Esse encontro ocorreu poucos dias antes do início efetivo da pandemia, que já estava acontecendo, mas o registro oficial veio em março. Foi muito bom participar daquele encontro que aconteceu no bairro Marcílio de Noronha, junto com mulheres daqui da cidade de Viana, que têm tantos desafios a enfrentar, pois sabemos que nenhuma mudança no planeta ocorreu sem luta e em Viana não seria diferente. Ter cantado a canção Sorriso de Marielle foi muito emocionante, porque ela havia sido composta por aquele período, tendo como compositor o Gilson Soares e a melodia do Etti Paganucci. Foi gravada [a canção] coletivamente por artistas capixabas e traz a memória e a força de Marielle Franco, essa jovem mulher negra e guerreira que ocupava um cargo político e infelizmente foi assassinada pelo sistema, ela sempre estará presente nas lutas populares.

Demilene Prates

Particpei do encontro diálogo de mulheres insubmissas promovido pela Edilene e outras lideranças femininas. Naquela tarde de sábado, tivemos uma linda mística, música, poesia, assistimos a vídeos, conversamos sobre as experiências de mulheres negras, crianças e racismo. Eu me redescobri com a música da menina pretinha, porque cresci achando que o meu cabelo crespo não era bonito. Desde criança eu alisava o cabelo, não que esse fosse o meu desejo, mas por uma imposição dessa sociedade opressora, que diz que a pessoa negra é feia e define como beleza o ser branco. E como o racismo muitas vezes nos impede de assumirmos a nossa identidade, sai do encontro com outra percepção, tanto que enviei mensagem para Edilene falando que eu tinha começado a minha transformação cortando o cabelo.

Estou apenas no início da caminhada, mas não vou parar de lutar por aquilo que acredito. Hoje tenho 38 anos, sou mãe de três filhos, moro sozinha com eles já faz oito anos, meu filho do meio é especial e estamos acostumados a enfrentar preconceito inclusive na família. Eu sei o quanto as oportunidades para as mulheres negras são bem mais difíceis, mesmo com toda dificuldade, consegui cursar a faculdade de História e hoje faço gestão pública. Agradeço muito pela oportunidade de poder contar a minha história e ter participado desse encontro.

Dani Dias

Sou capixaba, mulher, poetisa, mãe, fanzineira e oficina. Fui convidada para participar do encontro diálogo de mulheres insubmissas. Já estivemos juntas em outros projetos culturais e acredito que por isso ela tenha me convidado, pela afinidade em projetos e vivências. Para mim foi muito gratificante participar do encontro, mesmo sendo mulher não negra. Porque tive a oportunidade de ouvir a experiência de vida das outras mulheres, e também de ter partilhado um pouco da minha. Naquele momento conheci histórias e lutas diferentes das minhas, sendo hoje uma mulher não negra com um filho negro, estou tendo que reaprender a maternidade e também tenho tido a compreensão sobre as militâncias e insubmissões dos povos negros, principalmente das mulheres. Posso dizer que foram muitas sabedorias compartilhadas naquele encontro.

Erika Carraretto Gonçalves

O encontro realizado pela Duda conseguiu reunir diversas mulheres que se encontraram em uma tarde de sábado e, em consonância aos escritos de Conceição Evaristo, Djamila Ribeiro, Carolina Maria de Jesus, dentre outras, inter cruzaram-se. Falamos de nossas vivências, de política, de filhos, família, carreira profissional, perda dos direitos dos trabalhadores, racismo e tantos outros assuntos. Também cantamos para nos alegrar, refletimos a partir de diversas simbologias, uma delas a

mística com a luz da vela, que para cada uma de nós teve um significado. Lógico que nos emocionamos, porque somos mulheres de verdade e não imagens produzidas pelo patriarcado. Esse momento despertou em mim o compromisso de ser uma agente de mudança nos espaços que ocupo, bem como me fez entender o meu lugar de privilégio (mulher branca) mesmo diante de muitos direitos para serem conquistados.

Célia Maria Valerino

No geral, o encontro foi muito produtivo, tudo estava maravilhoso, colaborando para que não sejamos submissas às injustiças sociais e ao machismo presentes na nossa sociedade. Falar da nossa luta por saneamento básico e melhorias para rio Formate também é muito gratificante. Um dos momentos que me impressionou bastante foi o relato das experiências das companheiras atuais junto com as histórias das heroínas negras, porque percebemos que a nossa luta não é de agora. Como essas mulheres transformavam o sofrimento em libertação. Isso nos encoraja, porque, apesar de estarmos no século XXI, convivemos com o feminicídio, a violência doméstica, estupros, racismo e diferenças salariais no mercado de trabalho, sendo as mulheres negras, pobres e periféricas as mais atingidas pelas desigualdades.

Esse encontro me fez recordar dos movimentos organizados pelas comunidades eclesiais de base. Outra situação que me deixou muito reflexiva foi o fato de nós mulheres não votarmos em candidatas mulheres que tenham como bandeira de luta as pautas feministas e raciais. Percebi que no nosso município não temos políticas públicas para as mulheres que sofrem violência doméstica e que poderíamos propor que as escolas estejam debatendo com os/as alunos/as sobre relacionamentos abusivos.

Amanda Rodrigues

O encontro diálogo de mulheres insubmissas foi muito interessante para mim, a princípio eu fiquei receosa de ir, porque eu pensei, vai ter pessoas especialistas falan-

do de assuntos complexos e talvez eu não compreenda, esse foi o meu pensamento inicial. Por esse motivo, cheguei atrasada no encontro. Quando cheguei lá e vi aquelas mulheres periféricas, maravilhosas, compartilhando as suas experiências de vida, fiquei mais tranquila, porque me encontrei nos relatos delas.

A mística foi sensacional, as músicas, cada item colocado no centro, me senti em paz e acolhida para contar episódios de racismo que já vivenciei, e das dificuldades enfrentadas por ser mulher, embora a gente se sinta sozinha, a nossa luta atravessa gerações. Outra situação que me fez sentir pertencente ao grupo foi ter lido o poema escrito por uma das participantes sobre o rio Formate. Fiquei muito impactada com as frases, mural e fotos de mulheres negras. Fiquei muito ansiosa esperando outro momento como esse, mas infelizmente veio a pandemia e não foi possível continuarmos. Acredito que poderia surgir um coletivo de mulheres em Viana. A comida também estava ótima.

Linda de Abreu Mariano Pereira

Este encontro despertou em mim esperança, força, saudades e nostalgias. Conhecer e remontar as nossas histórias é essencial para saber de onde viemos, onde estamos e em que lugar queremos chegar. Desde o começo dos tempos, as figuras femininas constroem a vida com amor, suor e sangue. Nossas ancestrais merecem ser enaltecidas, jamais esquecidas. Elas nos inspiram a sermos mulheres melhores, mais fortes e insubmissas e a lutarmos contra as mazelas e injustiças que vivenciamos e também a resistirmos às violências praticadas contra os nossos corpos e mentes e contra a destruição do meio ambiente em que vivemos.

Cida Campos

Participar do encontro diálogo de mulheres insubmissas, promovido pela minha amiga Edilene, foi enriquecedor. Nesse encontro, pude conhecer e compartilhar vivências com outras mulheres do nosso município que lutam pela pauta do empoderamento feminino em espaços, tempos

e lugares distintos. Estarmos juntas, dialogando e nos encontrarmos em cada vivência compartilhada por outra companheira, me fortaleceu, levando-me a sentir que vale a pena trilhar esse caminho e que não há um único caminho ou possibilidade.

Entendi que fazemos parte de uma grande colcha de retalhos com cores, formatos, texturas, dimensões diversas, costuradas as várias mãos. Lutamos e buscamos protagonizar sobre a vida das mulheres com mais direitos e menos violência. Sobre tudo, penso que este encontro foi de grande importância para nós, mulheres deste município, a ponto de ser o início de um possível movimento pela pauta comum entre nós. Obrigada, amiga, pela oportunidade.

Elenice Tozze Soave Neves

Com relação ao encontro, achei muito importante a participação das mulheres que são engajadas no município, sendo um espaço inovador para conversarmos de assuntos que fazem parte da causa feminina. Destaco o momento místico, junto com as reflexões, com a apresentação de símbolos e músicas que nos fazem valorizar a nossa caminhada de luta, pensar na participação política das mulheres, cada uma fazendo a diferença na sua realidade cotidiana. Esses momentos nos renovam. Obrigada por ter lembrado de mim.

Juliana Gama

Participar do evento foi uma experiência muito enriquecedora para mim, pois me despertou um sentimento de pertencimento a uma coletividade muito maior com relação à força feminina, que jamais pude imaginar. Me senti privilegiada por estar perto e ouvir histórias de mulheres tão incríveis. Além disso, me motivou a ler mais sobre o engajamento social das mulheres, principalmente livros que falam do feminismo negro e a luta das mulheres indígenas.

Maria da Penha Lourenço

Esse encontro foi maravilhoso, primeiramente porque tivemos a oportunidade de rever pessoas queridas que vivem nos movimentos de luta nas suas comunidades. Pude conhecer um pouco da histórica das nossas companheiras, lembrar das nossas lutas desde a década de 70, quando estávamos nos movimentos de moradia popular, lembrar dos companheiros que já se foram, e nos posicionarmos a favor das lutas coletivas. Estávamos precisando de esperança, porque temos vivido tempos muito difíceis, um encontro assim, com mística e só mulheres, foi tudo de bom. Toda vez que tiver um encontro como esse quero participar.

Edilene Machado

Para mim, esse encontro foi muito significativo, por reunir mulheres que compõem histórias de re-existência no nosso município, sendo um espaço de renascimento e liberdade, porque a libertação do patriarcado, racismo, machismo, sexismo é coletiva. Desmontar a naturalização dessas formas de opressão que habitam em nós e nomeá-las são estratégias de enfrentamento e superação, pois fazem parte de um processo de cura das marcas coloniais que dificultam enxergarmos que somos seres coletivos, pensando na força da ancestralidade e irmandade feminina, porque as mulheres que estão conectadas à vida não morrem, permanecem amontoadas em nós através das nossas re-existências. Por isso, não iremos retroceder jamais em relação aos assuntos que nos atravessam enquanto mulheres, porque como flechas pegamos impulso para se projetar e se lançar no horizonte em busca dos nossos sonhos.

As (in)conclusões de uma caminhada de re-existência

Por: Edilene Machado dos Santos

Chegamos à (in)conclusão desta pesquisa, que buscou nos aproximar das narrativas e *bio:grafias* dos moradores e moradoras do bairro Marcílio de Noronha e das *escrevivências* e ecologias insubmissas praticadas por um grupo de mulheres militantes de movimentos sociais de Viana, que através de suas relações comunitárias afetivas, ecológicas, políticas e pedagógicas praticam educações ambientais em defesa da preservação do rio Formate.

Inspirados na pedagogia freireana, buscamos outras formas de intervenção no mundo, por entendermos que as desigualdades sociais e raciais causam a exclusão e o empobrecimento da população da região em que vivemos. Por esse motivo, acreditamos na necessidade de combatermos a opressão, a exclusão, a degradação ecológica e da vida no planeta, e de lutarmos por uma educação mais humana e como prática da liberdade, contribuindo com outros modos de ser, agir e sentir a nossa existência cotidiana.

Hoje, tornar-se negra, no sentido de desmontar as opressões coloniais em mim, foi sendo construído no decorrer do percurso no Programa de Pós-Graduação de Mestrado Profissional em Educação da UFES, sendo essas mudanças resultados dos diálogos tecidos nos encontros de orientação da pesquisa, pois as leituras me aproximaram das escritoras e autoras feministas negras, permitindo-me vivenciar o enegrecimento no meu cabelo, corpo e pensamento, tendo esses momentos um significado de libertação e de descolonização do eu (KILOMBA, 2019), porque nomear as opressões

contra as quais re-existimos é essencial para fazermos o enfrentamento ao racismo, comprometermo-nos com práticas ecologias insubmissas e propostas pedagógicas antirracistas.

Narrar-se enquanto exercício de aprender a dialogar com a própria história (FREIRE; GUIMARÃES, 2011), entendendo que somos seres sócio-históricos e que precisamos “[...] rever as próprias ações, as próprias reflexões, o seu próprio ser num espaço-tempo determinado” (FREIRE; GUIMARÃES, 2011, p. 25), fez-me refletir que durante muito tempo ocupei esse lugar solitário de ser a única pessoa da minha família materna e paterna a cursar o ensino superior em uma universidade pública. Essa situação não desperta em mim o sentimento de orgulho ou é visto como mérito, porque evidência as marcas das desigualdades raciais presentes na vida dos meus familiares, que projetam a sua existência a partir da sobrevivência, mesmo após 132 anos da abolição da escravidão no Brasil.

Essa realidade, compartilhada pela maioria das famílias negras, desconstrói o discurso hegemônico de que vivemos numa democracia racial, pois a ausência da população negra ocupando os espaços de poder e chefia e as barreiras para acessarmos políticas públicas ocorrem devido à imagem socialmente produzida pelos nossos corpos negros (CARNEIRO, 2019; RIBEIRO, 2019b). Além disso, temos dificuldade de associar a falta de estruturas de oportunidades com o racismo, o que acaba reduzindo as nossas possibilidades, sonhos, desejos e esperanças por mudanças.

Gostaria de destacar que faço parte da primeira geração de mulheres negras da minha família que não vivenciou o trabalho infantil nos centros urbanos da Grande Vitória ou teve que trabalhar na agricultura familiar para subsistência. Recolher em mim as vozes mudas, caladas e silenciadas de todas essas gerações de mulheres da minha família representa uma possibilidade de re-existência, pois as nossas *escrevivências* são frutos de uma construção coletiva (EVARISTO, 2016). Desde que compreendi que os nossos corpos negros são políticos, não costumo chegar a nenhum lugar sozinha, porque carregamos em nós parte das histórias daqueles/as que ficaram pelo caminho.

Devido ao isolamento social causado pela pandemia do novo coronavírus, tivemos que interromper os nossos encontros comunitários, como as reuniões dos movimentos sociais, as práticas pedagógicas e o encontro *Diálogo de mulheres insubmissas*. Entretanto, através dos modos de organização comunitária

e das redes educativas de solidariedade, alguns movimentos sociais estiveram confeccionando máscaras e organizando cestas básicas, que foram doadas para famílias em situação de vulnerabilidade social em Viana.

No Brasil, as estratégias organizadas pelo governo para conter o avanço da Covid-19 não levam em consideração o modo de vida coletivo dos moradores das comunidades quilombolas, dos povos indígenas, dos acampamentos organizados pelos trabalhadores rurais sem terra, dos acampamentos ciganos, da população em situação de rua e dos moradores/as que residem nas periferias dos centros urbanos, cuja maioria mora em habitações precárias, onde os quartos são compartilhados, pois as famílias são numerosas.

Essas diversas realidades mostram que a branquitude, entendida como ser universal, e o modelo de humanidade (CARNEIRO, 2019) têm constituído um mundo para si, que não possibilita espaço para a diversidade, já que as pessoas que não se aproximam desse modelo ideal de humano podem deixar de existir (RIBEIRO, 2019b). A omissão do Estado em reduzir o agravamento do novo coronavírus nessas comunidades reforça a tentativa de exterminar as diferenças e continuar reproduzindo a naturalização da exclusão. Sobre a pandemia,

A Organização Pan-Americana de Saúde (Opas – Brasil) informa que, em 30 de janeiro de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) declarou que a doença causada pelo novo coronavírus, a COVID-19, passou a constituir uma Emergência de Saúde Pública, de acordo com o Regulamento Sanitário Internacional. Segundo o Ministério da Saúde brasileiro, a COVID-19 é uma doença causada pelo coronavírus SARS- CoV-2, que apresenta um quadro clínico que varia de infecções assintomáticas a quadros respiratórios graves. Em 11 de março de 2020, a COVID19 foi caracterizada pela OMS como uma pandemia (FORDE, G.; FORDE, R., 2020, p. 1).

Pensar a transmissão da Covid-19 a partir da racialização, e como essas relações são atravessadas pelo racismo estrutural, “[...] que integra a organização econômica e política da sociedade [...]” (ALMEIDA, 2019, p. 20-21), contribui com o nosso entendimento de que as desigualdades de acesso produzidas pelo racismo institucional reforçam a condição de desumanização das pessoas negras, colaborando com as violências praticadas contra os corpos negros que são escolhidos pelo Estado para serem mortos (RIBEIRO, 2019b).

Essa situação se acentuou no período da pandemia, pois temos visto os negros empobrecidos e desprotegidos pelas políticas trabalhistas serem privados do distanciamento social, porque precisam trabalhar para sobreviverem. As desigualdades raciais, a negligência do Estado, a exclusão social, a falta de estruturas de oportunidades e a precarização do Sistema Único de Saúde (SUS), que é utilizado em maior porcentagem pela população negra, contribuem com a letalidade desse vírus que sentencia à morte principalmente as pessoas negras.

O alto índice de mortalidade entre as pessoas negras provocada pelo novo coronavírus desconstrói o discurso hegemônico de democracia racial, já que “no Brasil, a negação do racismo e da ideologia da democracia racial sustentam-se pelo discurso da meritocracia. Se não há racismo, a culpa pela própria condição é das pessoas negras [...]” (ALMEIDA, 2019, p. 82).

Por isso, nunca houve igualdade racial neste país, visto que as esferas da nossa sociedade foram organizadas e estruturadas com base nas hierarquias raciais. Assim sendo, o racismo institucional atravessa os cotidianos das instituições públicas, particulares, religiosas, organizações sociais e as relações individuais e coletivas. Dessa forma, entendemos que “[...] as instituições são apenas a materialização de uma estrutura social ou de um modo de socialização que tem o racismo como um de seus componentes orgânicos [...]” (ALMEIDA, 2019, p. 47).

As pessoas negras carregam em seus corpos as marcas de um Brasil colonial escravocrata, em que os dominadores institucionalizaram os seus interesses através das relações de privilégios (ALMEIDA, 2019). Podemos dizer que no Brasil ainda prevalece o “[...] ‘pacto de silêncio’ que opera uma suposta ideia de não relevância da categoria raça/cor para a definição de ações e políticas públicas governamentais” (FORDE, G.; FORDE, R., 2020, p. 5).

Ao discutirmos saúde enquanto direito à vida, notamos que a população negra tem maior dificuldade de acesso aos serviços ofertados pelo SUS, situação que é reflexo do desmonte das políticas públicas de saúde. A Pandemia provocada pela Covid-19 coloca grande parte das pessoas negras no grupo de risco pelo fato delas apresentarem doenças crônicas como diabetes, hipertensão e anemia falciforme devido à má alimentação e ao acesso inadequado aos tratamentos de saúde e aos medicamentos, sendo essas situações resultado das condições socioeconômicas em que vivem (CARNEIRO, 2019).

A dificuldade da população negra de baixa renda, em especial das mulheres negras, de cumprir o isolamento social ocorre porque são essas trabalhadoras que garantem o funcionamento da base dessa sociedade injusta e desigual em que vivemos (CARNEIRO, 2019), pois, para manterem a sobrevivência familiar, elas lutam cotidianamente contra a fome, considerada pela escritora Carolina Maria de Jesus (2014) a escravização dos povos negros na atualidade.

O racismo ambiental é resultado do racismo estrutural e institucional que vem sendo praticado desde o período colonial, em que “[...] os corpos negros eram os próprios sistemas de saneamento da cidade” (JESUS, 2020, p. 6), carregando os excrementos produzidos nas casas-grandes, pequenos comércios e repartições públicas. Outra situação desumana vivenciada pelos povos negros escravizados se refere ao transporte nos navios tumbeiros, pois as péssimas condições de higiene associadas às constantes formas de torturas físicas e psicológicas facilitavam a propagação de doenças, o adoecimento e a morte das pessoas negras. Os sobreviventes eram obrigados a trabalhar e a morar em locais sem saneamento básico (JESUS, 2020).

No Brasil, a ausência de saneamento básico é utilizada como mecanismo de controle dos corpos negros e manutenção de privilégios da branquitude (JESUS, 2020). Com relação a esse assunto, a escritora Carolina Maria de Jesus (2014) narrou, na década de 1950, que as favelas são os quartos de despejos das cidades, os lugares onde os políticos concentram as pessoas consideradas sub-humanas, por serem indignas de habitarem outros espaços das cidades, restando-lhes ocuparem os locais sem saneamento básico. Ela também comentou que as famílias empobrecidas vivem às margens dos rios, “[...] as margens do rio são os lugares dos lixos e dos marginais [...]” (JESUS, 2014, p. 54), referindo-se aos locais que geralmente são destinados para as moradias dos grupos sociais oprimidos.

Em diálogo com o autor Paulo Freire (2017a), entendemos o quanto é importante em nossa prática pedagógica problematizarmos com os/as estudantes “[...] por que não há lixões no coração dos bairros ricos e mesmo puramente remediados dos centros urbanos? [...]” (FREIRE, 2017a, p. 32), pois essa realidade concreta de negligência do poder público é algo presente na vida da população empobrecida, embora essa atitude seja considerada por muitos como sendo subversiva. Hoje entendemos que a “negligência” é uma maneira de o Estado mascarar o racismo ambiental.

Em virtude dessa herança colonial de políticas ambientais discriminatórias, que é marcada pela ausência de saneamento básico, falta de condições de moradias adequadas e salubres, temos visto a Covid-19 adoecer e causar a morte da população negra, que em sua maioria reside próximo das encostas, aterros sanitários, serviços de tratamento de esgoto, às margens dos rios ou perto de fábricas que não cumprem a legislação ambiental e poluem o solo, a água e o ar, não demonstrando preocupação com a saúde dos/as moradores/as do entorno (JESUS, 2020).

Muitas comunidades quilombolas, na defesa de seus territórios contra a ação dos madeireiros, agropecuários e empreendimentos imobiliários, sofrem com o racismo ambiental, porque “[...] certos empreendimentos que produzem grandes quantidades de lixo tóxico se alojam perto dessas comunidades comprometendo as suas precárias condições de vida” (CARNEIRO, 2019, p. 228), com o intuito de inviabilizar a permanência dos moradores das comunidades tradicionais, e assim ocuparem as suas terras.

Esse modelo de processo civilizatório que herdamos dos colonizadores europeus classifica “[...] os caiçaras, índios, quilombolas, aborígenes — a sub-humanidade [...]” (KRENAK, 2019, p. 21), já que os povos da floresta e do campo insistem em se manterem ligados a terra e isso incomoda os devoradores de mundos (KRENAK, 2019).

A reabertura dos comércios aconteceu de forma precipitada e desordenada, tendo em vista atender aos interesses dos empresários. Nos meios de comunicação, assistimos aos pronunciamentos dos representantes governamentais tentando aparentar o controle da pandemia, embora os dados da saúde contestassem os discursos favoráveis à reabertura dos comércios. Além disso, as poucas estratégias preventivas do governo foram pensadas com foco nos/as consumidores/as, não havendo diálogo sobre a situação dos/as trabalhadores/as, que ficam expostos aos riscos de serem infectados pela Covid-19 no seu local de trabalho e durante o deslocamento nos transportes públicos lotados. Essa realidade evidencia que “[...] o mundo acredita que tudo é mercadoria, a ponto de projetar nela tudo o que somos capazes de experimentar [...]” (KRENAK, 2019, p. 45), com isso, perdemos o sentido da vida, deixamos de pensar nas pessoas e na coletividade.

Outra situação preocupante são os desafios de estudar em tempos de pandemia e como o ensino remoto, sendo implantado em todos os níveis

da educação básica, colabora com a naturalização do racismo institucional, pois os conflitos raciais estão presentes no funcionamento das instituições, legitimando o poder hegemônico, “[...] impondo a toda a sociedade regras, padrões e condutas e modo de racionalidade que tornem “normal” e “natural” o seu domínio” (ALMEIDA, 2019, p. 40). Verificamos ainda que “a cultura do mérito, aliada a uma política que desvaloriza a educação pública é capaz de produzir catástrofes [...]” (RIBEIRO, 2019b, p. 48), ampliando as desigualdades raciais, já que historicamente o critério raça é utilizado para pensar o não acesso às políticas públicas (CARNEIRO, 2019).

A modalidade de ensino remoto vai ao encontro da privatização e do desmonte das políticas públicas de educação, conferindo à branquitude a manutenção das relações de privilégios e a sua continuidade nos espaços de poder (CARNEIRO, 2019). Sabemos que a educação representa um projeto de sociedade, por isso, é importante refletirmos que sociedade está sendo forjada a partir do ensino remoto, que beneficia o grupo social hegemônico que continuará tendo o livre acesso às universidades, produzindo conhecimento e garantindo assim o sistema de dominação e de opressão ao reafirmar o não lugar do negro, reforçando a concepção de mundo eugenista de supremacia branca.

Temos presenciado, no período da quarentena, a intensificação do Estado na compra e oferta dos serviços de modalidade de educação a distância, sem se preocupar com as realidades vivenciadas pelos/as estudantes/as que não têm acesso à internet ou que o uso é restrito por serem de baixa renda, pelos moradores/as das áreas rurais e pelas pessoas com deficiência que dependem do apoio pedagógico de forma integral e que também ficam desassistidas. Além disso, muitos/as estudantes/as não possuem locais adequados para realizarem os seus estudos ou os pais e responsáveis não conseguem compreender e auxiliar os/as filhos/as na realização das suas atividades escolar. A luta cotidiana pela sobrevivência muitas vezes faz com que as famílias negras tenham dificuldades para criar uma cultura de escolarização.

O ensino remoto é inacessível a muitos/as estudantes/as, por esse motivo contribui com a evasão escolar. O Estado não busca outras possibilidades inclusivas, porque entende que os/as estudantes privados do uso da tecnologia podem ficar pelo caminho, já que os mais prejudicados são os/as estudantes não brancos das escolas públicas. Essa realidade só não se concretizou na realização do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), que foi adiado para o próximo ano, por causa da reivindicação dos/as professores/as, estudantes

e parlamentares que conseguiram adiar o ENEM por meio de determinação judicial. Entendemos que “por causa do racismo estrutural a população negra tem menos acesso a uma educação de qualidade [...]” (RIBEIRO, 2019b, p. 43), já que as desigualdades de oportunidades são legitimadas pelas relações de privilégios da branquitude.

Apesar deste desgoverno ter intensificado as ações de ataques à educação pública e às universidades públicas, pesquisas, produções científicas, dificultando as políticas de acesso e permanência ao ensino superior, reduzindo as bolsas de estudos na pós-graduação, continuamos acreditando na educação como ato político (FREIRE, 1989), espaço de formação, transformação social e de ascensão social, a fim de que o ensino público contribua com a construção de uma sociedade mais justa, igualitária, democrática, antirracista, antipatriarcal e anti-homofóbica, de modo que possamos aprender a conviver, a respeitar e a dialogar com as diferenças.

Referências

- ALMEIDA, Silvio Luiz. **Racismo estrutural**. São Paulo: Polên, 2019.
- ANDRADE, Nívea; CALDAS, Alessandra Nunes; ALVES, Nilda. Os movimentos necessários às pesquisas com os cotidianos. *In*: OLIVEIRA, Inês Barbosa de; SUSSUKIND, Maria Luiza; PEIXOTO, Leonardo (Orgs). **Estudos do cotidiano, currículo e formação docente - questões metodológicas, políticas e epistemológicas**. Curitiba: CRV, 2019: 19-46.
- ARRAES, Jarid. **Heróínas negras brasileiras em cordéis**. São Paulo: Pólen, 2017.
- BARCHI, Rodrigo. Educação ambiental e (eco)governamentalidade. **Ciênc. Educ.**, Bauru, v. 22, n. 3, p. 635-650, jul./set. 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/ciedu/v22n3/1516-7313-ciedu-22-03-0635.pdf>. Acesso em: 10 jun. 2019.
- BARCHI, Rodrigo. As Educações Ambientais insistem e lutam: (re)existências, vivências, experiências. **Quaestio**, Sorocaba, v. 21, n. 1, p. 13-18, jan./abr. 2019. Disponível em: <http://periodicos.uniso.br/ojs/index.php/quaestio/article/view/3595/3178>. Acesso em: 12 mai. 2019.
- BARROS, Laura Pozzana de.; KASTRUP, Virgínia. Cartografar é acompanhar processos. *In*: PASSOS, Eduardo; KASTRUP, Virgínia; ESCÓSSIA, Liliana da. (Orgs.). **Pistas do método da cartografia: pesquisa-intervenção e produção de subjetividade**. Porto Alegre: Sulina, 2015. p. 52-75.

BRASIL. **Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997.** Estabelece normas para as eleições. Brasília: Diário Oficial da União, 1997. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19504.htm#:~:text=1%C2%BA%20As%20elei%C3%A7%C3%B5es%20para%20Presidente,Par%C3%A1grafo%20%C3%BA-nico Acesso em: 11 out. 2022.

BRASIL. Ministério Da Cidadania. Secretaria Especial de Desenvolvimento Social. **Inclusão Produtiva Urbana.** Brasília: Ministério da Cidadania, [s. d.]. Disponível em: <https://www.gov.br/cidadania/pt-br/acoes-e-programas/inclusao-produtiva-urbana>. Acesso em: 11 out. 2022.

CARNEIRO, Sueli. **Escritos de uma vida.** São Paulo: Polên, 2019.

COELHO, Ceumar; SILVA, Jonathan. **Samba da Utopia.** São Paulo: Estúdio Juá, 2018. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=KDXX7m3i-Bzc>. Acesso em: 05 jun. 2019.

CHOMA, Jeferson. Ministro do Meio Ambiente condenado pela Justiça ataca memória de Chico Mendes. **PSTU**, 12 fev. 2019. *Online*. Disponível em: <https://www.pstu.org.br/ministro-do-meio-ambiente-condenado-pela-justica-ataca-memoria-de-chico-mendes/>. Acesso em: 14 set. 2019.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. Conflitos no campo Brasil 2019. **CPT Nacional**, Goiânia, 2020. Disponível em: <https://www.cptnacional.org.br/component/jdownloads/summary/41-conflitos-no-campo-brasil-publicacao/14195-conflitos-no-campo-brasil-2019-web>. Acesso em: 10 set. 2020.

CORREIA, Soffia Gomes da Rocha Gregório. **Menina Pretinha.** Master e Mixagem. Estúdio El Rocha, Rio de Janeiro, 2016. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=cbOG2HS1Wko>. Acesso em: 29 fev. 2020.

EVARISTO, Conceição. Da grafia desenho de minha mãe: um dos lugares de nascimento de minha escrita. *In*: ALEXANDRE, Marcos Antônio (org.). **Representações performáticas brasileiras: teorias, práticas e suas interfaces.** Belo Horizonte: Mazza, 2007, p. 16-21.

EVARISTO, Conceição. **Poemas da recordação e outros movimentos.** Belo Horizonte: Nandyala, 2008.

EVARISTO, Conceição. **Insubmissas lágrimas de mulheres.** 2. ed. Rio de Janeiro: Malê, 2016. 142 p.

EVARISTO, Conceição. **Becos da memória.** Rio de Janeiro: Pallas, 2017a. 200 p.

EVARISTO, Conceição. **Escrevivências:** 01 da série Ecos da Palavra. [Entrevista concedida ao] Instituto Tear, [s. l.], 2017b. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=4EwKXpTIBhE>. Acesso em: 29 fev. 2020.

EVARISTO, Conceição. **Olhos d'água.** 2. ed. Rio de Janeiro: Palas Mini, 2018. 124 p.

- FERREIRA, Bia; BONIFÁCIO, Caru. **Negra Tinta**. Youtube, 2021. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=AdT6v6cIUOc>. Acesso em: 04 out. 2022.
- FORDE, Gustavo Henrique Araújo; FORDE Rasley de Paula. **Impactos da covid-19 na população negra capixaba: Breve Análise Comparada à Luz da Categoria Raça/Cor**. Núcleo de Estudos Afro-brasileiro. Vitória. UFES, 2020. Disponível em: <http://repositorio.ufes.br/handle/10/11478>. Acesso em: 10 set. 2020.
- FÓRUM BRASILEIRO DE ECONOMIA SOLIDÁRIA. Fórum de Economia Solidária do Espírito Santo faz reunião com representante do governo do estado. **Forum Brasileiro de Economia Solidária**, 2011. *Online*. Disponível em: <https://fbes.org.br/2011/07/21/forum-de-economia-solidaria-do-espírito-santo-faz-reuniao-com-representante-do-governo-do-estado/>. Acesso em: 11 out. 2022.
- FREIRE, Paulo. **Cartas à Guiné-Bissau: registros de uma experiência em Processo**. 2. ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1978. 173 p.
- FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade**. 10. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980. 150 p.
- FREIRE, Paulo. **A importância do ato de ler: em três artigos que se complementam**. 23. ed. São Paulo: Autores Associados; Cortez, 1989.
- FREIRE, Paulo. **Política e educação**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2001a.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: Saberes necessários a prática educativa**. 55. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2017a. 143 p.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 63. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2017b. 253 p.
- FREIRE, Paulo; GUIMARÃES, Sérgio. **Dialogando com a própria história**. São Paulo: Paz e Terra, 2011. 157 p.
- FRYE, Megan. Superadobe: o material de construção sustentável e resistente a terremotos que pode salvar vidas. **BBC News Brasil**, 10 mai. 2019. *Online*. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/vert-fut-47927317>. Acesso em: 20 jan. 2020.
- GODOY, Ana. **A menor das ecologias**. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2008.
- GUATTARI, Félix. **As três ecologias**. Campinas: Papirus, 2001.

- Hooks, bell. *Living to Love* (1993). Tradução: Vivendo de amor. **Geledes**, São Paulo, mar. 2010. *Online*. Disponível em: <http://arquivo.geledes.org.br/areas-de-atuacao/questões-de-genero/180-artigos-degenero/4799-vivendo-de-amor>. Acesso: 22 dez. 2019.
- Hooks, bell. **Ensinando a transgredir**: a educação como prática de liberdade. Tradução de Marcelo Brandão Cipolla. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2013. 273p.
- Hooks, bell. **Olhares negros**: raça e representação. Tradução de Stephanie Borges. São Paulo: Elefante, 2019a. 356 p.
- Hooks, bell. **Erguer a voz**: pensar como feminista, pensar como negra. Tradução de Cátia Bocaiuva Maringolo. São Paulo: Elefante, 2019b. 380 p.
- LOPES, Raquel. Espírito Santo enfrenta a pior epidemia de dengue em sete anos. **A Gazeta**, Vitória. 08 jan. 2020. *Online*. Disponível em: <https://www.agazeta.com.br/es/gv/espírito-santo-enfrenta-a-pior-epidemia-de-dengue-em-sete-anos-0120#:~:text=Foram%2079.245%20casos%20registrados%2C%20segundo,que%20foram%20disponibilizados%20pelo%20%C3%B3rg%C3%A3o>. Acesso em: 11 out. 2022.
- JESUS, Carolina Maria. **Quarto de despejo**: diário de uma favelada. 10. ed. São Paulo: Ática, 2014. 200 p.
- JESUS, Victor de. Racializando o olhar (sociológico) sobre a saúde ambiental em saneamento da população negra: um continuum colonial chamado racismo ambiental. **Saúde soc.**, v. 29, n. 2, e180519. 11 mai. 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/s0104-12902020180519>. Acesso em: 10 set. 2020.
- KILOMBA, Grada. **Memórias da Plantação**: episódios de racismo cotidiano. Lisboa: Orfeu Negro, 2019.
- KRENAK, Ailton. **Ideias para adiar o fim do mundo**. São Paulo: Companhia das Letras. 2019.
- LIMA, Márcia. Trajetória educacional e realização sócio-econômica das mulheres negras brasileiras. **Revista Estudos Feministas**. IFCS/UFRJ, v. 3, n. 2, 1995. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/viewFile/16467/15037>. Acesso em: 13 fev. 2020.
- MATURANA, Humberto. Um problema de desejo. [Entrevista cedida a] Omar Sar-rás Jadue. **Antroposmoderno**, [s. l.] mai. [2017]. Disponível em: http://www.antroposmoderno.com/antro-articulo.php?id_articulo=845. Acesso em: 28 dez. 2019.

- MOREIRA, Matheus. Número de agrotóxicos liberados no Brasil em 2019 é o maior dos últimos 14 anos. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 28 dez. 2019. *Online*. Disponível em: Acesso em: <https://www1.folha.uol.com.br/ambiente/2019/12/numero-de-agrotoxicos-liberados-no-brasil-em-2019-e-o-maior-dos-ultimos-14-anos.shtml#:~:text=Ao%20todo%2C%20em%202019%2C%20foram,no%20pa%C3%ADs%20em%20outros%20produtos>. Acesso em: 10 out. 2022.
- OLIVEIRA, Nina. **Dandara**. São Paulo: Sofar Sounds, 2015. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=Vr7NIJbp74>. Acesso em: 29 fev. 2020.
- PASSOS, Eduardo; BARROS, Regina Benevides de. Por uma política da narrativa. *In*: PASSOS, Eduardo; KASTRUP, Virgínia; ESCÓSSIA, Liliana da (Orgs.). **Pistas do método da cartografia: pesquisa-intervenção e produção de subjetividade**. Porto Alegre: Sulina, 2015. p. 150-171.
- PASSOS, Raquel; CASTELAN, Maria de Fátima. **Da mãe África viemos**. Vitória: Livro-CD CEBI 30 anos – Caminhando e Celebrando a nossa história, 2016. 1 CD, faixa 04.
- PASSOS, Raquel. **Grita Mulher**. Vitória: Livro-CD CEBI 30 anos – Caminhando e Celebrando a nossa história, 2016. 1 CD, faixa 08.
- PREFEITURA MUNICIPAL DE VIANA. **História do Município**. Prefeitura Municipal de Viana, c2022. Disponível em: <https://www.viana.es.gov.br/pagina/ler/50/a-cidade>. Acesso em: 10 out. 2022.
- SOS MATA ATLÂNTICA. Observando rios: A Fundação SOS Mata Atlântica trabalha e mobiliza por água limpa e rios saudáveis. **SOS mata Atlântica**, Itu, c2021. Disponível em: <https://www.sosma.org.br/iniciativas/observando-os-rios/>. Acesso em: 10 out. 2022.
- RAGO, Margareth. **A aventura de contar-se: feminismo, escrita de si e invenções da subjetividade**. São Paulo: Unicamp, 2013. 343 p.
- RAMOS, Andreia Teixeira. **Mulheres no congo do Espírito Santo: práticas de re-existência ecologista com os cotidianos escolares**. 2018. 319 f. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade de Sorocaba, Sorocaba, 2018.
- RAMOS, Andreia Teixeira. Narrativas autobiográficas de uma mulher negra: identidades sociais de raça e gênero. **Travessias**. Cascavel, v. 13, n. 3, p. 15-34, set./dez. 2019. Disponível em: https://redib.org/Record/oai_articulo2450144-narrativas-autobiogr%C3%A1ficas-de-uma-mulher-negra-identidades-sociais-de-ra%C3%A7a-e-g%C3%AAnero. Acesso em: 28 jul. 2020.
- REIGOTA, Marcos. **Meio ambiente e representação social**. São Paulo: Cortez, 1995. 86 p.
- REIGOTA, Marcos. **Ecologistas**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 1999. 211 p.

- REIGOTA, Marcos. A educação ambiental para além dela mesma. **Ambiente & Educação**. Rio Grande do Sul. FURG, v. 13, n. 1, p. 11-22, 2008a. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/ambeduc/article/view/972>. Acesso em: 11 abr. 2019.
- REIGOTA, Marcos. Cidadania e educação ambiental. **Psicologia & Sociedade**, Porto Alegre, v. 20, n. esp., p. 61-69, 2008b. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010271822008000400009&lng=pt&tlng=pt. Acesso em: 10 mar. 2019.
- REIGOTA, Marcos. A contribuição política e pedagógica dos que vêm das margens. **Teias**, Rio de Janeiro, ano 11, n. 21, jan./abr. 2010a. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistateias/article/view/24105>. Acesso em: 10 out. 2022.
- REIGOTA, Marcos. A Monsanto no Brasil: discursos publicitários e tecno-científicos sobre os transgênicos. In: VI Congresso Independências, Dependências, Interdependências. Ceisal, Toulouse, 2010. **Anais** [...] Toulouse, França, 2010b. Disponível em: <https://halshs.archives-ouvertes.fr/halshs-00514529/document>. Acesso em: 10 out. 2022.
- REIGOTA, Marcos. **O que é educação ambiental**. Coleção Primeiros Passos. São Paulo: Brasiliense, 2012.
- REIGOTA, Marcos. Aspectos teóricos e políticos das narrativas: ensaio pautado em um projeto transnacional. In: CORDEIRO, Rosineide.; KIND, Luciana (Orgs.). **Narrativas, gênero e política**. Curitiba: CRV, 2016. p. 49-66.
- REIGOTA, Marcos; PRADO, Bárbara Heliodora Soares do. **Educação ambiental: Utopia e Praxis**. São Paulo: Cortez, 2008. 195 p.
- REIGOTA, Reigota; RIBEIRO, Adalberto; POSSAS, Raquel. **Trajetórias e narrativas através da educação ambiental**. Rio de Janeiro: DP&A, 2003. 155 p.
- RIBEIRO, Djamila. **Lugar de Fala**. São Paulo: Pólen, 2019a. 112 p.
- RIBEIRO, Djamila. **Pequeno manual antirracista**. São Paulo: Companhia das letras, 2019b. 135 p.
- SALES, Priscila Constantino. O Movimento Cineclubista Brasileiro e suas Modulações na Concepção Cinematográfica. In: XXVIII Simpósio nacional de História, 2015, Florianópolis. **Anais** [...]. Florianópolis, 2015. Disponível em: http://www.snh2015.anpuh.org/resources/anais/39/1434480954_ARQUIVO_Omovimentocineclubistabrasileiroesuasmodulacoesnarecepcaocinematografica.pdf. Acesso em: 10 out. 2022.

- SANTOS, Edilene. Práticas pedagógicas e saberes socioambientais comunitários de um assentamento rural. *In*: 39ª Reunião Nacional ANPED, 20 a 24 out. 2019, Niterói. **Anais** [...] Niterói, 2019. Disponível em: http://anais.anped.org.br/sites/default/files/arquivos_16_1. Acesso em: 10 out. 2022.
- SANTOS, Edilene. **Cartografias e narrativas das educações ambientais e ecológicas insubmissas nos cotidianos das mulheres na bacia do rio Formate, Viana (ES)**. 2020, 212 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação. Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2020. Disponível em: https://sappg.ufes.br/tese_drupal/tese_14829_01.%20Vers%E3o%20final%20da%20disserta%E7%E3o20210128-65148.pdf. Acesso em: 13 jul. 2022.
- SINGER, Paul. Economia solidária. [Entrevista cedida a] Paulo de Salles Oliveira. **Estudos avançados**, São Paulo, v. 22, n. 62, p. 289-314, jan./abr. 2008. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ea/a/WYVnc8gJVQYFDnrCgbZxjC-G/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 10 out. 2022.
- SOARES, Gilson; PAGANUCCI, Etti. **O sorriso de Marielle**. Youtube, 2020. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=c9kjSgzgdTQ>. Acesso em: 29 fev. 2020.
- SOSA, Mercedes; CARVALHO, Beth. **Eu Só Peço a Deus**. BMG Brasil, 1986. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=lgkuBY30fjY>. Acesso em: 29 fev. 2020.
- SPINK, Peter Kevin. O Pesquisador Conversador no Cotidiano. **Psicologia & Sociedade**, Fundação Getúlio Vargas, São Paulo, n. 20, edição especial, p. 70-77, 2008. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/psoc/v20nspe/v20nspea10.pdf>. Acesso em: 15 out. 2018.
- THEODORO, Mário. A formação do mercado de trabalho e a questão racial no Brasil. *In*: THEODORO, Mário *et al.* (Orgs.). **As políticas públicas e a desigualdade racial no Brasil: 120 anos após a abolição**. Brasília: Ipea, 2008. p. 15-43. Disponível em: http://www.clam.org.br/bibliotecadigital/uploads/publicacoes/1107_1899_livrodesigualdadesraciais.pdf. Acesso em: 10 out. 2022.
- VIANA. Artesanato Reciclável na Artesanarte. **Prefeitura de Viana**, c2022. Disponível em: <https://www.viana.es.gov.br/noticia/ler/676/artesanato-reciclavel-na-artesanarte>. Acesso em: 10 out. 2022.
- VIOMUNDO. Fórum Alternativo Mundial da Água: Balanço do primeiro ano de muitas lutas. **Viomundo**: diário da resistência, c2022. Disponível em: <https://www.viomundo.com.br/voce-escreve/forum-alternativo-mundial-da-agua-primeiro-ano-de-muitas-lutas.html>. Acesso em: 14 set. 2019.

WIKIPEDIA. Rompimento de barragem em Brumadinho. **Wikipedia**: a enciclopédia livre, c2022. Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Rompimento_de_barragem_em_Brumadinho. Acesso em: 14 set. 2019.

Sobre os autores

Soler Gonzalez

Doutor em Educação (UFES). Professor Adjunto do Centro de Educação/ Ufes e Professor Permanente do Programa de Pós-Graduação do Mestrado Profissional em Educação (PPGME/Ufes). Líder do grupo de pesquisa Territórios de aprendizagens autopoieticas e coordenador do projeto de extensão Narradores da maré.

Edilene Machado dos Santos

Mestra em Educação pelo Programa de Pós-Graduação do Mestrado Profissional em Educação (PPGME/Ufes). Graduada em Pedagogia e Serviço Social. Membro do grupo de pesquisa Territórios de aprendizagens autopoieticas e do projeto de extensão Narradores da maré. Membro do Coletivo Formate.

Copyright © 2022 Encontrografia Editora. Todos os direitos reservados.

É proibida a reprodução parcial ou total desta obra sem a expressa
autorização dos autores e/ou organizadores.

Leitura Insubmissa de (re)existência!

Considero este livro uma revolução no campo da Educação Ambiental Política na medida que apresenta as *escrevivências* das mulheres que vivem nos cotidianos da bacia do rio Formate, Viana (ES). Esta obra é um convite que possibilita à leitora e ao leitor aproximações com as vozes femininas e suas ecologias insubmissas de (re)existência, numa perspectiva ética, estética, política e pedagógica, cooperando na luta por uma educação antirracista.

Boa leitura!

Andreia Ramos



ISBN: 978-65-5456-005-4



encontrografia

encontrografia.com
www.facebook.com/Encontrografia-Editora
www.instagram.com/encontrografiaeditora
www.twitter.com/encontrografia